



Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 010
 Ass. [assinatura]

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

MENSAGEM Nº 010 DE 21 DE outubro 2019.

Senhor Presidente,
 Senhores Vereadores,

PROTOCOLO			
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT			
nº 195	Livro: 25	Fls. 39	Data: 21/10/19
		Horas: 17:40	
			[assinatura]
FUNCIONÁRIO			

A presente Mensagem encaminha, para a apreciação dos Senhores, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que tem por objetivo adequar imperfeições e modernizar o Código Tributário Municipal em relação ao cadastro econômico, taxas, ISSQN e ITBI, de forma a estabelecer medidas que tornem mais efetivo o controle e a fiscalização da legislação.

No ensejo, contando com apoio de Vossas Excelências para a aprovação do referido projeto, renovo a esta Presidência e aos demais Senhores Vereadores, os nossos protestos de consideração e apreço.

Barra do Garças, 21 de outubro de 2019.

[assinatura]
ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS
 Prefeito Municipal

[assinatura]
 Tânia Maria Martins do Prado
 Auxiliar Administrativo
 Portaria 141/2019

[assinatura]
 21.10.19
 PROCURADORIA
 JOÃO JACSON VIEIRA GOMES
 Procurador Geral do Município
 Portaria nº 14 201 de 17/01/19
 DAVIAD



Cam. Mun. B. Garças
Fis. 002
Ass. 01

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010 DE 21 DE outubro DE 2019.

PROTOCOLO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT
nº 195 Livro 25 Fis. 390 Data: 21/10/19
Horas: 17:45
<i>cause</i>
FUNCIONÁRIO

Altera dispositivos da Lei Complementar Nº. 045 de 15 de dezembro de 1997 que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Altera-se o inciso I do § 2º do Art. 5º, e acrescenta-se alínea (g) com as seguintes redações:

Art. 5º - **PROFISSIONAL LIBERAL**

§ 2º (...)

I - (...)

g) Está opção de cadastro é destinada aos profissionais liberais de nível superior.

Art. 2º - Revoga-se o § 2º do inciso III do Art. 71A:

Art. 71A (...)

III - (...)

§ 2º - Revogado

Art. 3º - Restabelece o inciso V do Art. 80, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80 (...)

V - Shows ou Eventos promovidos por entidades filantrópicas, religiosas e associativas, desde que a finalidade da receita seja destinada estritamente a entidade.

Tânia Maria Martins do Prado
Auxiliar Administrativo
Portaria 141/2019

11/33
21.10.19



Cam. Mun. B. Garças
Fis. 003
Ass. [assinatura]

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 4º - Acrescentam-se no parágrafo II a alínea “q”, e o parágrafo XII, ao Art. 85,, com as seguintes redações:

Art. 85 (...)

II (...)

q) Aos que obrigados a emitir nota emitir nota fiscal de serviço eletrônica, que não emitirem ou negarem a emitir, multa de 02 (duas) vezes o valor da Taxa de Licença Para Instalação e ou Funcionamento, por nota não emitida.

XII – O vencimento das multas que trata o caput deste artigo terá prazo de vencimento de 07 (sete) dias a contar da data da notificação ou cientificação do contribuinte.

Art. 5º - Revoga-se o Art. 88:

Art. 88 - Revogado

Art. 6º - Altera-se o Art. 108 e revoga-se o Parágrafo Único, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 108- As taxas relativas ao exercício regular do Poder de Polícia Administrativa, caracterizadas como licença, serão cobradas em conformidade com as tabelas consubstanciadas nos anexos de números VI a XX desta Lei.

Parágrafo Único - Revogado

Art. 7º - Acrescenta-se o Art. 178A, com a seguinte redação:

Art. 178A - Fica isento da Taxa Referente à Liberação da Licença de Vigilância Sanitária, os Microempreendedores Individuais, de acordo com art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Nº 123 de 14/10/2006 e sua alteração a Lei Complementar Nº 147 de 07/08/2014.



Cam. Mun. B. Garças
Fls. 009
Ass. 91

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 8º - Acrescenta-se ao Art. 241 o inciso IV, com a seguinte redação:

IV – Com multa 2000 (dois mil) reais e a proibição de exercer a atividade econômica, o estabelecimento comercial que no ato da alteração de endereço, estiver exercendo a atividade comercial sem estar adequado com as normas ambientais, sanitárias e de zoneamento, quando exigido.

Art. 9º - Esta lei complementar entrará em vigor após 90 (noventa) dias de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

Barra do Garças/MT, 21 de outubro de 2019.


ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS
Prefeito Municipal


Tânia Maria Martins do Prado
Auxiliar Administrativa
Portaria 14/1936

cc: TJ
21/10/19

REVISADO
JOÃO LAKSON VIEIRA GOMES
Secretário Geral do Município
Barra do Garças, 21 de Outubro de 2019

CERTIDÃO

Certifico que após pesquisa nos índices de Projetos, de Leis Complementares e Leis Ordinárias não foram encontradas correspondências sobre o tema do Projeto de Lei Complementar N° 010/2019 de autoria do Poder Executivo (Altera dispositivos da Lei Complementar n° 045 de 15 de dezembro de 1.997 que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças e dá outras providências).

Barra do Garças-MT, 21 de outubro de 2019


Rosivan Barbosa Gomes Junior
Auxiliar Administrativo
Matrícula: 331 - Port. 15/2018



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI COMPLEMENTAR

N.º 045 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1997

Modificada da Lei Complementar nº 036 de 30 de dezembro de 1996

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO

MUNICÍPIO

DE

BARRA DO GARÇAS

ESTADO DE MATO GROSSO.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA LEI
COMPLEMENTAR N.º 045 DE 15
DE DEZEMBRO DE 1997,
CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO
MUNICÍPIO DE BARRA DO
GARÇAS, ESTADO DE MATO
GROSSO.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ART. 1º)

TÍTULO - I

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I - da Inscrição no Cadastro Fiscal (Arts. 2º a 8º)

CAPÍTULO II - do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU

SEÇÃO I - do Fato Gerador (Arts. 9º a 12)

SEÇÃO II - do Sujeito Passivo (Arts. 13 a 14)

SEÇÃO III - Da base de cálculo (Arts. 15 a 24)

SEÇÃO IV - Do Lançamento (Arts. 25 a 31)

SEÇÃO V - Do Recolhimento/Desconto (Art. 32)

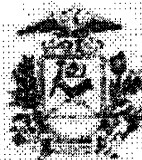
SEÇÃO VI - Das Isenções/Imunidades (Art. 33 a 34)

SEÇÃO VII - Das Infrações/Penalidades (Art. 35 a 37)

SEÇÃO VIII - Revisão de Lançamento (art. 38 a 40)

SEÇÃO IX - Reclamação contra Lançamento (art. 41 a 42)

SEÇÃO X - Disposições Especiais (art. 43 a 50)



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

CAPITULO III - Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

SEÇÃO I - Do Fato Gerador (Arts. 51 a 53)

SEÇÃO II - Do local da prestação (Arts. 54 a 55)

SEÇÃO III - Do Contribuinte e do Responsável (Arts. 56 a 62)

SEÇÃO IV - Da Base de Cálculo e Alíquota (Arts. 63 a 71)

SEÇÃO V - Do Lançamento e Recolhimento (Arts. 72 a 78)

SEÇÃO VI - Da Escrita e do Documento Fiscal (Art. 79)

SEÇÃO VII - Das Isenções (Arts. 80 a 84)

SEÇÃO VIII - Das Infrações e Penalidades (Art. 85)

CAPITULO IV - Do Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI

SEÇÃO I - Do Fato Gerador, do Contribuinte, da não incidência, da alíquota, da Base de Cálculo, do pagamento e da responsabilidade de sucessores e terceiros (Arts. 86 a 96)

SEÇÃO II - Das obrigações acessórias (Arts. 97 a 100)

SEÇÃO III - Das Infrações e das Penalidades (Arts. 101 a 102)

CAPITULO V - Das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa

SEÇÃO I - Do Elenco, do fato gerador e do contribuinte (Arts. 103 a 107)

SEÇÃO II - Da base de cálculo e das alíquotas (Art. 108)

SEÇÃO III - Do lançamento e arrecadação (Arts. 109 a 110)

SEÇÃO IV - Da taxa de licença para instalação e funcionamento (Arts. 111 a 120)

SEÇÃO V - Da taxa de licença para funcionamento em horário extraordinário (Arts. 121 a 126)

SEÇÃO VI - Da taxa de licença para publicidade (Arts. 127 a 134)



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO VII - Da taxa de licença para execução de obras particulares (Arts. 135 a 141)

SEÇÃO VIII - Da taxa de licença para uso de área de domínio público (Arts. 142 a 152)

SEÇÃO IX - Da taxa de licença para abate de animais (Arts. 153 a 155)

SEÇÃO X - Da taxa de licença para o exercício do comércio ou atividade ambulante (Arts. 156 a 166)

SEÇÃO XI - Da taxa de vistoria de segurança contra incêndios (Arts. 167 a 173)

SEÇÃO XII - Das isenções das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa (Arts. 174 a 178)

SEÇÃO XIII - Das infrações e das penalidades (Art. 179)

CAPITULO VI - Das taxas de serviços públicos e de expediente

SEÇÃO I - Das taxas de serviços públicos (Arts. 180 a 189)

SEÇÃO II - Da taxa de expediente (Arts. 190 a 193)

SEÇÃO III - Da taxa de serviços diversos (Arts. 194 a 198)

SEÇÃO IV - Das Isenções (Art. 199)

CAPITULO VII - Da Contribuição de Melhoria

SEÇÃO I - Da Incidência (Arts. 200 a 201)

SEÇÃO II - Do Cálculo (Arts. 202 a 205)

SEÇÃO III - Do Lançamento (Arts. 206 a 207)

SEÇÃO IV - Do Recolhimento (Arts. 208 a 210)

SEÇÃO V - Das Isenções (Art. 211)

CAPITULO VIII - Da capacidade jurídica tributária e da responsabilidade de sucessores e de terceiros (Arts. 212 a 215)



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO VII - Da consulta (Arts. 299 a 303)

SEÇÃO VIII - Das decisões em Instâncias primeira ou única (Arts. 304 a 313)

SEÇÃO IX - Do julgamento em segunda instância (Art. 314)

SEÇÃO X - Do Conselho de Contribuintes (Arts. 315 a 330)

SEÇÃO XI - Das intimações, notificações e prazos (Arts. 331 a 334)

SEÇÃO XII - Da eficácia e execução das decisões (Arts. 335 a 339)

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 340 A 343)



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I - Das disposições gerais (Art. 216)

CAPÍTULO II - Do Crédito Tributário

SEÇÃO I - Da constituição do Crédito Tributário (Art. 217)

SEÇÃO II - Dos pagamentos dos tributos (Arts. 218 a 232)

SEÇÃO III - Da compensação de crédito (Art. 233)

SEÇÃO IV - Da remissão e do parcelamento (Arts. 234a 238)

CAPÍTULO III - Das infrações e das penalidades

SEÇÃO I - Disposições gerais (Arts. 239 a 250)

SEÇÃO II - Da multa moratória (Art. 251)

SEÇÃO III - Das proibições aplicáveis às relações entre os contribuintes em débito e a Fazenda Municipal e da apresentação de certidões negativas de débitos tributários e da Dívida Ativa (Arts. 252 a 264)

SEÇÃO IV - Das sujeições a regime especial de fiscalização (Art. 265)

SEÇÃO V - Da suspensão ou cancelamento de benefícios (Art. 266)

CAPÍTULO IV - Do processo fiscal

SEÇÃO I - Das disposições preliminares (Arts. 267 a 275)

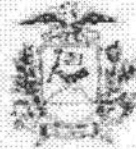
SEÇÃO II - Da apreensão de Bens ou Documentos (Arts. 276 a 281)

SEÇÃO III - Do auto de infração e imposição de multa (Arts. 282 a 287)

SEÇÃO IV - Da representação (Art. 288)

SEÇÃO V - Da impugnação do auto de infração e da reclamação contra lançamento (Arts. 289 a 293)

SEÇÃO VI - Das Diligências (Arts. 294 a 298)



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI COMPLEMENTAR N.º 045 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1997
Modificada da Lei Complementar nº 036 de 30 de dezembro de 1996

" INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO
DO MUNICÍPIO DE BARRA DO
GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WANDERLEI FARIAS SANTOS , PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam instituídos os seguintes tributos:

I - IMPOSTOS:

- a) sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
- b) sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN;
- c) sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos a eles relativos - ITBI;

II) TAXAS:

- a) decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa municipal;
- b) decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte, ou posto à sua disposição.

III) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

TÍTULO I

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL

Art. 2º - O Cadastro Fiscal da Prefeitura integra o seu Cadastro Técnico Municipal, que compreende o conjunto de dados cadastrais referentes aos contribuintes de todos os tributos, podendo merecer denominação e tratamento específicos, quando assim o requeira a natureza peculiar de cada tributo.

Art. 3º - Toda pessoa física ou jurídica, sujeita a obrigação tributária principal deverá inscrever-se no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Parágrafo único - O reconhecimento da imunidade fiscal e a concessão de isenção não dispensam o cumprimento da obrigação acessória prevista neste artigo.

Art. 4º - O prazo de inscrição, de suas alterações e cancelamento, é de 30 (trinta) dias, a contar do ato ou fato que o houver motivado.

Parágrafo único - O poder Executivo, quando julgar conveniente, poderá determinar a renovação da inscrição.

Art. 5º - Far-se-á a inscrição ou será esta alterada:

I - por iniciativa do contribuinte ou de seu representante legal, na forma estabelecida pelo Poder Executivo;

II - de ofício, após expirado o prazo legal.

Parágrafo único - O contribuinte que efetuar a inscrição com informações falsas, erros ou omissão, será equiparado ao que não se inscrever, procedendo-se de ofício sua alteração, com aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 6º - Os pedidos de cancelamento de inscrição serão de iniciativa do contribuinte, instruídos com o último comprovante de pagamento dos tributos a que está sujeito, e somente serão deferidos após informação do órgão fiscalizador.

Parágrafo único - Ao contribuinte em débito não poderá ser concedido cancelamento da inscrição.

Art. 7º - Além do estatuído nesta seção, a obrigação de inscrever-se e as delas decorrentes, inclusive o cancelamento, deverão processar-se com observância das condições, prazos, forma e demais elementos a serem disciplinados pelo Executivo.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades da administração direta ou indireta da União e dos Estados bem como consórcios com outros



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Municípios, para obtenção de elementos cadastrais pertinentes aos contribuintes, mapeamento digital e geoprocessamento.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA.

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 9º - O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, edificado ou não, localizado na zona urbana e ou urbanizada do Município.

Art. 10 - Zona Urbana e ou urbanizada, para efeito deste Imposto, é a periodicamente fixada por lei e que esteja dotada de, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgoto sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado;
- VI - linha regular de ônibus.

Parágrafo único - Consideram-se como zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, ainda que localizados fora da zona definida no "caput" deste dispositivo.

Art. 11 - A incidência do IPTU e sua cobrança, sem prejuízo das penalidades ou combinações, independem:

- I - da legitimidade do título de aquisição ou da posse do imóvel;
- II - do resultado econômico da exploração do imóvel;
- III - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas, relativas ao imóvel.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 12 - Para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador no dia 1º de janeiro de cada ano.

Parágrafo único - Quando no exercício fiscal for executado recadastramento geral de ofício de toda ou parte da zona urbana e ou urbanizada, apurada diferença, poderá esta ser objeto de ação do fisco.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 13 - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 14 - Aplicam-se a este imposto os dispositivos disciplinados nos artigos 243 a 245 desta lei, relativos à responsabilidade de terceiros e sucessores.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 15 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, calculado para os edificados e para os terrenos vagos.

Art. 16 - Considera-se imóvel edificado, para os efeitos deste imposto, o solo com as respectivas edificações permanentes, ainda que apenas parcialmente edificados, desde que possam servir para uso, habitação, recreio, ou ao exercício de quaisquer outras atividades, seja qual for sua estrutura, forma, destinação aparente ou declarada, independentemente da observância de quaisquer dispositivos legais, pertinentes às edificações, bem como da concessão de "habite-se".

Art. 17 - considera-se terreno vago, para os efeitos deste imposto o solo sem edificação, assim entendido, também, o que contenha:

I - edificação em ruínas, em demolição ou condenada;

II - obra paralisada ou em andamento, desde que não possa enquadrar-se na conceituação de imóvel edificado, contida no artigo anterior.

III - uma única edificação localizada em uma unidade imobiliária com área igual ou inferior a 15,00 m² (quinze metros quadrados) de construção.

Art. 18 - Na determinação do valor venal serão tomados, em conjunto ou separadamente, os seguintes elementos:

I - quanto a edificação:

a) o padrão ou tipo da construção, determinado em função dos materiais construtivos;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- b) a área construída;
- c) o valor unitário do metro quadrado, em função da pontuação alcançada pela reposição dos materiais construtivos;
- d) o estado de conservação;
- e) o requinte dos acessórios da edificação, piscina, play-ground e quadras de esportes;
- f) os serviços e equipamentos urbanos existentes no logradouro;
- g) o índice de valorização do logradouro, quadra ou zona em que localizar o imóvel;
- h) o preço do imóvel nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas, segundo o mercado imobiliário local;
- i) a localização em relação a distância de um polo positivo ou negativo de valorização;
- j) a localização em função do zoneamento de uso do solo;
- k) quaisquer outros dados informativos obtidos pela repartição competente.

II - quanto ao terreno:

a) a área, o formato, as dimensões lineares, a localização, o número de frente, a situação em relação a quadra, a topografia, a característica do terreno, o nível do terreno, a característica do solo, terreno urbanizado ou gleba;

b) os fatores indicados nas alíneas f, g, h, i e j do item anterior e quaisquer outros dados complementares.

§ 1º - Na determinação do valor venal não serão considerados:

I - o dos bens móveis, mantidos em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

II - as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.

III - o uso ou desativação.

Art. 19 - O valor venal dos imóveis do Município será apurado com base na planta de valores genéricos de terrenos e tabela de preços de construções, aprovada anualmente pela câmara municipal, até 31 de dezembro do exercício que anteceder ao lançamento.

§ 1º - A planta e a tabela serão elaboradas e revistas anualmente por Comissão própria composta por 03 (três) Vereadores, 01 (um) representante da Delegacia local do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial, 03 (três) representantes da Secretaria de Finanças, sendo 01 (uma) Secretária Executiva/Administrativa sem direito a voto e 01 (um) Engenheiro da Secretaria de Obras e Planejamento; comporá também a Comissão na forma de consultor para elaboração da planta de valores do exercício de 1998 o Diretor Técnico da Empresa CAD - PLAN Ltda, responsável pela implantação do CTM, com direito a voto.

§ 2º - O Executivo encaminhará ofício às entidades de classe e ao Presidente da Câmara Municipal, solicitando a indicação dos representantes para participarem da comissão, e estes, terão um prazo de até 10 dias para encaminhar a resposta.



12

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 3º - Indicados os representantes, o chefe do poder executivo baixará decreto constituindo a comissão, e estabelecendo prazo de execução, a qual será presidida pelo Secretário de Finanças.

§ 4º - A remuneração da Comissão que trata o parágrafo 1º anterior será em forma de jeton, cada membro da Comissão receberá 55 UFIR (cinquenta e cinco ufir) por reunião efetivamente trabalhada, exceto o consultor. Para efeito de remuneração dos membros da Comissão fica limitada em 15 (quinze) as reuniões, as que ultrapassarem este limite não serão remuneradas.

§ 5º - Entende-se por Planta de Valores o conjunto de elementos compostos por um complexo constante de plantas, listas e pautas, todas contendo valores unitários por metro quadrado de terreno ou edificação, para consideração mediante fatores, índices, coeficientes ou similares, estes segundo um modelo de avaliação imobiliária, tudo destinado à apuração do valor venal dos imóveis, compreendendo:

I - Planta de valores genéricos de terrenos - exemplo - (Anexo I desta Lei); valores unitários, por metro quadrado de terreno;

II - Lista Complementar à Planta de valores genéricos de terrenos - exemplo - (Anexo II, desta Lei); valores unitários, por metro quadrado de terreno, complementarmente à Planta de que trata o inciso anterior indicando setor cadastral e número da planta de valor (PV) correspondente ao mapeamento dos valores;

III - Tabela de preço de construção - exemplo - (Anexo III, desta Lei); valores unitários, por metro quadrado de construção com base na pontuação alcançada em função dos componentes da edificação;

IV - Modelo de Avaliação de Imóveis (Anexo IV e IV-A, desta Lei); normas e parâmetros para o cálculo do valor venal dos imóveis, mediante a adoção, conforme o caso dos valores fixados nos elementos de que tratam os incisos anteriores, deste artigo.

V - Dos elementos de que tratam os incisos I, II, e III, deste artigo, independentemente do conteúdo do Modelo de Avaliação de Imóveis, referido no inciso IV, poderão constar, em termos condicionantes ou complementares, normas e parâmetros, com o destacamento ou não de fatores, índices, coeficientes ou similares, tudo relativo à avaliação imobiliária.

VI - Boletim de informações cadastrais BIC, com as características do terreno e componentes construtivos da edificação e o manual de preenchimento do mesmo. Anexo V

Art. 20 - Incorrendo a promulgação do Decreto que nomeia a comissão de que trata o artigo 19, os valores venais serão os mesmos utilizados para o cálculo do imposto do exercício imediatamente anterior corrigidos com base e limite no sistema especial de atualização monetária.

Parágrafo Único - A correção far-se-á, anualmente, por ato do Secretário de Finanças.

Art. 21 - Para efeito de lançamento do imposto predial e territorial urbano fica criado 4 (quatro) zonas fiscais, compreendendo:



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- 1ª zona;
- 2ª zona;
- 3ª zona
- 4ª zona.

§ 1º - Constituem as zonas fiscais neste artigo os bairros, setores, vilas e logradouros especificados na relação anexa. (Anexo VI-A)

I - Pertencem a 1ª zona fiscal os bairros (ou loteamentos) e logradouros, que tenham a infra estrutura básica, tais como, pavimentação de vias, rede e iluminação pública, rede telefone, distribuição de água tratada e os serviços públicos mantidos regularmente pela Prefeitura.

II - Pertencem a 2ª zona fiscal os bairros (ou loteamentos) e logradouros que tenham no mínimo a pavimentação de vias e rede elétrica e os serviços públicos mantidos regularmente pela Prefeitura.

III - Pertencem a 3ª zona fiscal os bairros, áreas e glebas que situarem entre as 2ª e 4ª zona fiscal, não requerendo a existência de pavimentação de vias e rede elétrica.

IV - Pertencem a 4ª zona fiscal os bairros (ou áreas urbanizadas) periféricos que não possuem pavimentação de vias, exceto o Distrito Industrial.

§ 2º - O bairro ou o logradouro localizado em determinada zona fiscal que receber a infra estrutura semelhante a de outra zona, deverá ser proposto a integração do mesmo nesta zona quando do encaminhamento da planta de valores à Câmara Municipal.

§ 3º - O bairro ou o logradouro poderá passar para outra zona fiscal na sua totalidade e ou parcialmente.

§ 4º - O poder contributivo dos contribuintes proprietários de um determinado bairro deverá também ser considerado para definir em que zona fiscal o bairro passará a pertencer.

Art. 22 - As alíquotas por zona (Anexo IV-A) aplicáveis no cálculo do imposto são:

I - para os imóveis residenciais edificados:

- a) 1ª zona aplica-se a alíquota de 0,50%;
- b) 2ª zona aplica-se a alíquota de 0,40%;
- c) 3ª zona aplica-se a alíquota de 0,30%;
- d) 4ª zona aplica-se a alíquota de 0,20%.

II - para os imóveis edificados não residenciais:

- a) 1ª zona aplica-se a alíquota de 0,7%;
- b) 2ª zona aplica-se a alíquota de 0,5%;
- c) 3ª zona aplica-se a alíquota de 0,3%;
- d) 4ª zona aplica-se a alíquota de 0,1%.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

III - para os imóveis não edificados:

- a) 1ª zona aplica-se a alíquota de 1,5%;
- b) 2ª zona aplica-se a alíquota de 1,0%;
- c) 3ª zona aplica-se a alíquota de 0,7%;
- d) 4ª zona aplica-se a alíquota de 0,5%.

Art. 23 - Fica criada a alíquota progressiva para a 1ª zona fiscal, para os lotes não edificados, acima de 02 (dois) lotes, maiores de 450m², e que não construíram no prazo de 05 (cinco) anos, visando evitar a especulação imobiliária e ao mesmo tempo, estes lotes deverão ser devidamente murados e efetuado os devidos passeios ao redor dos mesmos, para uma melhor urbanização.

Parágrafo Único - A alíquota progressiva poderá ser lançada para toda a 1ª zona fiscal ou mesmo para um único bairro e será de 1,5% no máximo a cada ano, a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel podendo chegar a um percentual total máximo de 6,0%, independentemente da alíquota referente no artigo anterior.

Art. 24 - As importâncias destinadas à apuração do valor venal dos imóveis serão fixadas em UFIR.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO

Art. 25 - O lançamento do imposto será de ofício e anual, efetuando com base em elementos do Cadastro Técnico Municipal - CTM, do imobiliário.

§ 1º - Para efeito de lançamento, as construções, edificações ou as demolições, ocorridas durante o exercício, serão levadas em consideração a partir do exercício seguinte.

§ 2º - Na ocorrência de ato ou fato que justifique alterações de lançamento no curso do exercício estas serão procedidas apenas mediante processo regular por despacho da autoridade fazendária competente.

Art. 26 - Sempre que possível, o lançamento do imposto será feito em conjunto com as Taxas de Serviços Públicos com ele notificáveis.

Art. 27 - O lançamento será distinto para cada imóvel ou unidade imobiliária autônoma, ainda que contíguos ou vizinhos e pertencentes ao mesmo contribuinte.

§ 1º - Unidade autônoma é a que permite ocupação ou utilização privativa, com acesso exclusivo ou comum às demais, nunca, porém, através ou por dentro de outras.

§ 2º - A caracterização da unidade imobiliária autônoma não implica no reconhecimento da natureza ou forma do título aquisitivo da propriedade, domínio ou posse.

Art. 28 - O lançamento poderá ser feito em nome do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel a qualquer título.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Parágrafo Único - O lançamento do imposto observará, dentre outros, os seguintes ordenamentos:

I - nos casos de condomínio "pró indiviso" em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários, sem prejuízo, nos dois primeiros casos, da responsabilidade solidária dos demais;

II - no caso de condomínio, com unidades autônomas, em nome dos respectivos proprietários, titulares do domínio

Art. 29 - Enquanto não ocorrer a decadência do direito do fisco municipal, para constituir o crédito tributário, poderão ser efetuados lançamentos omitidos, por quaisquer circunstâncias, assim como lançamentos adicionais ou complementares de outros que tenham sido feitos com vício, irregularidade ou erro de fato.

§ 1º - O pagamento da obrigação tributária proveniente de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte, em consequência de lançamentos adicionais ou complementares de que trata este artigo.

§ 2º - Os lançamentos adicionais ou complementares não invalidam o lançamento anterior aditado ou complementado.

Art. 30 - O contribuinte será notificado do lançamento mediante entrega, contra recibo, do aviso de lançamento em seu domicílio fiscal ou na sede da Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - Na falta de eleição de domicílio fiscal pelo contribuinte, ou sendo desconhecidos da fazenda municipal os locais a que se referem os incisos I e II do artigo n.º 127 da Lei 5.172, de 25/10/66, que aprovou o Código Tributário Nacional, será considerado como domicílio fiscal o local em que estiver situado o imóvel.

§ 2º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação do tributo, considerando-se também, neste caso, como domicílio tributário, o local em que estiver situado o imóvel.

§ 3º - Nos casos previstos nos parágrafos 1º e 2º o contribuinte será notificado do lançamento por edital, publicado na forma da lei.

§ 4º - quando o contribuinte eleger domicílio fiscal fora do Município, considerar-se-á notificado do lançamento com a remessa do respectivo aviso por via postal registrada, ou por edital publicado na forma do parágrafo anterior.

Art. 31 - A notificação do lançamento será feita com prazo de no mínimo, 30 (trinta) dias corridos contados do dia seguinte ao daquele em que for passado recibo no aviso de lançamento, da sua remessa, por mensageiro, via postal registrada ou da publicação de edital, conforme a Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único - Considera-se regularmente efetuado o lançamento com a entrega da notificação a qualquer das pessoas indicadas no art. 13 ou a seus prepostos.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO V

DO RECOLHIMENTO / DESCONTO

Art. 32 - Os prazos para recolhimento do imposto poderão ser concedidos, pelo executivo, em termos de parcelas, com vencimento da última no exercício em que ocorreu o fato gerador, da seguinte forma:

I - Em parcela única;

II - em até 03 (três) parcelas, fixadas em UFIR;

§ 1º - O recolhimento do IPTU efetuado em uma única parcela até a data de vencimento terá um desconto de 30% (trinta por cento);

§ 2º - O recolhimento do IPTU em parcelas quando for efetuado cumprindo a obrigação até o vencimento terá um desconto de 10% (dez por cento);

§ 3º - O parcelamento do IPTU somente ocorrerá quando o lançamento do tributo for igual ou superior a 40 (quarenta) UFIR;

§ 4º - A partir do exercício de 1999 o contribuinte que estiver com o IPTU dos anos anteriores quitados gozará de mais 5% (cinco por cento) de desconto.

SEÇÃO VI

DAS ISENÇÕES / IMUNIDADES

Art. 33 - Fica isento do pagamento do IPTU o imóvel:

I - pertencente a ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira que não possua outro imóvel no Município e resida no mesmo;

II - No residencial com com área total edificada não superior a 60 metros quadrados, regularizada por alvará de construção ou "habite-se", desde que situado na segunda, terceira e quarta zona fiscal e desde que o contribuinte comprove que sua renda familiar não ultrapassa uma vez e meia o salário mínimo, por mês.

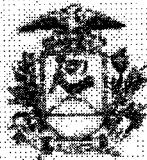
III - Cedidos gratuitamente em sua totalidade, para uso da União, Estado ou Município.

Art. 34 - São imunes ao pagamento do IPTU:

I - Os imóveis pertencentes à União, Estado e Município;

II - Os Templos de qualquer culto.

a) A imunidade de bens imóveis dos Templos compreende à;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

b) Igreja, a Sinagoga, ou edifício principal, onde se celebra a cerimônia pública desde que pertença à entidade religiosa;

c) O Convento, os anexos, por força de compreensão, inclusive a casa ou residência especial do pároco ou pastor, pertencente à entidade religiosa, desde que não empregados para fins econômicos.

SEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES/PENALIDADES

Art. 35 - Pelo descumprimento de normas constantes desta Lei, serão aplicadas as seguintes multas:

I - por faltas referentes ao recolhimento do IPTU pela utilização do serviço público.

a) 5% (cinco por cento) do valor do imposto e taxas, aos que recolherem o tributo após o prazo regulamentado no calendário fiscal;

II - 20 UFIR, aos que deixarem de proceder o cadastramento e as alterações ocorridas nas características do imóvel e poderá ser cobrada juntamente com o IPTU do exercício seguinte ao que ocorreu a infração.

Art. 36 - As alíquotas fixadas nos termos do Art. 22 incisos I, II e III, serão acrescidas quando o imóvel estiver situado em logradouro público pavimentado pertencente 1ª e 2ª zona fiscal e dotado de meio fio, não dispuser de passeio, muro, muro cerca, gradil, mureta e mureta/gradil ladeado à via, serão acrescidas na forma abaixo:

§ 1º - pela falta de passeio de 10% (dez por cento) para o primeiro exercício lançado e, 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) nos exercícios seguintes respectivamente;

§ 2º - pela falta de muro ou, muro cerca, gradil, mureta e mureta gradil de 15% (quinze por cento) para o primeiro exercício lançado e, 30% (trinta por cento) e 50% (cinquenta por cento) nos exercícios seguintes respectivamente;

I - A penalidade prevista neste artigo será imposta ao proprietário do imóvel, automaticamente, sem prejuízo de sua obrigação legal de construir nele passeio ou fecho;

II - os proprietários dos imóveis que, no decurso do exercício fiscal, construir nele as benfeitorias de que trata este artigo, deverá comunicar ao cadastro imobiliário, para não ser lançado no exercício seguinte.

Art. 37 - Os débitos não pagos nos prazos regulamentares, ficam acrescidos dos juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao vencimento.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Parágrafo Único - Quando a cobrança ocorrer por ação executiva, o contribuinte responderá ainda pelas custas processuais e honorários advocatícios.

SEÇÃO VIII

REVISÃO DE LANÇAMENTO

Art. 38 - O lançamento, regularmente efetuado e após a notificação ao sujeito passivo (art. 13), só pode ser alterado em virtude de:

I - Iniciativa de ofício da autoridade lançadora, quando se comprove que no lançamento ocorreu erro na apreciação dos fatos, omissão ou falta de autoridade que efetuou ou quando devia ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento.

II - Deferimento, pela autoridade administrativa, de reclamação ou impugnação do sujeito passivo, em processo regular, obedecidas as normas processuais previstas neste código.

Art. 39 - Far-se-á ainda, revisão de lançamento, sempre que se verificar erro na fixação do valor venal ou da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo Fisco Municipal.

Art. 40 - Uma vez reviso o lançamento, com obediência às normas e exigências previstas, será aberto um prazo de 20 (vinte) dias ao sujeito passivo, para efeito de pagamento do tributo ou da diferença deste, sem acréscimo de qualquer penalidade.

SEÇÃO IX

DA RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO

Art. 41 - A reclamação será apresentada na repartição competente da Secretaria de Finanças, em requerimento escrito, obedecidas as formalidades e assinada pelo próprio contribuinte ou por quem dele fizer as vezes, na forma dos artigos 13, 14 e disciplinados pelos artigos 243 a 245 e 204 a 314, deste Código, ou ainda por Procurador legalmente nomeado, observando o prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da notificação de que trata o artigo 31 também deste Código.

Parágrafo Único - Da reclamação será fornecido recibo ao reclamante.

Art. 42 - A reclamação, apresentada dentro do prazo previsto no artigo anterior, terá efeito suspensivo quando:

I - houver engano quanto ao sujeito passivo ou aplicação de alíquota;

II - existir erro quanto à base do cálculo, ou do próprio cálculo;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

III - os prazos para pagamento divergirem dos previstos no calendário fiscal.

Parágrafo Único - O contribuinte que tiver sua reclamação indeferida responderá pelo pagamento da multa e outras penalidades já incidentes sobre o tributo.

SEÇÃO X

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 43 - Os cartórios ficam obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, na forma do artigo 134, inciso VI, do Código Tributário Nacional, conforme o caso, certidão de aprovação de loteamento, reloteamento, desmembramento e remembramento de lotes, cadastramento, de limites e confrontações de lotes, para efeito de registro de loteamento, reloteamento, averbação do desmembramento, remembramento e da edificação no imóvel ou de lavratura e registro de instrumento de transferência ou venda do imóvel.

Art. 44 - afim de efetivar a inscrição no cadastro imobiliário é o responsável pelo imóvel obrigado a comparecer aos órgãos competentes da Prefeitura, munido do título de propriedade ou do compromisso de compra e venda, para as necessárias anotações.

§ 1º - A inscrição deverá ser efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de escritura definitiva ou da promessa de compra e venda, sob pena de incorrer o adquirente em multa de 30 (trinta) UFIR.

§ 2º - Os Cartórios e as Imobiliárias ficam obrigados a remeterem à Prefeitura, mensalmente, a listagem dos imóveis transacionados, bem como, o nome do adquirente e o número do controle de pessoa física (CPF) e seu respectivo domicílio, e jurídica (CGC) se for o caso.

Art. 45 - Será exigida certidão negativa da Secretaria de Finanças do Município, nos seguintes casos:

I - Concessão de habite-se e licença para construção, reforma, demolição e ampliação;

II - Aprovação de projetos de edificação ou construção, loteamentos, reloteamentos, desmembramento e remembramento;

III - licença para instalação e funcionamento de atividade econômica;

IV - participação em concorrência pública, inscrições no cadastro de licitantes do Município e pedido de concessão de serviços públicos de competência municipal;

V - contratos de locação de bens imóveis a órgãos públicos;

VI - pedidos de reconhecimento de imunidade para o imposto a que refere este artigo.



+

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

VII - Quando do lançamento do imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis - ITBI.

Art. 46 - É obrigatório a consulta do Cadastro Imobiliário nos seguintes casos:

I - Expedição de certidões relacionadas com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

II - reclamação contra lançamento;

III - restituição de tributos imobiliários e taxas que a eles acompanham;

IV - remissão parcial ou total de tributos imobiliários;

V - lançamento do imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis - ITBI.

Art. 47 - As solicitações que vierem alterar as informações cadastrais do boletim de informações cadastrais - BIC que afetam no cálculo do valor venal do imóvel, só poderão ocorrer com a indicação do nº do processo e o deferimento do Secretário de Finanças.

Art. 48 - Em hipótese alguma o valor do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana será inferior a 15 (quinze) UFIR.

Art. 49 - Os imóveis rurais serão objeto de avaliação para determinação do valor venal pela mesma comissão de planta de valores nomeada pelo executivo em conformidade com o artigo 19.

§ 1º - A apuração do valor venal dos imóveis rurais será determinado multiplicando o valor genérico por hectare da região, definido pela Comissão de Valores, pela área do imóvel.

§ 2º - O valor venal dos imóveis rurais será determinado a nível de até micro-região, considerando a terra nua.

Art. 50 - O valor venal dos imóveis urbanos e rurais calculados pelo sistema informatizado servirá como pauta para alienações (apropriação, desapropriação, permuta, doação e dação) e lançamento do ITBI.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 51 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços não compreendidos na competência da União ou dos Estados.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Parágrafo Único - Consideram-se serviços os constantes da "Lista de Serviços" de contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com a redação dada pela Lei Complementar (Federal) nº 56, de 15 de dezembro de 1987, contida no Anexo XIII, desta lei.

Art. 52 - Os serviços relacionados na lista a que se refere o parágrafo único do art. anterior ficam sujeitos apenas ao ISSQN, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções contidas na própria lista.

Art. 53 - A incidência do imposto independe:

- I - da existência de estabelecimento fixo;
- II - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas, relativas ao exercício da atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
- III - do resultado financeiro do exercício da atividade;
- IV - do recebimento ou não do preço do serviço no mês ou exercício;
- V - da habitualidade na prestação do serviço.

SEÇÃO II

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO

Art. 54 - considera-se local da prestação dos serviços:

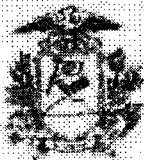
- I - o estabelecimento do prestador, ou, na falta daquele, o seu domicílio;
- II - No caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação;

Art. 55 - Caracterizam-se como estabelecimentos autônomos para efeito de lançamento e cobrança do imposto:

- I - os que, embora no mesmo local, ainda que idêntico o ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II - os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

§ 1º - Não se compreendem como locais diversos dois ou mais prédios contíguos e que se comuniquem internamente, com vários pavimentos de um mesmo prédio.

§ 2º - Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo, para efeito de manutenção de livros e documentos fiscais e para reconhecimento do imposto relativo às atividades nele desenvolvidas, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos e penalidades referentes a qualquer deles.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO III

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 56 - Contribuinte do imposto é o prestador de serviços seja pessoa física ou jurídica que exercer, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades constantes da Lista de Serviços Anexo XIII.

§ 1º - Não são contribuintes:

I - os que prestam serviços em relação de emprego;

II - os trabalhadores avulsos;

III - os diretores e membros do Conselho Consultivo ou Fiscal de Sociedade.

§ 2º - Todo aquele que se utilizar do serviço prestado por empresa ou profissional autônomo sob a forma de trabalho remunerado, deverá exigir, na ocasião do pagamento, a apresentação da nota fiscal devidamente numerada e autenticada pelo órgão competente da Prefeitura e inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços.

Art. 57 - Para os efeitos do imposto sobre serviços, entende-se por: (ISS)

I - Empresa:

a - pessoa jurídica, Sociedade Comercial, Civil, que exercer atividade econômica de prestação de serviços;

b - a firma individual da mesma natureza.

II - Profissional autônomo:

a - o profissional liberal, como tal considerado todo aquele que realize trabalho ou ocupação intelectual (científica, técnica ou artística), de nível universitário ou a este equiparado, com o objetivo de lucro ou remuneração;

b - a pessoa que, sem vínculo de subordinação, exerce com absoluta independência uma profissão, arte, ofício ou função da natureza permanente mediante remuneração.

Parágrafo Único - O profissional autônomo que utilizar empregados na execução dos serviços por ele prestados, equipara-se à empresa, para os efeitos de tributação.

Art. 58 - O imposto é devido:

I - pelo proprietário do estabelecimento ou do veículo de aluguel, a frete, ou de transporte individual ou coletivo, no território municipal;

II - pelo locador ou cedente do uso de bem móvel.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 59 - O proprietário do imóvel, o dono da obra e o empreiteiro são responsáveis pelo pagamento do imposto solidariamente com o contribuinte, em relação aos serviços de construção civil e congêneres, que lhe forem prestados, sem a documentação fiscal correspondente ou sem prova de pagamento do imposto devido pelo prestador de serviço.

Art. 60 - Toda pessoa física ou jurídica que utilizar serviços de empresa ou de profissional autônomo é responsável pelo pagamento do imposto relativo aos respectivos serviços, quando pagar, parcial ou totalmente, o preço do serviço, sem exigir do prestador:

I - comprovação da respectiva instrução no cadastro fiscal, em se tratando de lançamento de ofício;

II - emissão de fatura ou nota fiscal de serviço, nos demais casos.

§ 1º - Quando o prestador de serviços não emitir o documento fiscal próprio à sua atividade, ou deixar de comprovar sua respectiva inscrição, a fonte pagadora reterá o montante do imposto devido, recolhendo-o até o dia 6 do mês imediato ao da retenção.

§ 2º - No verso do documento correspondente ao recolhimento, o usuário do serviço declarará o nome e endereço do prestador de serviços e a natureza de sua atividade.

Art. 61 - As pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas pelo regime de imunidade ou isenção tributária, sujeitam-se às obrigações previstas nesta seção, sob pena de suspensão ou perda do benefício.

Art. 62 - Aplicam-se a este imposto os dispositivos referentes a responsabilidade dos sucessores e de terceiros, constantes dos artigos 243 a 245.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 63 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Parágrafo único - Para efeito de cobrança do imposto, considerar-se-á como valor do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

Art. 64 - O imposto será calculado aplicando-se as seguintes alíquotas:

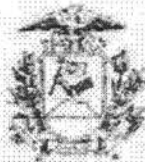
I - diversões públicas 5% (cinco por cento).

II - execução de obras hidráulicas e de construção civil 5% (cinco por cento).

III - prestações de serviços de transporte municipal 5% (cinco por cento).

IV - outras prestações de serviços 3% (três por cento).

V - serviços de pulverização de área agrícola 2% (dois por cento).



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 65 - O imposto terá como base de cálculo o preço do serviço, aplicando-se a alíquota correspondente para a atividade principal ou predominante, quando a empresa, ou profissional autônomo a ela equiparado, possam ser enquadrados, face à natureza de suas atividades em mais de uma alíquota.

§ 1º - Considera-se atividade principal ou predominante para efeitos deste artigo, a que gerar maior receita tributável, no período.

§ 2º - Equipara-se à empresa o profissional autônomo que utilizar-se, a qualquer título, de mais de (2) dois colaboradores, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados, ou não for inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 66 - Quando da prestação dos serviços a que se referem os itens 31, 32 e 33, da Lista de Serviços Anexo XIII, do preço do serviço serão deduzidas as parcelas correspondentes ao valor das subempreitadas tributáveis pelo imposto.

Parágrafo Único - Poderá ser deduzido de até 60% (sessenta por cento), para cálculo do ISSQN, o valor da Nota fiscal de empreitada, quando nesta estiverem incluídos os valores dos materiais e, desde que se faça juntar à Nota Fiscal, cópia do contrato comprobatório.

Art. 67 - Quando o volume, natureza ou modalidade de prestação do serviço aconselhar tratamento fiscal mais adequado, a receita mensal poderá ser fixada por estimativa, a critério da Fazenda Municipal, observadas as seguintes normas:

I - com base em informações do prestador do serviço e em outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe, diretamente vinculados à atividade, serão estimados, pela autoridade fazendária, o valor provável das operações tributáveis e do imposto total a recolher no exercício ou período.

II - o montante do imposto, assim estimado, será parcelado para recolhimento em prestações mensais.

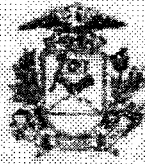
III - findo o período para o qual se fez a estimativa ou deixando o sistema de ser aplicado, por qualquer motivo, e a qualquer tempo, serão apurados a receita real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo prestador do serviço, no período considerado, respondendo este pela diferença apurada, ou tendo direito a restituição do excesso pago, conforme o caso;

IV - verificada qualquer diferença entre o montante recolhido por estimativa e o apurado, será ela:

a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do período considerado, independentemente de qualquer iniciativa fiscal, quando favorável a Fazenda Municipal.

b) restituída mediante requerimento do contribuinte quando favorável ao mesmo.

§ 1º - A aplicação do regime de estimativa poderá ser suspensa a qualquer tempo, mesmo não findo o exercício ou período, a critério da autoridade fazendária.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 2º a autoridade fazendária poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes a revisão.

Art. 68 - Quando o documento de arrecadação não for apresentado no prazo estipulado na legislação tributária e nos casos de declaração de preços de serviços que não mereçam fé do fisco, a autoridade fazendária, sem prejuízo das cominações ou penalidades cabíveis, poderá:

I - apurá-los, diante dos dados ou elementos em poder do sujeito passivo, adotando, concomitantemente e se desejado, os recursos de que trata o inciso I, do artigo anterior;

II - arbitrá-los.

Art. 69 - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da Receita Bruta resultante da prestação de serviços, ou quando os registros relativos ao imposto não merecerem fé pelo fisco, tomar-se-á para base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;

II - folha de salário pago durante o ano, adicionada de honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, levando em conta o lucro obtido nas vendas de matérias primas ou outras materiais, no varejo e no atacado;

III - valor venal dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo;

IV - despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte;

V - total das despesas com fornecimento de água, energia elétrica, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.

§ 2º - Somente proceder-se-á da forma estabelecida no "caput" deste artigo em casos de empresas ou pessoas físicas exclusivamente prestadoras de serviços.

§ 3º - Quando o prestador de serviços tiver vendas de qualquer natureza, deverá ser levado em conta, para arbitramento, o lucro das mesmas, para pagamento de pessoal, retirada dos sócios e demais despesas.

Art. 70 - O preço do serviço poderá ser arbitrado, mediante processo regular e sem prejuízo das penalidades cabíveis, também nos seguintes casos:

I - quando se apurar fraude, sonegação, erro ou omissão ou se o sujeito passivo embarçar o exame dos livros e demais elementos do documentário fiscal, necessários ao lançamento e fiscalização do tributo;

II - quando o sujeito passivo não apresentar documento de arrecadação ou não efetuar o pagamento do imposto no prazo legal;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

III - quando o sujeito passivo não possuir ou tiver ocorrido a perda ou extravio de livros, documentos, talonários de notas fiscais, formulários ou quaisquer outros elementos do documentário fiscal, exigido pela legislação tributária municipal.

Art. 71 - O montante do imposto será sempre considerado parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais, simples indicação de controle.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 72 - O Lançamento será efetuado por homologação.

Parágrafo único - Como exceção, o lançamento será de ofício, sem prejuízo de qualquer cominação cabível, nos seguintes casos:

I - quando ocorrer a apuração ou arbitramento de preços de serviço, mediante a aplicação do disposto nos artigos 70 a 72;

II - quando se tratarem das atividades que se sujeitam a alíquota fixas calculadas com base na UFIR.

Art. 73 - Os contribuintes subordinados ao lançamento por homologação, dentre eles incluídos os sujeitos ao regime de receita mensal fixada por estimativa, deverão recolher o imposto referente a cada mês, mediante o preenchimento de documento de arrecadação, independentemente de qualquer aviso ou notificação, até o dia 6(seis) do mês subsequente ao vencido. *Alterado*

Parágrafo único - Quando se tratar de atividade iniciada no curso do exercício financeiro, o primeiro recolhimento ocorrerá no 6º (sexto) dia do mês subsequente ao do início da atividade e se referirá ao movimento ocorrido no primeiro mês de operação, prosseguindo-se nos meses seguintes, consoante o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 74 - Será de (5) cinco anos, contados da data da ocorrência do fato gerador, o prazo do cálculo da importância sujeita ao lançamento por homologação, não correspondendo a esta qualquer intervenção da Fazenda Municipal, relativa a preenchimento de documento de arrecadação ou autorização para pagamento em caixa ou agente recebedor, que lhe seja solicitada pelo sujeito passivo, para cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 75 - Quando contribuinte subordinado ao lançamento por homologação, exceto os sujeitas ao regime de receita mensal fixada por estimativa, pretender provar, com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico, por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município, deverá apresentar o competente documento de arrecadação, mensalmente, no prazo que seria o do pagamento, para controle do órgão fiscalizador.



Cam. Mun. B. Garças
Fis. 032
Ass. J

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art.76 - No caso dos serviços relacionados no item 59, da Lista de Serviços Anexo XIII, será aplicado o regime de recolhimento por antecipação, para a prestação dos serviços em caráter eventual ou descontínuo, pagando-se o imposto por ocasião da obrigatória averbação dos ingressos.

Parágrafo único - Quando a prestação dos serviços de que trata a "caput" for habitual, o recolhimento poderá ser feito, a critério da Fazenda Municipal, até oito dias após a averbação dos ingressos.

Art. 77 - Suprimido

Art. 78 - Quando se tratar dos casos sujeitos a alíquotas fixas, calculadas com base na UFIR o imposto, por exercício fiscal, será recolhido de uma só vez, ou em parcelas, a critério do Executivo, nos prazos indicados nos avisos de lançamento, ou em edital, se for o caso.

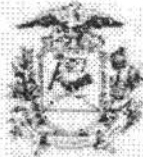
§ 1º - Para os contribuintes sujeitos à forma de lançamento previsto no "caput", que venham a iniciar a prestação de serviços, no curso do exercício financeiro, a alíquota anual a ser paga será dividida por 12 e parcelada em tantos avos quantos forem os meses de atividades tributável, computando-se por inteiro o mês de início.

§ 2º - Quando a atividade tiver início no curso de exercício financeiro, o tributo relativo a ele será recolhido da seguinte forma:

- a) a primeira parcela no ato da inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura;
- b) as demais parcelas de conformidade com os vencimentos fixados para o exercício.

§ 3º - Se o contribuinte vier a encerrar a prestação de serviços no decurso do exercício financeiro, o imposto será devido no ato do encerramento pela alíquota anual prevista para a atividade, calculada em relação ao semestre em que ocorreu o encerramento, com restituição, se caso, do relativo ao excedente.

§ 4º - Para efeito de notificação, adotar-se-à o critério anteriormente previsto para o imposto predial e territorial urbano - IPTU, Art. 31 deste Código.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO VI

DA ESCRITA E DO DOCUMENTÁRIO FISCAL

Art. 79 - O Poder Executivo, mediante decreto, poderá:

I - instituir o documentário fiscal no interesse da arrecadação e fiscalização do imposto;

II - estabelecer os modelos e disciplinar a forma, os prazos e as condições para a escrituração de livros fiscais, preenchimentos de formulários, documentos de arrecadação, declarações ou quaisquer outros elementos que venham a integrar o documentário fiscal;

III - dispor sobre a dispensa de livros, notas fiscais e demais elementos do documentário fiscal, tendo em vista o volume, a natureza ou a modalidade da prestação de serviço.

Parágrafo Único - Os livros, talonários, declarações, faturas, guias de recolhimento e demais elementos do documentário fiscal exigidos pela legislação tributária municipal, deverão ser autorizados e autenticados pelo Fisco Municipal e mantidos no estabelecimento prestador de serviço ou no escritório de contabilidade e postos à disposição, quando pelo Fisco solicitados.

SEÇÃO VII

DAS ISENÇÕES

Art. 80 - São isentos do ISSQN:

I - as casas de caridade, as sociedades de socorro mútuo e estabelecimentos de fins humanitários e assistências, sem finalidade lucrativa;

II - as associações desportivas, culturais, recreativas e colônias de férias, devidamente legalizadas, em razão do cumprimento de suas finalidades estatutárias, desde que seus diretores não sejam remunerados e excluídas as prestações de serviços em concorrência com empresas privadas;

III - os espetáculos ou festivais promovidos por entidades de fins culturais, assistências e patrióticos, cuja renda seja destinada aos objetivos de tais entidades;

IV - as entidades mantenedoras de pequeno zoológico, sem fins lucrativos, mas com feito científico e educacional, desde que franqueiem o ingresso a alunos de escolas públicas municipais e de entidades assistências e filantrópicas.

Art. 81 - As isenções serão solicitadas em requerimento, acompanhado das provas de que o contribuinte preenche os requisitos necessários à obtenção do benefício.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 82 - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovações de isenção referir-se àquela documentação, apresentando as provas relativas ao novo exercício.

Art. 83 - As isenções devem ser requeridas até o último dia útil do ano anterior, sob pena de perda do benefício fiscal no exercício seguinte.

Art. 84 - Nos casos de início de atividade, o pedido de isenção deve ser feito por ocasião da concessão da licença para localização e funcionamento de estabelecimento.

SEÇÃO VIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 85 - As infrações às disposições deste capítulo serão punidas, sem prejuízo da exigência do imposto, com as seguintes penalidades:

I) multa no valor de 50 (cinquenta) UFIR'S nos casos de deixar de comprovar mensalmente com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município;

II - multa de valor igual a 100 (cem) UFIR'S nos casos de não possuir ou negar a apresentar à fiscalização livros, talonários, declaração, faturas, guias de recolhimento e demais elementos do documentário fiscal exigido pela Legislação Tributária Municipal, bem como nos casos em que tais livros e documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos ou quando o contribuinte de qualquer outro modo impedir ou embaraçar a ação fiscal;

III - multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido atualizado no campo de não emissão da nota fiscal, ou sua emissão com erros ou omissões, bem como com importâncias diversas nas várias vias;

IV - multa de 100% (cem por cento) não cumprimento da obrigação de retenção do tributo na fonte, ou seu não recolhimento;

Parágrafo Único - As penalidades serão aplicadas cumulativamente, quando for o caso.

CAPÍTULO IV

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR, DO CONTRIBUINTE, DA NÃO-INCIDÊNCIA DA ALÍQUOTA, DA BASE DE CÁLCULO, DO PAGAMENTO E DA RESPONSABILIDADE DE SUCESSORES E TERCEIROS.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 86 - O Imposto sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis tem como fato gerador a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Art. 87 - Constituem hipótese de incidência do imposto sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis - ITBI:

- I - a compra e venda;
- II - a dação de pagamento;
- III - a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contíguos;
- IV - a aquisição por usucapião;
- V - os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de imóveis e respectivos subestabelecimentos;
- VI - a arrematação, a adjudicação e a remição;
- VII - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatários, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- VIII - o valor dos bens imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados judicialmente ou divorciados;
- IX - a cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda;
- X - a cessão de direitos à sucessão aberta de imóveis situados no Município;
- XI - a cessão de benfeitorias e construções em terreno comprometido à venda ou alheio, exceto a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;
- XII - todos os demais atos translativos de imóveis por natureza ou acessão física e constitutivos de direitos reais sobre imóveis.

Art. 88 - O imposto é devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo, e o valor venal dos imóveis urbanos e rurais calculados pelo sistema informatizado do IPTU será o valor de pauta para a base de cálculo do imposto sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis - ITBI.

Art. 89 - O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 1º - Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores e



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

24 (vinte e quatro) meses subsequentes à aquisição, decorrem de transações imobiliárias mencionadas neste artigo.

§ 2º - Verificada a preponderância referida no § 1º deste artigo, o imposto será devido nos termos da lei vigente a data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nesta data, com os acréscimos de multa, atualização monetária e juros de mora.

§ 3º - As disposições contidas nos parágrafos anteriores não devem ser aplicadas à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 90 - O imposto sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis não é devido:

I - no subestabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer, para o efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel;

II - na retrovenda, preempção ou retrocessão, bem como nas transmissões clausuladas com o pacto de melhor comprador ou comissário, quando voltem os bens ao domínio do alienante, por força da estipulação contratual ou falta de desatinação do imóvel, desapropriado, não se restituindo o imposto pago.

Art. 91 - São contribuintes do imposto sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis:

I - os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

II - nas cessões de direitos, decorrentes de compromissos de compra e venda, os cedentes;

III - nas permutas, cada parte pagará o imposto sobre o valor do bem adquirido;

Art. 92 - A base de cálculo do imposto sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis - ITBI - para os imóveis urbanos, será o seu valor venal constante do último lançamento do imposto predial e territorial urbano - IPTU - atualizado até a data do efetivo pagamento do imposto.

Parágrafo único - O Executivo, por decreto, constituirá uma comissão composta por 04 (quatro) servidores dos quadros da Secretaria de Finanças, sendo Um Presidente, um Vice-Presidente e 02 (dois) membros que arbitrarão a base de cálculos para os imóveis rurais, e bem como os imóveis urbanos sempre que o seu valor venal no lançamento do IPTU estiver muito aquém ou além do preço no mercado local, lavrando-se e subscrevendo competente laudo com pelo menos 03 (três) assinaturas.

Art. 93 - O valor atribuído para base de cálculo do imposto não poderá ser inferior ao valor constante do Cadastro Técnico Municipal.

Parágrafo Único - Não serão abatidas da base de cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

Art. 94 - Sobre a base de cálculo do imposto serão aplicadas as seguintes alíquotas:



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

I - nas transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação, na forma da legislação específica:

a) sobre o valor efetivamente financiado 0,5% (meio por cento);

II - nas demais transações, a título oneroso 2% (dois por cento).

Art. 95 - O imposto será pago antes do ato da transmissão, mesmo que a outorga venha a ocorrer em outro Município excetuando-se:

I - A arrematação, adjudicação ou remissão, quando o imposto, será pago dentro de 10 (dez) dias desses atos, antes da assinatura da respectiva carta, mesmo que esta não seja extraída;

II - As transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, quando o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da data da assinatura do termo do trânsito em julgado da sentença, ou da celebração do ato ou contrato conforme o caso.

Art. 96 - Aplicam-se a este imposto dispositivos referentes a responsabilidade dos sucessores e de terceiros, constantes dos artigos 243 a 245.

SEÇÃO II

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 97 - O sujeito passivo é obrigado a apresentar, na repartição competente da Prefeitura, os documentos e as informações necessárias ao lançamento do imposto.

Art. 98 - Os tabeliães não poderão lavrar instrumentos de escrituras sem que o imposto devido tenha sido pago e apresentado certidão negativa dos débitos tributários relativos ao imóvel.

Art. 99 - Os tabeliães transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos e não escrituras.

Art. 100 - Os cartórios encaminharão à administração, até o dia 10 (dez) do mês seguinte, relação das operações realizadas com imóveis, que conterá o nome das pessoas envolvidas, a localização do imóvel, a data e o preço da apuração.

SEÇÃO III

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 101 - O não pagamento do imposto nos prazos fixados nesta Lei sujeita o infrator à multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do imposto devido, independentemente dos acréscimos moratórios e da atualização monetária.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Parágrafo único - Igual pena será aplicada aos serventuários que descumprirem o previsto no artigo 80.

Art. 102 - A omissão ou a inexactidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que passam influir no cálculo do imposto, sujeitarão o contribuinte à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto sonegado, atualizado monetariamente.

CAPÍTULO V

DAS TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

DO ELENCO, DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 103 - São taxas correspondentes ao exercício regular do Poder de Polícia Administrativa, as relativas a:

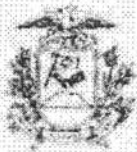
- I - Instalação e funcionamento;
- II - Funcionamento em horário extraordinário;
- III - Publicidade;
- IV - Execução de obras particulares;
- V - Uso de áreas de domínio público;
- VI - Abate de animais;
- VII - Exercício do comércio ou atividade ambulante;
- VIII - Vistoria de segurança contra incêndio.

Parágrafo único - As taxas de que tratam os incisos de I a VII se caracterizam em termos de licença.

Art. 104 - Aplicam-se a estas taxas os dispositivos referentes a responsabilidade dos sucessores e de terceiros, constantes dos artigos 214 a 217.

Art. 105 - As taxas de licença tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia administrativa do Município.

§ 1º - Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 2º - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a quaisquer atos, exercidos ou praticados no território do Município, dependentes, nos termos desta lei, de prévio licenciamento da Prefeitura, bem como, extensivamente, garantindo contribuições destinadas ao custeio de atividades especiais, provocadas por conveniência de caráter geral ou de determinados grupos de pessoas.

Art. 106 - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício de atividades ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

Parágrafo único - O contribuinte, mediante petição, ou formulário com modelo aprovado pela Administração Municipal, deverá solicitar a licença para o exercício de atividades ou prática de atos a que se refere este artigo, instruindo o pedido com todos os elementos e informações necessárias, a critério da autoridade administrativa.

Art. 107 - As licenças concedidas constarão de alvará.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 108 - As taxas relativas ao exercício regular do Poder de Polícia Administrativa, caracterizadas como licença, serão cobradas em conformidade com as tabelas consubstanciadas nos anexos de números VI a X desta Lei, que terão os coeficientes fixados em UFIR transformados em reais na data do lançamento.

Parágrafo Único - O valor da taxa do Exercício do Poder de Polícia Administrativa será calculado conforme o percentual expresso no Anexo 06 e tendo como base 22 (vinte e dois) UFIR.

SEÇÃO III

DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

Art. 109 - O disposto neste capítulo subordina-se à modalidade de lançamento de ofício, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei.

§ 1º - As taxas podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos e dos avisos-recibo deverá constar, obrigatoriamente, a indicação dos seus elementos distintivos.

§ 2º - O lançamento considerar-se-á regularmente notificado ao sujeito passivo, quando caso, mediante a aplicação do disposto, para tanto, relativo ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, nos termos desta Lei.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 110 - As taxas serão arrecadadas antes do início das atividades ou das práticas dos atos sujeitos ao poder de polícia, ressalvadas as hipóteses de outro ordenamento legal.

SEÇÃO IV

DA TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 111 - A taxa de licença para instalação e funcionamento é devida pela vigilância ou fiscalização do Poder Público, a que se submete qualquer pessoa, quanto às normas relativas ao ordenamento de atividades, localização, higiene, saúde, segurança, ordem ou tranquilidade públicas, em razão da instalação ou funcionamento de quaisquer atividades dentro do território do Município.

Parágrafo único - Consideram-se atividades sujeitas à vigilância e fiscalização do Poder Público, as exercidas em estabelecimentos destinados à produção, comércio, indústria, financiamento, crédito, câmbio, seguro, capitalização, prestação de serviços, atividades congêneres e depósitos fechados.

Art. 112 - A incidência da taxa e sua cobrança, sem prejuízo das penalidades ou cominações cabíveis, independem:

- I - do resultado econômico da atividade exercida;
- II - do exercício da atividade em caráter habitual ou eventual.

Art. 113 - Contribuinte da taxa é a pessoa individual ou coletiva, sujeita à vigilância ou fiscalização pelo Poder Público, que exerça qualquer atividade econômica no território do Município.

Art. 114 - Em se tratando de estabelecimentos distintos, pertencentes ao mesmo contribuinte, ainda que com o mesmo ramo de atividade, cada um deles ficará sujeito à incidência da taxa.

Art. 115 - A taxa é devida em razão da natureza da atividade desenvolvida pelo estabelecimento e conforme a tabela constante do Anexo VI.

Art. 116 - O lançamento será anual, com exceção do disposto no artigo seguinte e a arrecadação será efetuada, nas seguintes épocas:

- I - no ato da concessão da licença para instalação ou início da atividade;
- II - antes das alterações enumeradas no artigo 132 a conseqüente renovação da licença.

Art. 117 - Será exigida a renovação da licença e pagamento da taxa respectiva, à alíquota prevista na tabela do Anexo VI para a atividade, quando ocorrerem quaisquer das seguintes alterações:



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

I - mudança nas características do estabelecimento;

II - transferência de local do estabelecimento;

III - mudança do ramo da atividade nele exercida.

Art. 118 - A licença será válida para exercício em que for concedida, ficando o contribuinte, nos anos subsequentes, sujeitos à sua renovação, pagando em cada exercício a respectiva taxa, à mesma alíquota fixada na tabela do Anexo VI para instalação ou início da atividade, ocorrendo a obrigação tributária principal em 31 de janeiro de cada ano.

§ 1º - Nos casos de concessão da licença inicial, quando outorgada após o início do exercício fiscal, a taxa será devida proporcionalmente aos meses que faltam para o seu término.

§ 2º - Se antes de esgotar o período para o qual foi concedido a licença, houver encerramento da atividade, será devolvida a taxa proporcionalmente aos meses que restam para o seu término, com correção monetária.

Art. 119 - Não havendo, no Anexo VI, especificação para determinada atividade, a taxa será calculada a critério da administração, pelo item que guardar maior identidade de características, sendo, na dúvida entre dois ou mais itens, adotado o de menor valor.

Art. 120 - A concessão da licença de que cuida esta seção fica condicionada, sem exceção, a apresentação da declaração anual do movimento econômico - DAME -, prevista na legislação estadual para cálculo do índice de participação do Município no imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.

SEÇÃO V

DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO

Art. 121 - Poderá o Poder Executivo conceder permissão, mediante o pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário extraordinário, para os estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços ou atividades congêneres que pretendam funcionar fora do horário normal respectivo, cabendo ao Executivo a fixação deste.

§ 1º - Esta licença só será concedida com observância da legislação federal, estadual e municipal pertinentes e, especialmente à segurança, saúde e sossego público, operando-se o imediato cancelamento no caso de infração.

§ 2º - Compete ao Poder Executivo fixar a extensão do horário extraordinário.

Art. 122 - A critério exclusivo do Poder Executivo e sempre que convier ao interesse público, as licenças concedidas serão limitadas nos respectivos horários, suspensas temporariamente ou canceladas.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 123 - Não estão sujeitos ao limite de horário e pagamento desta taxa os hospitais, clínicas, casas de saúde, prontos-socorros, e os estabelecimentos que funcionem nos recintos e em função de outros que mantêm atividades fora do horário próprio de operação.

Art. 124 - Contribuinte é o proprietário ou o possuidor a qualquer título do estabelecimento que funcionar fora do horário normal.

Art. 125 - Aplica-se a esta taxa o disposto nos artigos de 128 a 134, cobrando-se 50% (cinquenta por cento) a mais os valores constantes do Anexo VI.

Art. 126 - Esta taxa não incide para licença relativa a abate de animais destinados ao consumo local.

SEÇÃO VI

DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

Art. 127 - A Taxa de Licença para Publicidade é devida pela vigilância ou fiscalização do Poder Público, a que se submete qualquer pessoa, quanto às normas de boa utilização dos bens Públicos de uso comum para fins de promoção publicitária, em razão da utilização, de meios de publicidade em vias, logradouros públicos e locais visíveis ou de acesso ao público.

Parágrafo único - Fica isenta de licença ou pagamento de taxas, quando painéis ou placas colocadas em terreno próprio e de terceiros, após sua autorização verbal ou quando em vias públicas, fora do centro da cidade, ou ainda quando elas não venham tirar a visibilidade do motorista ou transeuntes, principalmente nos casos de placas colocadas em frente aos estabelecimentos comerciais e residências localizadas às margens de rodovias.

Art. 128 - Para fins de incidência da taxa, consideram-se meios de publicidade, especialmente:

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não fixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;

II - a propaganda falada em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falante e propagandistas;

III - os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem de qualquer forma visíveis da via pública.

Art. 129 - O pedido de licença deve ser instruído com a comprovação de propriedade ou domínio do local onde será afixada a publicidade, a descrição detalhada do meio, a ser utilizado, localização, demais características essenciais e quaisquer outras exigências formuladas pelo Poder Público.

Parágrafo único - Se o local em que será fixada a publicidade, não for de propriedade do contribuinte, este deverá juntar ao pedido a autorização do proprietário.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 130 - Contribuinte da taxa é a pessoa individual ou coletiva, sujeita à vigilância ou fiscalização do Poder Público.

Art. 131 - Respondem pelo pagamento da taxa, todas as pessoas às quais a publicidade aproveite, direta ou indiretamente, desde que a tenham autorizado.

Art. 132 - A taxa será calculada de conformidade com o disposto no Anexo VII, desta Lei.

Art. 133 - Não havendo, no Anexo VII, especificação para determinada publicidade, a taxa será calculada, a critério da administração, pelo item que guardar maior identidade de característica, sendo, na dúvida entre dois ou mais itens, adotado o de menor valor.

Parágrafo único - A taxa de publicidade, bem como painéis, placas, pinturas em muros, nos locais como colégios municipais, ginásios de esportes e campos de futebol, fica responsável pelos contratos e recebimentos das taxas, anuais ou mensais, o colégio ou entidade responsável, por lei, pela sua administração, devendo, o administrador, prestar contas dos numerários recibos, com o poder Municipal.

Art. 134 - A taxa será paga por ocasião da outorga da licença e nos casos de renovação anual, em janeiro de cada ano.

SEÇÃO VII

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

Art. 135 - A taxa de licença para execução de obras particulares é devida pelo exame, verificação, aprovação e fiscalização do Poder Público a que é submetido qualquer projeto quanto a estética urbana e as normas relativas à segurança, higiene e saúde pública, pela realização de obras particulares no Município.

Parágrafo único - O prazo de recolhimento desta taxa será o detalhado nesta Seção.

Art. 136 - Esta taxa abrange a construção, reforma, acréscimo ou demolição de prédios e execução de arruamentos, loteamentos, subdivisões ou anexações de terrenos, e quaisquer outras obras ou modificações em imóveis particulares.

Parágrafo único - Nenhuma das obras referidas neste artigo poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença e prova do pagamento desta taxa.

Art. 137 - Esta taxa não incide sobre:

- I - a construção de muros, quando no alinhamento da via pública e de passeio;
- II - a limpeza ou pintura, externa ou interna de edifícios, casas, muros ou grades;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

III - a construção de barracões destinados à guarda de materiais de obra já licenciadas, demovíveis após o término da obra.

Art. 138 - Contribuinte e o proprietário ou titular do domínio útil ou possuidor do imóvel onde se executam as obras.

Art. 139 - A taxa será cobrada em conformidade com as tabelas do Anexo 08, onde as alíquotas estão expressadas em coeficientes da UFIR e paga em duas parcelas, na seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) por ocasião da entrega do projeto a ser examinado ou verificado;

II - 50% (cinquenta por cento) no ato da concessão da licença.

Parágrafo Único - Havendo diferença a recolher esta deverá ser satisfeita concomitantemente com a segunda parcela.

Art. 140 - A licença terá validade até o final da obra devendo esta ser iniciada no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de sua concessão.

Parágrafo único - Findo o período de 6 (seis) meses sem que a obra seja iniciada, será permitida uma única revalidação, desde que requerida nos 30 (trinta) dias subsequentes e mediante o recolhimento de 20% (vinte por cento) da taxa correspondente, sem prejuízo das demais obrigações de que trata esta Seção.

Art. 141 - Sem prejuízo das penalidades previstas, aplica-se a taxa na regularização da clandestinidade.

SEÇÃO VIII

DA TAXA DE LICENÇA PARA USO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO

Art. 142 - A taxa de licença para uso, não vedado pela legislação pertinente, de área de domínio público, é devida pela utilização, em caráter permanente ou eventual e em local fixo, dos bens públicos de uso comum, localizados no território do Município, no exercício de atividade de natureza econômica.

Art. 143 - O contribuinte de taxa é a pessoa individual ou coletiva que exerça atividade caracterizada no artigo anterior, em área de domínio público, mediante a utilização de qualquer espécie de instalação, ainda que precária ou removível ou em veículos estacionados em local público.

Parágrafo único - Não incide a taxa quando a atividade for exercida com veículos em trânsito, com parada apenas para atendimento ao público.

Art. 144 - A taxa será calculada mediante a aplicação da tabela constante do Anexo IX.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 145 - As condições que caracterizarão o uso eventual de área de domínio público serão fixadas pelo Executivo.

Art. 146 - Quando de uso eventual de área de domínio público, a taxa será de 10% (dez por cento) do valor fixado no Anexo IX, para cada mês civil em que vier a ocorrer a utilização.

Art. 147 - Os produtores de hortifrutigranjeiros e de outros produtos "IN-NATURA", localizados no Município, gozarão de uma redução de 70% (setenta por cento) do valor da taxa de licença para uso da área de domínio público.

Art. 148 - O lançamento será anual, com exceção no disposto do Artigo 163 e a arrecadação efetuada, nas seguintes épocas:

I - no ato de concessão da licença para instalação ou início da atividade;

II - antes das alterações enumeradas no artigo seguinte e a conseqüente renovação da licença.

Art. 149 - Será exigida a renovação da licença e pagamento da taxa respectiva, à alíquota prevista na tabela do Anexo IX para a atividade, quando ocorrerem quaisquer das seguintes alterações:

I - mudança nas características do uso;

II - transferência de local do uso;

III - mudança do ramo de atividade exercida quando do uso.

Art. 150 - A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando o contribuinte, nos anos subsequentes, sujeito à sua renovação, pagando em cada exercício a respectiva taxa, à mesma alíquota fixada na tabela do Anexo IX para instalação ou início da atividade, ocorrendo a obrigação tributária principal em janeiro de cada ano.

Parágrafo Único - Nos casos de concessão da licença inicial, quando outorgada no segundo semestre, a taxa será devida pela metade, havendo restituição de parte da taxa em virtude de encerramento de atividade no primeiro semestre do exercício fiscal.

Art. 151 - Não havendo, no Anexo IX, especificação para determinado uso, a taxa será calculada, a critério da Administração, pelo item que guardar maior identidade de característica sendo, na dúvida entre dois ou mais itens, adotado o de menor valor.

Art. 152 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos, qualquer objeto ou mercadoria deixado em local não permitido ou colocado em área de domínio público, sem o pagamento da taxa de que trata esta seção, se caso, ou taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante, quando pertinente.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO IX

DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS

Art. 153 - A taxa de licença para abate de animais é devida pela vigilância ou fiscalização do Poder Público, a que se submete qualquer pessoa, quanto às normas relativas ao ordenamento de atividades, localização, higiene, saúde, segurança, ordem ou tranquilidade pública, em razão da instalação ou funcionamento das atividades de abate de quaisquer animais, desde que estes se destinem ao consumo local, ocorrendo o abate no território do Município.

Art. 154 - A incidência da taxa e sua cobrança, sem prejuízo das penalidades ou cominações cabíveis, independem do resultado econômico da atividade exercida, nem do seu caráter habitual ou eventual, sendo seu contribuinte a pessoa individual ou coletiva sujeita à vigilância ou fiscalização de que trata o artigo anterior.

Art. 155 - A taxa é devida anteriormente ao abate, por cabeça de animal, a razão de 01 (uma) UFIR'S, quando se tratar de bovinos; 0,15 (zero vírgula quinze) da UFIR no caso de aves e, 0,5 (zero vírgula cinco) UFIR, no caso de outra espécie de animal, cabendo ao contribuinte o transporte do servidor municipal incumbido de fazer a inspeção do local e do animal.

Parágrafo Único - A taxa é devida quando o abate se der por prestação de serviço;

SEÇÃO X

**DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO
OU ATIVIDADE AMBULANTE**

Art. 156 - A taxa de licença para o exercício do comércio ou atividade ambulante é devida pela utilização, não vedada pela legislação pertinente, em caráter permanente ou eventual e sem instalações, das vias e logradouros públicos do Município, no exercício de atividades de natureza econômica.

Art. 157 - Considera-se comércio ou atividade ambulante o exercício dos mesmos sem instalações, ainda que estas sejam precárias ou removíveis, como barracas, balcões, bancas, mesas, tabuleiros e semelhantes ou o exercício em embarcações ou em veículos em movimento, estes com paradas apenas para atendimento ao público.

Art. 158 - A taxa será calculada mediante a aplicação da tabela constante do Anexo X.

Art. 159 - As condições que caracterizarão o uso eventual das vias e logradouros públicos serão fixadas pelo Executivo.

Art. 160 - Quando de uso eventual das vias e logradouros públicos, a taxa será de 10% (dez por cento) do valor fixado no Anexo X, para cada mês civil em que vier a ocorrer a utilização.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 161 - Os produtores de horti-fruti-granjeiros e de outros produtos "IN-NATURA", localizados no Município, gozarão de uma dedução de 70% (setenta por cento) do valor da taxa de que trata esta seção.

Art. 162 - O lançamento será anual, com exceção do disposto no artigo 176 e a arrecadação será efetuada, nas seguintes épocas:

I - no ato de concessão da licença para início da atividade;

II - antes de qualquer alteração no ramo de atividade e a conseqüente renovação da licença.

Art. 163 - Será exigida a renovação da licença e pagamento da taxa respectiva, a alíquota prevista na tabela do Anexo X para o tributo, quando ocorrer qualquer alteração no ramo de atividade.

Art. 164 - A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando o contribuinte, nos anos subsequentes, sujeitos à sua renovação, pagando em cada exercício e respectiva taxa, à mesma alíquota fixada na tabela do Anexo X para início da atividade, ocorrendo a obrigação tributária principal em janeiro de cada ano.

Parágrafo único - Nos casos de concessão da licença inicial, quando outorgada no segundo semestre, a taxa será devida pela metade, havendo restituição de parte da taxa em virtude de encerramento de atividade no primeiro semestre do exercício fiscal.

Art. 165 - Não havendo, no Anexo X, especificação para determinada utilização, a taxa será calculada, a critério da Administração, pelo item que guardar maior identidade de característica, sendo, na dúvida entre dois ou mais itens, adotado o de menor valor.

Art. 166 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apresentará e removerá para seus depósitos, qualquer objeto ou mercadoria deixada em local não permitido ou colocado em área de domínio público, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção, se caso, ou da taxa de licença para uso de área de domínio público, quando pertinente.

SEÇÃO XI

DA TAXA DE VISTORIA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

* Art. 167 - A taxa de Vistoria de Segurança Contra Incêndios tem como fato gerador a prestação de serviços de vistoria, exercida anualmente pela Prefeitura através do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sediado em Barra do Garças, em estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços e edifícios com mais de 3 (três) pavimentos, na forma estabelecida em regulamento.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 168 - Os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços sujeitos à incidência da Taxa de Vistoria de Segurança contra Incêndio, são classificados em Grupos, de acordo com a seguinte tabela:

GRUPO	ESPECIFICAÇÃO S/U.F.M	ALÍQUOTA	FATOR DE RISCO
"A"	indústria de tintas, vernizes álcool, benzina, graxa, óleo lubrificantes, óleo combustível, querosene, breu, asfaltofogos de artifício, munição inflamáveis, postos de gasolina, depósitos de combustíveis e inflamáveis, fogos de artifícios, de munições e explosivos e de gás liquefeito.	5 UFIR	2
"B"	indústrias de produtos farmacêuticos, de laminados e compensados, de papel e celulose serrarias, secadores de cereais a quente, depósitos de pasta mecânica.	4,5 UFIR	2
"C"	indústria e comércio de tecidos, fiação, roupas em geral, cortinas, tapetes, estofados, algodão, estopa, crinas, olcados, plásticos, couros e peles comércios de óleos, graxas, lubrificantes e fogos de artifício.	4,2 UFIR	2
"D"	casas de diversões, cinemas e teatros, parques de diversões "dancing", boates e congêneres.	3,70 UFIR	2
"E"	estabelecimentos de hotelaria pensões, dormitórios, clínicas, casas de saúde, creches, asilos e albergues, estabelecimentos escolares e similares, bancos, estabelecimentos de créditos e poupança.	3,54 UFIR	2



Cam. Mun. B. Garças
Fis. 049
Ass. 01

111

ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Barra do Garças

"F"	comércio de produtos farmacêuticos e químicos, comércio de automóveis, veículos, máquinas em geral e pneus, auto peças em geral, metalúrgicas, depósitos de transportadoras.	3,60 UFIR	2
"G"	comércio de tintas, vernizes, álcool, graxa e lubrificantes óleos comestíveis, armas, oficinas mecânicas em geral, comércio exclusivo de acessórios de automóveis.	3,54 UFIR	1,50
"H"	papelarias, livrarias, tipografias, gráficas, depósitos de papéis, jornais, revistas e similares.	3,37 UFIR	1,50
"I"	indústria e comércio de calçados, comércio de cereais, de material de limpeza, armazéns gerais, secos e molhados, abastecimento em geral, produtos alimentícios, indústrias e comércio de bebidas em geral, frigorífico, matadouros, abatedouros de aves e animais, indústria e comércio de salamiaria e congêneres.	3,20 UFIR	1,50
"J"	indústria, comércio e depósitos de materiais de construção, ornamentação, ferragens material elétrico e sanitário aparelhos eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos, óticos, relojoaria e joalheria, esportes, recreação, caça e pesca, motonáutica, brinquedos, ferramentas e bijuterias, amarelinhos em geral, material de refrigeração, artefatos de madeira, móveis de vime, comércio e depósito de móveis em geral, torrefação e moagem de café e outros,	3,03 UFIR	1,50



ESTADO DE MATO GROSSO
 Prefeitura Municipal de Barra do Garças

	perfumarias e drogarias, cristaleria, vidros, louças e cutelarias.		
"L"	moinhos em geral, descascadores, secadores de grãos em geral, carpintarias, marcenarias e tornearia, fábricas de móveis, postos de lubrificação e lavagem de veículos, funerárias, turismo e agenciamento de passagens, agenciamento transportadoras sem depósitos.	51%	1,50
"M"	moinhos de calcário, artefatos de cimento, pedreiras, misturadores de asfalto, indústria e comércio de cerâmicas, ladrilhos, mamoaria e congêneres, depósitos de ferro velho e ferros em geral, indústria e comércio de rações e adubos, vidraçaria, vidros planos e espelhados, garagens e estacionamentos de veículos.	2,71 UFIR	0,90
"N"	indústria e comércio de máquina, implementos e aparelhos agrícolas, material cirúrgico dentário, hospitalar, doméstico e de escritório, indústria e comércio de produtos agropecuários, corretoras, locadoras e imobiliárias, selaria e material de montaria.	2,55 UFIR	0,90
"O"	indústria e comércio de carnes, aves, peixes, conservas e similares, agências lotéricas e similares, restaurantes saunas e casas de banho, atelier de material fotográfico.	2,50 UFIR	0,90
	indústria de massas alimentícias, panificadoras.		



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

"P"	biscoitos e bolachas, padarias e congêneres, comércio de frios laticínios e aves, lanchonetes, pizzarias, bomboniéres, sorveterias, choparias e similares, bares, cafés e bilhares, pastelarias e casas de massas, alimentos congelados e congêneres.	1,48 UFIR	0,80
"Q"	lavanderias, tinturaria, malharia, atelier de costura, alfaiatarias, artesanato em geral, funilaria, serralheria, oficinas de lataria e pintura de veículos e máquinas, representação em geral, oficinas de capotaria, auto-vidros e congêneres.	2,20 UFIR	0,80
"R"	salões de beleza, manicure, barbearia, casas de massagens estética, fisioterapia.	2,15 UFIR	0,80
"S"	comércio de doces e frutas, hortaliças, floricultura, produtos agrícolas e hortigranjeiros, oficinas de consertos em geral, exceto mecânicos, escritórios e consultórios de profissionais liberais e autônomos, em local independente da residência, bancas de jornais e revistas.	1,16 UFIR	0,80
"T"	edifícios comerciais, residenciais ou mistos, com mais de 3 (três) pavimentos, para fins de "habite-se" e economias residenciais localizadas em edifícios com mais 3 (três) pavimentos.	1,05 UFIR	0,80

Parágrafo único - Quando o estabelecimento estiver enquadrado em mais de um Grupo, em função de atividades diversificadas, a classificação será efetuada pelo Corpo de Bombeiros no Grupo considerado de risco predominante.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 169 - No cálculo da taxa observar-se-á a seguinte fórmula:

$$T = \frac{AP \times n^{\circ} \text{ UFIR}}{100} \times FR, \text{ onde}$$

T = taxa de vistoria de segurança contra incêndios
AP = área ponderada do estabelecimento excluídos os terrenos sem utilização ou servindo como circulação.
FR = fator de risco.

§ 1º - A área ponderada (AP) será apurada de acordo com a seguinte tabela:

área do Estabelecimento	área Ponderada
até 150 m ²	76,5
de 151 m ² a 300 m ²	125
de 301 m ² a 450 m ²	187,5
de 451 m ² a 600 m ²	250
de 601 m ² a 750 m ²	312,5
de 751 m ² a 900 m ²	375
de 901 m ² a 1050 m ²	437,5
Acima de 1050 m ²	500

§ 2º - O fator de risco (FR) representa o grau de periculosidade da atividade dos estabelecimentos constantes da Tabela integrante do artigo com a seguinte classificação:

Grupos	Fator de Risco
"A" a "F"	2
"G" a "L"	1,50
"M" a "O"	0,90
"P" a "T"	0,80

Art. 170 - A Taxa de Vistoria de Segurança contra incêndios será recolhida por antecipação juntamente com de licença ou de renovação de licença para localização, às agências bancárias autorizadas pela Prefeitura Municipal, através de documento próprio de arrecadação.

Parágrafo único - O pagamento antecipado da taxa, nos casos especificados neste artigo, obriga o Corpo de Bombeiros a realizar no decorrer do exercício, as vistorias dos equipamentos e instalações de prevenção contra incêndios, dando prioridade aos estabelecimentos enquadrados no Grupo "A" e aos que utilizarem caldeiras, fornos, aquecedores e outros equipamentos que aumentem o risco de incêndio.

Art. 171 - Por ocasião do lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do valor da taxa, da forma e dos prazos de pagamento e das penalidades.

X
43



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 172 - A concessão de alvará para localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, e de "habite-se" de edifícios com mais de 3 (três) pavimentos, fica condicionada à apresentação de Certificado de Vistoria passado pelo Corpo de Bombeiros, na forma regulamentar.

Parágrafo único - A renovação da licença para localização dos estabelecimentos indicados neste artigo independe de apresentação de Certificado de Vistoria renovado, ficando, entretanto, sujeita à comprovação do pagamento da taxa de vistoria de segurança contra incêndios relativa ao exercício imediatamente anterior.

Art. 173 - Os contribuintes que deixaram de efetuar o pagamento da taxa de vistoria de segurança contra incêndios, estarão sujeitos ao cancelamento do Certificado de Vistoria originariamente expedido, e, conseqüentemente, à cassação da licença para localização, sem prejuízos da cobrança amigável ou judicial dos débitos respectivos, acrescido dos encargos legais.

SEÇÃO XII

DAS ISENÇÕES DAS TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Art. 174 - Ficam isentos no pagamento da taxa de licença para instalação e funcionamento as associações comunitárias e religiosas, escolas sem fins lucrativos, orfanatos e asilos.

Parágrafo único - A concessão da isenção será efetivada quando do despacho autorizativo para o exercício da atividade, sem necessidade de renovação do pedido a cada ano.

Art. 175 - São isentos do pagamento da taxa de publicidade quanto a:

- a) dizeres exclusivamente relativos propaganda eleitoral, sindical, de culto religioso e da administração pública;
- b) dizeres referente a festas, exposições ou campanhas promovidas em benefício de instituições de educação e assistência social;
- c) dizeres no interior de casas de diversões quando se refiram exclusivamente aos divertimentos explorados;
- d) dizeres no interior de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço ou similares, quando se refiram exclusivamente aos bens oferecidos na empresa;
- e) placas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e prontos-socorros e congêneres;
- f) placas indicativas nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelo projeto de execução de obras particulares ou públicas;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

g) anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os transmitidos através de rádio e televisão;

h) placas colocadas em vestibulos de edificios, ou nas partes externas ou internas de consultórios, escritórios e residências, identificando profissionais liberais, sob a condição de que tenham apenas o nome e a profissão do contribuinte;

i) tabuletas indicativas de fazendas, sítios ou granjas, bem como as de rumo ou direção de estradas.

Parágrafo Único - As isenções acima são concedidas em caráter geral.

Art. 176 - Ficam isenta do pagamento da taxa de licença para execução de obras residenciais particulares, inclusive no que se refere a "habite-se", as edificações cuja área coberta não ultrapasse 50 m² (cinquenta metros quadrados), bem como aquelas de qualquer metragem construídas ou executadas por intermédio de entidades filantrópicas públicas ou particulares.

§ 1º - Esta isenção será concedida através de requerimentos do contribuinte que fará prova do preenchimento das condições exigidas, sempre antes do início da obra.

§ 2º - A isenção ora tratada não dispensa o contribuinte do cumprimento das normas de fiscalização inerentes as obras e posturas municipais.

Art. 177 - Ficam isentos do pagamento da taxa de licença para o comércio ou atividade ambulante:

I - os portadores de defeitos físicos que lhes impossibilite fácil locomoção, os surdos, mudos, os cegos e os mutilados de qualquer espécie;

II - os engraxates ambulantes, desde que não possuam bancos ou mais de uma caixa ou cadeira.

Parágrafo Único - A concessão da isenção que versa o preceptivo será efetivada quando do despacho da autoridade administrativa para o exercício da atividade requerida, sem necessidade de renovação do pedido a cada ano.

Art. 178 - São isentos do pagamento da taxa de vistoria de segurança contra incêndios:

a) as instituições filantrópicas e assistenciais;

b) os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços enquadrados nos grupos "D" e "T", do artigo 183, localizados nos Distritos Administrativos de Barra do Garças.

§ 1º - A isenção acima prevista será concedida na forma e no prazo que dispõe o artigo 191, parágrafo único, desta Lei.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 2º - A isenção não exclui a obrigatoriedade do corpo de bombeiros em realizar vistoria, na forma do parágrafo único do artigo 184 desta lei, e do cumprimento das normas legais e regulamentos relativos à prevenção contra incêndios.

SEÇÃO XIII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 179 - Será punido com multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa de licença atualizado, independentemente das que possam estar previstas na legislação urbanística específica, pelo desempenho de qualquer atividade, a elas sujeita, sem a respectiva autorização, inclusive quanto a renovação da mesma, quando for o caso.

CAPÍTULO VI

DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DE EXPEDIENTE

SEÇÃO I

DAS TAXAS DE SERVIÇO PÚBLICO

Art. 180 - As taxas serviços urbanos é devida em razão do exercício do poder de polícia ou utilização efetiva ou potencial dos seguintes serviços prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição:

- I - Limpeza Pública - TLP;
- II - Conservação de vias Públicas, TCV;
- III - Conservação e Iluminação Pública - TIP;
- IV - Coleta e Remoção de Lixo - TRL.

Art. 181 - Contribuinte das taxas são o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, do bem imóvel, terreno vago ou com edificação, lindeiro à via ou logradouro público, abrangido por quaisquer dos serviços previstos no artigo anterior.

§ 1º - Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso à via ou logradouro público por ruas ou passagens particulares, entrada de vielas ou assemelhados.

§ 2º - Para os efeitos desta lei considera-se como unidade autônoma os apartamentos, salas comerciais, lojas, sobrelojas, boxes e demais dependências em que o prédio for dividido.

Art. 182 - As taxas de que trata este capítulo incidirão:



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

I - no caso da Taxa de Coleta de Remoção de Lixo - TRL, -quando se tratar de imóvel edificado, assim considerado para efeitos do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

II - no caso da Taxa de Iluminação Pública sobre o fornecimento e a manutenção do serviço de iluminação urbana prestada ao contribuinte ou posto à sua disposição pelo Município de Barra do Garças;

III - sobre o terreno como vago, nos demais casos.

Art. 183 - Exceto para a Taxa de Iluminação Pública, para as demais taxas considera-se ocorrido o fato gerador da respectiva obrigação tributária o dia (1º) primeiro de janeiro de cada ano.

Art. 184 - As taxas de serviços urbanos geradas pelas prestações de serviços ao contribuinte ou postas a sua disposição, constante do artigo 180, incisos I, II e IV, serão cobradas anualmente com o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, devendo ser notificada e recolhida nas mesmas condições.

§ 1º - A Taxa de Iluminação Pública poderá ser lançada e arrecadada mensalmente, através de convênio, pelas Centrais Elétricas Matogrossenses Sociedade Anônima - CEMAT.

§ 2º - O valor das taxas de serviços, referentes aos itens I, II e IV, artigo 180, não poderá ultrapassar o "quantum" do valor do lançamento mínimo do IPTU.

Art. 185 - Para efeitos do disposto neste capítulo compreende-se como:

I - Limpeza Pública - TLP: varrição, lavagem e capinação das vias e logradouros públicos; limpeza de córregos, galerias pluviais, bueiros e bocas de lobo;

II - Conservação de Vias Públicas - TCV: manutenção e recuperação de calçamento; manutenção por intermédio de máquinas ou não, cascalhamento e regularização do leito das vias urbanas;

III - A Taxa de Iluminação Pública - TIP: aquela que, servindo via ou logradouro público, esteja diretamente ligada à rede de distribuição de energia elétrica da concessionária local.

IV - Coleta e Remoção de Lixo - TRL: coleta e remoção de lixo, de características tipicamente domiciliares, originário de edificação considerada como unidade imobiliária autônoma, assim definida para efeitos do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

§ 1º - O Executivo estabelecerá preço público quanto à coleta e remoção de lixo, quando este:

I - exceder quantidade máxima periódica por ele fixada;

II - se caracterizar por característica não tipicamente domiciliar, inclusive entulho, poda de árvores, remoção de animais ou assemelhados.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 2º - Os serviços de que trata o parágrafo anterior serão prestados por solicitação dos interessados, ou compulsoriamente, ficando o responsável sujeito às penalidades cabíveis, independentemente do pagamento do preço do serviço.

Art. 186 - A Taxa de Serviço Público, contanto do item III do artigo 180, serão lançadas, consideradas as bases de cálculos e alíquotas:

I - a Taxa de Iluminação Pública - TIP - tem como base de cálculo o custo do serviço de iluminação e manutenção, custo este individualizado por contribuinte em função da zona e testada do imóvel atendido pelo serviço.

§ 1º - Entende-se por testada, para efeito desta taxa, aquela parte do imóvel que limita diretamente com a via ou logradouro público e que recebe a incidência da iluminação pública;

§ 2º - Entende-se por zona para fins da Taxa de Iluminação Pública:

I - Primeira Zona - as localidades atendidas por rede de iluminação de 400 Watts ou mais;

II - Segunda Zona - as localidades atendidas por rede de iluminação de 250 Watts;

III - Terceira Zona - as localidades atendidas por rede de iluminação de 80 a 125 Watts.

a) As alíquotas da Taxa de Iluminação Pública são as seguintes:

1 - Para unidades isoladas:

a) R\$ 0,57 (cinquenta e sete centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na primeira zona;

b) R\$ 0,30 (trinta centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na segunda zona;

c) R\$ 0,20 (vinte centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na terceira zona;

2 - Para conjuntos residenciais ou comerciais, por unidades autônomas:

a) R\$ 0,57 (cinquenta e sete centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na primeira zona;

b) R\$ 0,30 (trinta centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na segunda zona;

c) R\$ 0,20 (vinte centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na terceira zona;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

3 - Para terrenos não edificados:

a) R\$ 0,57 (cinquenta e sete centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na primeira zona;

b) R\$ 0,30 (trinta centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na segunda zona;

c) R\$ 0,20 (vinte centavos de real) por metro linear de testada para imóveis localizados na terceira zona;

Parágrafo Único - O produto da arrecadação da Taxa de Iluminação Pública destina-se exclusivamente a manutenção e custeio do serviço de iluminação pública municipal.

Art. 187 - A apuração do valor e o lançamento das taxas de serviços urbanos constantes no artigo 180 incisos I, II e IV, serão unificadas e terá como base a tabela abaixo:

TABELA

DAS TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS (Taxa Única)

I - Para imóveis edificados

Zona Fiscal	Área do imóvel edificada (m ²)	Quantidade e de UFIR
1ª	- até 100 m ²	13,00
	- de 101 m ² a 300 m ²	15,00
	- acima de 300 m ²	17,00
2ª	- até 100 m ²	11,00
	- de 101 m ² a 300 m ²	13,00
	- acima de 300 m ²	15,00
3ª	- até 100 m ²	10,00
	- de 101 m ² a 300 m ²	12,00
	- acima de 300 m ²	14,00
4ª	- até 100 m ²	9,00
	- de 101 m ² a 300 m ²	11,00
	- acima de 300 m ²	13,00

II - Para imóveis não edificados

Zona Fiscal	Área do imóvel terreno (m ²)	Quantidade e de UFIR
1ª	Área s/ limite	17,00
2ª	Área s/ limite	14,00
3ª	Área s/ limite	10,00
4ª	Área s/ limite	9,00



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 188 - Aplicam-se a estas taxas os dispositivos referentes a responsabilidade dos sucessores e de terceiros, constantes dos artigos 243 a 245.

Art. 189 - Para efeitos de lançamentos das taxas de que trata este capítulo serão adotadas as ufirs, no seu valor em reais relativos ao mês de janeiro do ano do lançamento.

SEÇÃO II

DA TAXA DE EXPEDIENTE

Art. 190 - A taxa de expediente tem como fato gerador a execução dos atos enumerados no Anexo II, anexado a este Código e praticados por qualquer autoridade municipal ou servidor competente.

Art. 191 - A taxa será devida pelo interessado no ato administrativo, que, como contribuinte, o solicitará.

Art. 192 - O pagamento da taxa deverá ser efetuado antes da realização de qualquer dos atos especificados no Anexo XI.

Art. 193 - Não havendo, na tabela do Anexo XI, especificação determinada, a taxa será calculada, a critério da administração, pelo item que guardar maior identidade de características, sendo, na dúvida entre dois ou mais itens, adotado o de menor valor.

SEÇÃO III

DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Art. 194 - As taxas de serviços tem como fato gerador a prestação dos seguintes serviços:

- I - de apreensão e depósito de bens móveis e semoventes e mercadorias;
- II - numeração de prédios;
- III - autenticação de plantas;
- IV - alinhamento e nivelamento;
- V - croquis e locação;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- VI - extinção de formigueiros;
- VII - matrícula e vacinação de cães;
- VIII - acesso à plataforma de embarque da estação rodoviária;
- IX - cemitério.

Art. 195 - A taxa de serviços diversos, pode ser cobrada, inclusive quanto aos serviços não especificados no artigo anterior e efetivamente prestados pela Prefeitura, ao preço do seu custo, apurado pelo órgão competente da Administração Municipal.

Art. 196 - A arrecadação das taxas de que trata esta Seção será feita no ato da prestação de serviço, antecipadamente sempre que possível, no interesse do Fisco, ou posteriormente, e de acordo com o Anexo XII.

Art. 197 - Contribuinte da taxa é o interessado na prestação do serviço ou o que dele se beneficie.

Art. 198 - Não havendo, na tabela do Anexo XII, especificação determinada, a taxa será calculada, a critério da Administração, pelo item que guardar maior identidade de característica, sendo, na dúvida entre dois ou mais itens, adotado o de menor valor, respeitando o disposto no artigo 180.

SEÇÃO IV

DAS ISENÇÕES

Art. 199 - Estão isentos da taxa de conservação e iluminação pública os contribuintes cujo consumo de energia mensal, por prédio ou unidade autônoma, for inferior a 30 KWH (trinta quilowatts horas) nas ligações monofásicas residenciais.

CAPÍTULO VII

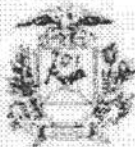
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 200 - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a execução de obras públicas, das quais decorram benefícios a imóveis.

§ 1º - São obras públicas, para efeitos de incidência da contribuição, as de :



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás;

V - proteção contra inundações, retificação e regularização de cursos d'água;

VI - pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - construção de acessos aos aeródromos e aeroportos;

VIII - aterros e realização de embelezamento em geral, inclusive desapropriações para tanto, e realização de quaisquer das demais obras de que trata este artigo.

IX - execução de quaisquer outras obras públicas.

§ 2º - Para efeitos do disposto nos incisos I e VI, do "caput", consideram-se obras de pavimentação e de melhoramento de estradas de rodagem, além da pavimentação da parte carroçável, excluída a reparação e recapeamento de manutenção, que prescindam de obras de infra-estrutura, bem como o recapeamento feito sobre base de paralelepípedos:

a) a pavimentação da parte carroçável;

b) os serviços preparatórios ou complementares, tais como:

1. estudos topográficos, geológicos, locação e cadastramento da obra;

2. terraplanagem;

3. obras de escoamento local;

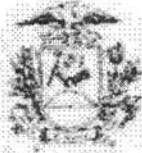
4. pequenas obras de contenção;

5. obras de guias e sarjetas;

6. consolidação ou reaproveitamento do leito;

7. pequenas obras de arte.

Art. 201 - Contribuinte, da Contribuição de Melhoria, é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor do imóvel a qualquer título.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO II
DO CÁLCULO

Art. 202 - A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é o custo da obra.

Art. 203 - No custo da obra serão computados as despesas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução, financiamento e demais gastos necessários à realização da mesma.

Parágrafo Único - As despesas com Administração, de que trata o "caput", serão calculadas à razão de (15%) quinze por cento das demais.

Art. 204 - O custo da obra será a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, mediante aplicação da adequação monetária de que trata esta lei.

Art. 205 - O custo da obra será rateado pelos contribuintes, de acordo com a testada do imóvel, e quando caso, subrateada com base no valor venal de cada unidade imobiliária autônoma, como assim definida para efeitos do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU.

SEÇÃO III
DO LANÇAMENTO

Art. 206 - Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Executivo deverá publicar edital, contendo os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da área direta, e indiretamente quando caso, beneficiada pela obra e os imóveis nela compreendidos;

IV - rateio entre os imóveis beneficiados.

Parágrafo Único - O edital deverá, ainda, fixar prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para eventual impugnação pelos interessados.

Art. 207 - A Contribuição de Melhoria será lançada com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Parágrafo Único - O contribuinte será notificado do lançamento, observando-se, para tanto, o disposto, nesta lei, quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO IV

DO RECOLHIMENTO

Art. 208 - A Contribuição de Melhoria será recolhida:

I - em uma única vez, quando o valor do tributo será expresso em moeda nacional.

II - em até (12) doze parcelas, passando o valor originário da obrigação tributária, exceto o da primeira, a ser expresso em ufirs

§ 1º - Para efeitos do disposto no inciso II deste artigo, tomar-se-á o valor originário da ufir do mês.

§ 2º - Considera-se ufir do mês, conforme estipulado no parágrafo 1º, deste artigo, aquela vigente na data estipulada para o recolhimento do tributo em uma única vez.

§ 3º - A opção de que trata o inciso II, deste artigo, deverá ser feita, tacitamente, pelo contribuinte, na data estabelecida para o recolhimento do tributo em uma única vez, quando, então, deverá recolher a primeira parcela.

Art. 209 - Aplicam-se a este tributo os dispositivos referentes a responsabilidade dos sucessores e de terceiros, constantes dos artigos 214 a 217.

Art. 210 - Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador do loteamento não edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado.

SEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 211 - Ficam isentos de pagamento da contribuição de melhoria os contribuintes que, sob forma contratual, participarem do custeio da obra.

CAPÍTULO VIII

DA CAPACIDADE JURÍDICA TRIBUTÁRIA E DA RESPONSABILIDADE DE SUCESSORES E DE TERCEIROS

Art. 212 - A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato de a pessoa, física ou jurídica, encontrar-se nas condições previstas em lei determinante do fato gerador da obrigação.

Parágrafo Único - A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

II - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;

III - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais, ou profissionais ou da administração direta dos seus bens ou negócios.

Art. 213 - São pessoalmente responsáveis:

I - os adquirentes do imóvel, pelos débitos do alienante existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública ao montante do respectivo preço;

II - o espólio, pelos débitos do "decujus", existentes à data de abertura da sucessão;

III - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos do espólio existente à data da partilha ou da adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão legado ou meação;

IV - a pessoa jurídica resultante da fusão, transformação ou incorporação de uma ou outra, pelos débitos das sociedades fusionadas, transformadas ou incorporadas, existentes à data daqueles atos.

Parágrafo único - o disposto no inciso IV aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade for continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominada ou sob a firma individual.

Art. 214 - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, responderá pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividades tributáveis;

II - subsidiariamente com o alienante, se esse prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria, profissão ou atividade tributável.

Art. 215 - Respondem solidariamente, com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I - os pais, pelos débitos dos filhos menores;

II - os tutores ou curadores pelos débitos dos tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros pelos débitos destes;

IV - o inventariante, pelos débitos do espólio;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- V - o síndico e comissário, pelos débitos da massa falida ou do concordatário;
- VI - os sócios no caso de liquidação de sociedade de pessoa, pelos débitos destas;
- VII - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.

TÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 216 - Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de penalidade por infrações à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão à sonegação, à fraude, e ao conluio, serão exercidas pela Secretaria da Fazenda, segundo as atribuições constantes da legislação disciplinadora da organização dos serviços administrativos e do respectivo regimento interno.

Parágrafo único - No exercício dessas funções, o Prefeito Municipal poderá:

I - instituir o documentário fiscal no interesse da arrecadação e fiscalização de seus tributos;

II - exigir, a qualquer tempo, das pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, que estiverem obrigadas ao cumprimento de disposições da Legislação Tributária Municipal, inclusive dos que gozarem de imunidade ou isenção, a exibição de livros de escrita fiscal ou comercial ou de documentos, que serviram de base à sua escrituração e dos demais elementos compreendidos no documentário fiscal em uso ou já arquivado;

III - Fiscalizar, interna e externamente, depósitos, estabelecimentos, dependências e bens das pessoas referidas no item II.

CAPÍTULO II
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 217 - O crédito tributário será constituído pelo lançamento, procedimento em consonância com o disposto no Título I, deste Código.

SEÇÃO II

DOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS

Art. 218 - O pagamento dos tributos far-se-á pela forma e nos prazos fixados neste Código e na sua regulamentação, quando considerada necessária pelo Poder Executivo.

Art. 219 - O pagamento será efetuado na Secretaria da Fazenda, podendo ser feito através de Instituições Financeiras, devidamente autorizadas por ato do Prefeito Municipal, publicado para ciência dos interessados.

Parágrafo único - O pagamento na Secretaria da Fazenda poderá ser feito por intermédio de posto especial de Instituição Financeira, a critério do Executivo, respeitada a publicação de que trata o "caput".

Art. 220 - Os tributos Municipais, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) bem como suas multas e juros serão expressos em Ufir.

Art. 221 - A atualização monetária de crédito de qualquer natureza do Município de Barra do Garças, será feita com base na variação da UFIR.

Art. 222 - Ocorrendo a extinção da UFIR, o Poder Executivo Municipal, através de decreto, adotará outro referencial similar que vier a ser fixado pelo Governo Federal em substituição.

Art. 223 - Os débitos tributários decorrentes de tributos não liquidados até o vencimento serão atualizados monetariamente, na data do efetivo pagamento, acrescidos de multa de mora e juros de mora, na forma prevista a seguir:

§ 1º - Os juros de mora, tanto na via judicial como na administrativa, serão contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do vencimento, na base de 1% (um por cento) ao mês do ano Civil ou fração, calculados sobre o valor do débito atualizados monetariamente.

§ 2º - Os juros de mora não incidem sobre o valor das multas.

§ 3º - A atualização monetária será aplicada a partir do dia seguinte àquela em que o deveria ter sido pago, mediante aplicação das variações da UFIR.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 4º - A adequação monetária, os juros de mora e a multa não serão aplicados sobre qualquer importância depositada nos cofres municipais, antes do prazo fixado para o vencimento para discussão administrativa do débito.

I - na hipótese do depósito parcial, aplicar-se-ão a correção monetária, juros de mora e a multa sobre parcela não depositada;

II - quando a cobrança for suspensa por medida administrativa ou judicial e a decisão for favorável à Fazenda Municipal, serão devidos os juros de mora, a correção monetária e a multa.

§ 5º - As multas proporcionais ao valor do débito serão calculadas sobre o valor corrigido monetariamente.

Art. 224 - O recolhimento não importa em quitação total do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova em pagamento de importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 225 - O pagamento não exclui para o sujeito passivo a obrigação de satisfazer quaisquer outras exigências formuladas pela Fazenda Municipal, desde que previamente notificado.

Art. 226 - Encerrado o prazo para recolhimento, a Secretaria da Fazenda procederá, dentro de 60 (sessenta) dias, a cobrança amigável do crédito tributário.

§ 1º - A cobrança a que se refere este dispositivo, efetuar-se-á de acordo com as instruções a serem divulgadas pelo Secretário da Fazenda, podendo independer de outra notificação além da efetuada à época do lançamento.

§ 2º - Findo o prazo a que se refere este artigo, far-se-á imediata inscrição do débito na dívida ativa para que se proceda à cobrança judicial.

Art. 227 - É facultado ao contribuinte efetuar o pagamento por meio de cheques, na conformidade das normas a serem expedidas pelo Secretário da Fazenda.

Art. 228 - Para os tributos em que a legislação tributária determinar o pagamento em parcelas, o não pagamento de 2 (duas) prestações consecutivas implicará no vencimento das demais, tornando-se o débito, ainda não liquidado, exigível de uma única vez.

Art. 229 - O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial nos casos e condições estabelecidas no Código Tributário Nacional e nesta Lei.

Art. 230 - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá, também, na mesma proporção, os acréscimos que tiverem sido recolhidos, salvo os referentes às infrações de caráter formal não prejudicados pela causa da restituição.

Art. 231 - As restituições dependerão de requerimentos da parte interessada, dirigido ao Secretário da Fazenda.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Parágrafo Único - Para os efeitos no disposto neste artigo, serão anexados ao requerimento os comprovantes do pagamento efetuado, os quais poderão ser substituídos, em caso de extravio ou falta, pelos seguintes documentos:

I - certidão em que conste o fim a que se destina, passada à vista do documento existente nas repartições competentes;

II - certidão passada por serventuário público, em cujo cartório estiver arquivado o documento;

III - cópia fotostática ou xerográfica do respectivo documento devidamente autenticada.

Art. 232 - Atendendo à natureza e ao montante do tributo a ser restituído, poderá o Prefeito Municipal determinar que a restituição se processe através de forma de compensação de crédito.

SEÇÃO III

DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO

Art. 233 - O Prefeito Municipal ou o Secretário de Finanças, em processo formalizado, no interesse público, poderá autorizar a compensação de quaisquer créditos tributários, com créditos líquidos e certos do sujeito passivo, contra a Fazenda Pública.

SEÇÃO IV

DA REMISSÃO E DO PARCELAMENTO

Art. 234 - O Prefeito Municipal ou o Secretário de Finanças poderá conceder remissão ou parcelamento, mediante requerimento do contribuinte quanto ao crédito tributário vincendo ou vencido, em única instância, atendendo à:

I - situação econômica do sujeito passivo;

II - consideração de equidade em relação com as características pessoais ou materiais do caso:

§ 1º - A não concessão do benefício requerido, manterá o crédito tributário na condição jurídica da época do pedido.

Parágrafo Único - A remissão parcial não impede a concessão de parcelamento.

Art. 235 - Aplicam-se ao parcelamento e à remissão parcial as normas de adequação monetária de que trata esta lei, por intermédio da aplicação da UFIR.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 236 - Tratando-se de importâncias vencidas, o parcelamento e a remissão parcial não elidem, no caso desta última respeitada a proporcionalidade com a parte não remida, os acréscimos de juros e multas cabíveis, mas implicam na suspensão de penalidades, até a liquidação do crédito da Fazenda Pública.

Art. 237 - A remissão e o parcelamento não geram direito adquirido e serão revogados de ofício, quando se apurar que o sujeito passivo não satisfazia, ou deixou de satisfazer, as condições para a concessão ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos a ela referentes, inclusive por inadimplência posterior, aplicando-se o disposto nesta Lei, quanto a acréscimos e penalidades, como se o benefício não tivesse sido concedido.

Art. 238 - Fica a cargo do chefe da Seção de Dívida Ativa da Secretaria de Finanças da Prefeitura os despachos de recebimentos e instrução do requerimento de remissão e parcelamento de crédito tributário.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 239 - Constitui infração fiscal, toda ação ou omissão que importe em inobservância às disposições da legislação tributária municipal.

§ 1º - Responde pela infração, conjunta ou isoladamente, todo aquele que, de qualquer forma, concorra para a sua prática, ou dela se beneficie.

§ 2º - Salvo quando a autoridade Administrativa concluir que a prática da infração configura sonegação, fraude ou conluio ou qualquer outra disposição expressa em contrário a esta Lei, a responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 240 - As infrações serão punidas, separada ou cumulativamente, com as seguintes cominações:

I - Multa;

II - proibições aplicáveis às relações entre o sujeito passivo e os órgãos integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

III - sujeição ao regime especial de fiscalização;

IV - suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidas as concessões legais ao sujeito passivo para se eximir total ou parcialmente do pagamento do crédito tributário à Fazenda Municipal, bem como o parcelamento.

↳ Art. 241 - Serão punidas: *Acrescenta juros*



Cam. Mun. B. Garças
Fls. <u>20</u>
Ass. <u>21</u>

65

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

I - com multa de valor correspondente a 5 (cinco) UFIR, por exercício, até a inscrição voluntária ou de ofício, quaisquer pessoas obrigadas a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura que não o fizer no prazo, forma e condições disciplinadas na legislação tributária municipal;

II - com multa igual a 10 (dez) UFIR, por exercício, até a regularização da inscrição, voluntária ou de ofício, quaisquer pessoa sujeita a inscrição cadastral que o fizer com omissão ou dados incorretos;

III - com multa de valor correspondente a 10 (dez) UFIR, até a regularização da inscrição, voluntária ou de ofício, quaisquer pessoas obrigadas a inscrição cadastral que deixar de comunicar qualquer ato ou fato que venha modificar os dados da inscrição nos prazos e condições constantes da legislação tributária;

IV - com multa de valor equivalente a 5 (cinco) UFIR, por exercício, até a regularização da situação voluntária ou de ofício, quaisquer pessoas obrigadas a inscrição cadastral que deixar de comunicar a cessação da atividade no prazo, forma e condições previstas na legislação municipal.

V - com multa de valor correspondente a 5 (cinco) unidade de referência qualquer pessoa legalmente obrigada que negar-se a prestar informações e esclarecimentos quando solicitado para autoridade administrativa, ou de qualquer modo dificultar ou impedir a ação da fiscalização;

VI - com multa de valor correspondente a 5 (cinco) UFIR, quaisquer pessoas que infringirem dispositivo da legislação tributária do Município para os que não tenham sido especificadas as penalidades próprias.

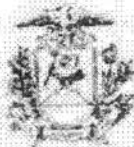
Art. 242 - A incidência de penalidades de natureza civil, criminal ou administrativa, em caso algum dispensa o pagamento do tributo devido e o cumprimento das cominações e demais acréscimos legais previstos nesta Lei, bem como a reparação de dano resultante da infração na forma da legislação aplicável.

Art. 243 - Não serão aplicadas penalidades contra o servidor ou o sujeito passivo, que tenha agido em consonância com a orientação ou interpretação fiscal, perfilhada em decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, tal orientação ou interpretação venha a ser modificada.

Art. 244 - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depende de apuração.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração procedendo-se nos termos desta Lei.

Art. 245 - Apurando-se no mesmo processo infrações a mais de uma disposição da legislação tributária municipal, cometidas pela mesma pessoa, aplicar-se-ão as penalidades correspondentes à cada infração.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 246 - A reincidência, em infrações às normas consubstanciadas na legislação tributária municipal, punir-se-á com a aplicação da multa em dobro e tantas vezes quantas forem as hipóteses de reincidência.

Parágrafo Único - Considera-se reincidência a repetição de infração a um mesmo dispositivo, pela mesma pessoa física ou jurídica, anteriormente responsabilizada em virtude de decisão administrativa definitiva.

Art. 247 - Quando a autoridade administrativa concluir que a prática de qualquer das infrações enumeradas nesta seção configura sonegação, fraude ou conluio, haverá agravamento em 100% (cem por cento) da penalidade a ser aplicada à hipótese.

Art. 248 - Considera-se sonegação a ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

a) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;

b) das condições pessoais do sujeito passivo, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito tributário correspondente.

Art. 249 - Considera-se fraude, a ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal ou a excluir ou modificar as características essenciais deste, de modo a reduzir o montante do imposto devido ou a evitar ou diferir seu pagamento.

Art. 250 - Considera-se conluio, o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas, visando qualquer dos efeitos referidos nos artigos anteriores.

SEÇÃO II

DA MULTA MORATÓRIA

Art. 251 - Pelo o não recolhimento dos tributos devidos na data do vencimento será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o seu valor atualizado.

Parágrafo Único - Pelo não recolhimento dos tributos o contribuinte sendo autuado a multa moratória será de 30% (trinta por cento)

SEÇÃO III

DAS PROIBIÇÕES APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES ENTRE OS CONTRIBUINTES EM DÉBITO E À FAZENDA MUNICIPAL, DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DA DÍVIDA ATIVA

Art. 252 - O sujeito passivo que se encontrar em débito para com a Fazenda Municipal da Administração, em qualquer escalão, não poderá:



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

I - obter o conhecimento ou concessão de vantagens ou benefícios de caráter municipal;

II - receber quantias ou créditos, exclusivos os relativos a alimentos ou estes, em espécies;

III - participar de licitações ou celebrar contratos ou termos ou transacionar a qualquer título com a Prefeitura.

§ 1º - Quando o sujeito passivo comunicar à repartição competente a alteração de dados cadastrais, as providências administrativas pertinentes só ocorrerão após a quitação do seu débito.

§ 2º - A proibição a que se refere este artigo, inciso I, do "caput", não abrange as reclamações, impugnações, recursos ou quaisquer outros requerimentos ou petições, cujo direito assista ao sujeito passivo, nos termos dos dispositivos desta Lei que disciplinam o procedimento fiscal administrativo.

Art. 253 - Será obrigatório a apresentação de certidões negativas de todos os débitos tributários, inclusive de exercícios findos, a ser exigida pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal nos seguintes casos:

I - solicitação de aprovação de projetos para edificação de obras particulares e concessão de "habite-se";

II - inscrição junto ao Cadastro Técnico Municipal;

III - garantia do cumprimento de todo o disposto no art. anterior.

§ 1º - Para efeitos do disposto neste artigo, de pronto, a solicitação da certidão deverá abranger todas as individualidades do interessado, de sujeição passiva a lançamentos com base no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

§ 2º - A certidão de que trata este artigo será positiva quando apurado crédito da Fazenda Pública a cargo do requerente ou a ele imputável mediante a aplicação de todo o disposto nesta Lei sob a titulação "Da Capacidade Jurídica e Tributária e da Responsabilidade de Sucessores e de Terceiros", artigos 243 a 245.

Art. 254 - Será considerado crime de responsabilidade o descumprimento do disposto nesta Seção.

Art. 255 - Constituem dívida ativa do Município, os créditos tributários provenientes dos tributos e multas de qualquer natureza, previstos neste Código, ou das taxas de serviços industriais e tarifas de serviços públicos, cuja arrecadação ou regulamento se processa pelos órgãos de administração descentralizada do Município, desde que regularmente inscritos na repartição competente, depois de esgotados os prazos estabelecidos para pagamento ou de decisão proferida em processo regular, transitada em julgado.

Parágrafo Único - A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 256 - Para todos os efeitos legais, considera-se como inscrita, a dívida registrada em livros e impressos especiais da Secretaria da Fazenda, ou do órgão a quem competir a arrecadação.

Art. 257 - O tempo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio de um ou de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e a natureza do crédito, mencionadas especificamente as disposições em que sejam fundadas;

IV - a data em que foi inscrito;

V - sendo o caso, o número do processo administrativo de que se originou o crédito.

Parágrafo Único - a certidão conterá, além dos requisitos deste Artigo, a indicação do livro ou do impresso de inscrição.

Art. 258 - A dívida, regularmente inscrita, goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único - A presunção, a que se refere este Artigo, é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiros a que aproveite.

Art. 259 - Serão cancelados, mediante decreto do Executivo Municipal ou decisão judicial, os débitos, legalmente prescritos.

Art. 260 - Serão considerados legalmente prescritos, os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa, se decorridos 05 (cinco) anos, independentemente de estarem ou não ajuizados.

Parágrafo Único - O prazo, a que se refere este artigo, se interrompe:

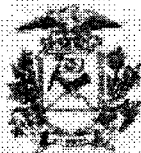
I - pela citação pessoal do devedor, feita judicialmente;

II - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

III - pela apresentação de documentos comprobatórios da dívida, em juízo de inventários ou concurso de credores;

IV - pela contestação em juízo.

Art. 260 - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, poderão ser reunidas em um só processo.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 261 - Encerrando o exercício financeiro, o órgão competente providenciará, imediatamente, a inscrição de débitos fiscais, por contribuinte.

§ 1º - Independentemente, porém, do término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil, poderão ser inscritos em dívida ativa.

§ 2º - As multas, por infração de leis e regulamentos municipais, serão consideradas como dívida ativa e imediatamente inscritas, assim que findar o prazo para interposição de recurso, ou, quando interposto, não obtiver provimento.

§ 3º - Para a dívida ativa, de que tratam os parágrafos anteriores deste Artigo, desde que legalmente inscrita, será extraída imediatamente a respectiva certidão, a ser encaminhada às cobranças executiva.

Art. 262 - A dívida ativa proveniente do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, bem como as taxas arrecadadas juntamente com este, serão cobradas amigavelmente, até 180 (cento e oitenta) dias após o término do exercício financeiro a que se referir.

Parágrafo Único - Findo o prazo previsto neste artigo, a dívida será encaminhada para cobrança executiva, à medida em que forem sendo extraídas as certidões.

Art. 263 - Ressalvados os casos de autorização legal, não se efetuará o recebimento de créditos inscritos com dispensa de multas, juros de mora e correção monetária.

Art. 264 - A inscrição amigável e a expedição da certidão da dívida ativa, competem aos órgãos próprios da Secretaria da Fazenda.

Parágrafo Único - Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciais.

SEÇÃO IV

DAS SUJEIÇÕES A REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 265 - O sujeito passivo que houver cometido infração, para a qual tenha ocorrido circunstância agravante ou que, reiteradamente, viole a legislação tributária, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Parágrafo Único - O regime especial de que trata este artigo, será estabelecido pelo Secretário da Fazenda, que fixará as condições para seu cumprimento.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO V

DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS

Art. 266 - Na hipótese de que o sujeito passivo haja infringido a legislação tributária, as concessões que lhe tenham sido dadas, para eximir-se de pagamento total ou parcial de tributos, poderão ser suspensas ou canceladas, se vincendas.

Parágrafo Único - A suspensão ou cancelamento será determinada pelo Secretário da Fazenda, independentemente da condição hierárquica do concedente, consideradas a gravidade e a natureza da infração.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO FISCAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 267 - Processo Fiscal, para os efeitos deste Código, compreende o conjunto de atos e formalidades tendentes a uma decisão sobre:

- I - auto de infração;
- II - reclamação contra lançamento;
- III - consulta;
- IV - pedido de restituição;
- V - pedido de suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário;
- VI - reconhecimento de imunidade;
- VII - concessão de isenção;
- VIII - pedido de remissão ou parcelamento.

Parágrafo Único - A lavratura de auto de infração caracteriza o início de procedimento fiscal e será de iniciativa da Fazenda Pública.

Art. 268 - O procedimento fiscal tem início com:

I - o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo, ou seu preposto, da obrigação tributária, devendo ser formalizado em protocolado;

II - a apreensão de mercadorias, documentos ou livros.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Parágrafo único - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, quanto a atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

Art. 269- O termo decorrente do início de atividade fiscalizadora será lavrado, sempre que possível, em livro fiscal, extraindo-se cópia para anexação ao processo e, quando não lavrado em livro, entregar-se-á a cópia autenticada à pessoa sob fiscalização.

§ 1º - Iniciada a fiscalização os agentes fazendários terão o prazo de 30 (trinta) dias para concluí-la, salvo quando o contribuinte for submetido ao regime especial de fiscalização.

§ 2º - Atendendo a circunstâncias especiais, o prazo referido no parágrafo anterior, em despacho fundamentado, poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias, pelo Secretário da Fazenda que se necessário, determinará uma segunda prorrogação, por prazo igual.

Art. 270 - A exigência do crédito tributário será formalizada em auto de infração ou notificação de lançamento, distintos para cada tributo.

Parágrafo Único - Quando mais de uma infração à legislação de um tributo decorrer do mesmo fato e a comprovação dos ilícitos depender dos mesmos elementos de convicção, a exigência será formalizada em um só instrumento, no local da verificação da falta, e abrangerá todas as infrações e infratores.

Art. 271 - São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidas com preterição do direito de defesa.

§ 1º - A nulidade de qualquer ato por autoridade incompetente, ou só prejudica os posteriores que nele dependam diretamente ou sejam sua consequência.

§ 2º - Na declaração de nulidade, a autoridade apontará os atos atingidos e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

Art. 272 - As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade do processo e serão sanadas se prejudiciais ao sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa.

Art. 273 - A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.

Art. 274 - Também as iniciativas dos contribuintes quanto ao disposto nos incisos de II a VIII, do artigo 258, serão formalizados e protocolados.

Art. 275 - Para efeitos do processo fiscal, qualquer autoridade poderá solicitar pareceres e informes de quaisquer órgãos da Administração Centralizada, podendo, ainda, socorrer-se de iguais instrumentos de elementos exteriores, formalizados, neste caso desde que



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal, tudo, sempre, respeitadas as condições internas hierárquicas de tramitação das comunicações na Administração.

SEÇÃO II

DA APREENSÃO DE BENS OU DOCUMENTOS

Art. 276 - Poderão ser apreendidos documentos, mercadorias e demais coisas móveis que se encontrem em trânsito ou em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestador de serviços, do sujeito passivo, ou de terceiros, e que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo Único - Havendo provas fundadas, ou suspeita, de que as coisas se encontram em residência particular, ou em lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 277 - Da apreensão lavrar-se-á termo, com os elementos do auto de infração.

Parágrafo único - O termo de apreensão a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, à indicação do lugar onde ficarão depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se a juízo daquele, for idôneo.

Art. 278 - O Secretário da Fazenda designará servidor municipal, a fim de proceder a avaliação dos bens apreendidos, que ficará constando do processo.

Art. 279 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do proprietário ou possuidor, ser devolvidos, mediante recibo, permanecendo no processo a cópia do inteiro teor, ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 280 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidas, até decisão final, as que forem necessárias à prova.

Art. 281 - Se o interessado, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de apreensão, não provar o preenchimento dos requisitos ou o cumprimento das exigências legais para liberação das coisas apreendidas, serão estes bens levados a leilão.

§ 1º - Quando, no leilão, for apurada importância superior à devida, a diferença será restituída a requerimento do interessado.

§ 2º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados, a critério da Administração, a instituições assistenciais, na forma a ser disciplinada pelo executivo.

SEÇÃO III

DO AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA



23

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 282 - As ações ou omissões, contrárias à legislação tributária, serão apuradas por autuamento, com o fim de identificar o responsável pela infração verificada, determinar o dano causado ao Município e o respectivo valor, aplicando-se ao infrator a pena correspondente e, quando for o caso, proceder ao ressarcimento do referido dano.

Art. 283 - O auto de infração, lavrado pelo servidor competente, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter:

- I - a qualificação do autuado e das testemunhas, se houver;
- II - local, data e hora da lavratura;
- III - descrição do fato e circunstâncias pertinentes;
- IV - citação expressa do dispositivo legal infringido, inclusive do que fixa a respectiva sanção;
- V - a determinação da exigência e a notificação para cumpri-la ou impugná-la;
- VI - especificação de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo.

§ 1º - As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que no mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.

§ 2º - O auto lavrado será assinado pelo autuante e pelo autuado, ou seu representante ou preposto.

§ 3º - A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à sua validade, e poderá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto e, em nenhuma hipótese, implicará em confissão da falta argüida, nem a sua recusa agravará a infração.

§ 4º - Se o infrator, ou seu representante ou preposto, não puder, ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção expressa dessa circunstância.

Art. 284 - Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá em livro fiscal do Contribuinte, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

Art. 285 - Lavrado o auto, terão os aumentos o prazo obrigatório e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas para entregá-lo a registro.

Art. 286 - Lavrado o auto, o autuado será notificado para cumprir a exigência ou impugná-la no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 287 - O auto de infração será lavrado em três vias, cuja destinação é a seguinte:

- I - a primeira constituirá a peça do processo fiscal;
- II - a segunda ficará no serviço responsável pelo autuamento;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

III - a terceira será encaminhada ao autuado.

SEÇÃO IV

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 288 - Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão violatória deste Código, ou de outras normas que integram a legislação tributária do Município.

Parágrafo único - Recebida a representação, o Secretário De Finanças, tendo em vista a natureza e a gravidade dos fatos indicados, determinará a realização das diligências cabíveis e, se for o caso, a lavratura do auto de infração.

SEÇÃO V

DA IMPUGNAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO

Art. 289 - A apresentação de impugnação e o pagamento de Taxa de 10 UFIRs contra exigência do crédito tributário, formalizada em auto de infração ou notificação do lançamento, instaura a fase litigiosa do processo.

Art. 290 - A impugnação será total ou parcial e o prazo para sua apresentação é de 15 (quinze) dias, contados da data do auto de infração, ou da notificação do lançamento.

Parágrafo Único - Nos casos de impugnação parcial, o impugnante poderá recolher o referente à parte não impugnada.

Art. 291 - Ao contribuinte que, no prazo da impugnação, comparecer à repartição competente, para recolher de uma só vez, o débito oriundo do auto de infração, será concedida redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa.

Art. 292 - A impugnação será formulada ao Secretário da Fazenda e deverá conter:

I - a qualificação do impugnante;

II - os motivos, de fato e de direito, em que se fundamenta;

III - as perícias e outras diligências que pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que a justificam, indicando perito, se considerar necessário.

Art. 293 - A impugnação será encaminhada, por intermédio do Diretor da Divisão de Controle de Arrecadação - DCA à chefia do serviço responsável pela autuação ou lançamento que, funcionando como autoridade preparadora, manifestar-se-á sobre as razões oferecidas, no prazo de (10) dez dias, prorrogável por igual tempo, a critério do Diretor da DCA e mediante despachos fundamentados.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Parágrafo Único - A autoridade preparadora informará no processo se o infrator é reincidente, para efeitos de seu enquadramento.

SEÇÃO VI
DAS DILIGÊNCIAS

Art. 294 - As perícias ou outras diligências, requeridas pelo sujeito passivo, serão apreciadas pela autoridade preparadora, que poderá determinar a realização das mesmas, quando as julgar necessárias ou indelétricas, quando as considerar prescindíveis ou impraticáveis.

§ 1º - Caso deferiu o pedido de perícia, a autoridade preparadora poderá designar perito para proceder, juntamente com o perito do sujeito passivo, ao exame requerido.

§ 2º - Se as conclusões dos peritos forem divergentes, a referida autoridade poderá designar outro perito para desempatar.

Art. 295 - Para a realização de perícias ou outras diligências, a autoridade competente deverá, preferentemente, indicar servidor municipal.

Art. 296 - A autoridade competente para determinar perícias e outras diligências, fixará prazo para a realização das mesmas, tendo em vista o grau de complexidade do procedimento, o valor do crédito tributário em litígio e outros fatores pertinentes.

Art. 297 - As despesas decorrentes da realização de perícias e outras diligências serão custeadas pelo sujeito passivo, quando por ele requeridas.

Art. 298 - Para auxiliar na formação de sua convicção, a autoridade julgadora poderá solicitar a emissão de pareceres sobre processos em julgamento.

SEÇÃO VII
DA CONSULTA

Art. 299 - O contribuinte poderá formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária municipal e suas normas complementares, aplicáveis a fato determinado, ineficaz, portanto, em relação a matéria em tese.

Art. 300 - A consulta não será eficaz, também:

I - quanto a auto de infração;

II - quanto a crédito tributário vincendo ou vencido;

76



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

III - quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

IV - quando o fato estiver definido em disposição literal de lei ou disciplinado em norma complementar;

V - quando se tratar de crime ou contravenção penal;

VI - quando não descrever completa ou exatamente a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua resolução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade julgadora.

Art. 301 - Compete à autoridade julgadora declarar a ineficácia da consulta.

Art. 302 - A consulta será apresentada pelo contribuinte, dirigida ao Secretário da Fazenda e deverá conter:

I - qualificação do sujeito passivo;

II - descrição do caso concreto, esclarecendo se versa sobre hipótese em relação à qual já se verificou o fato gerador da obrigação tributária, desde que não tenha havido notificação de lançamento;

III - indicação dos dispositivos legais, objeto da consulta.

Parágrafo único - Os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão, também, formular consulta.

Art. 303 - A consulta será encaminhada ao Diretor da Divisão de Controle de Arrecadação - DCA, que funcionando como autoridade preparadora dará parecer sobre a consulta, no prazo de (20) vinte dias, prorrogável por igual tempo, a critério do Secretário da Fazenda e mediante despachos fundamentados.

SEÇÃO VIII

DAS DECISÕES EM INSTÂNCIAS PRIMEIRA OU ÚNICA

Art. 304 - Serão decididos em primeira instância os processos fiscais de que tratam os incisos I a VII, do artigo 267, cabendo decisão em instância única o relativo ao inciso VIII, do mesmo artigo.

Art. 305 - Os julgamentos de que trata o artigo anterior, competirão:

I - quando em instância única, o referente a remissão ao Prefeito Municipal ou ao Secretário da Fazenda, cada qual no prazo de 60 (sessenta) dias;

II - ao Secretário da Fazenda nos demais casos, no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º - Os prazos definidos nos incisos do "caput" compreendem também, os anteriormente previsto para preparação e instrução de processos.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 306 - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes nem às perícias ou demais diligências requeridas, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Parágrafo Único - Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o processo em diligência e determinar perícias de ofício.

Art. 307- A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais e a conclusão.

Art. 308 - As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto e os erros de escrita ou de cálculo existentes na decisão, poderão ser corrigidos, de ofício, ou a requerimento do sujeito passivo.

Art. 309 - Quando das decisões, em primeira instância, ainda que apenas parcialmente favorável ao contribuinte, o prolator, mediante simples declaração em processo e com efeito suspensivo, recorrerá, de ofício, sob pena de responsabilidade, à segunda instância.

Art. 310 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário do contribuinte, com efeito suspensivo, ainda que possa ser argüida a perempção, à segunda instância, no prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação da decisão.

Art. 311 - É vedado reunir em uma só peça recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre a mesma matéria, ou sejam pertinentes ao mesmo sujeito passivo, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Art. 312 - Da decisão de instância primeira ou única não cabe pedido de reconsideração.

Art. 313 - O sujeito passivo poderá, a qualquer tempo, desistir da impugnação ou do recurso interposto, sendo competente para homologar a desistência a autoridade que houver de proferir a decisão.

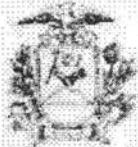
SEÇÃO IX

DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 314 - As decisões em segunda instância serão proferidas pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - As decisões de que trata o "caput", poderão ser delegadas pelo Prefeito Municipal ao Conselho de contribuintes, através de decreto.

§ 2º - Não cabe pedido de reconsideração das decisões proferidas em segunda instância.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

SEÇÃO X

DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Art. 315 - O Conselho de Contribuintes poderá, por delegação do Executivo, julgar em segunda instância o relativo aos processos fiscais de que tratam os incisos I a VII do artigo 267.

Art. 316 - O Conselho de Contribuintes será composto de 05 (cinco) membros, dos quais, nato, o Secretário de Fazenda do Município, que será seu Presidente.

§ 1º - O simples exercício do cargo de Secretário de Fazenda implica no de Presidente do Conselho de Contribuintes, sem necessidade de nomeação ou posse.

§ 2º - Os demais membros serão:

- a) 2 (dois) servidores da Prefeitura Municipal;
- b) 3 (três) da Comunidade.

§ 3º - Os membros de que trata o parágrafo anterior serão escolhidos pelo Prefeito, com aprovação da maioria absoluta dos Membros da Câmara Municipal e empossados pelo Presidente, sendo a escolha feita a partir de listas triplices, que poderão ser recusadas, fornecidas pelas seguintes Entidades, no mínimo, por solicitação do Chefe do Executivo:

- a) Câmara Municipal;
- b) Sindicato do Comércio Varejista de Barra do Garças;
- c) Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) Associação Comercial e Industrial de Barra do Garças.

§ 4º - Ocorrendo a recusa de que trata o parágrafo anterior, o Prefeito poderá solicitar novas listas, tantas quanto julgar necessárias, face a recusas continuadas, prevalecendo sempre o critério adotado no parágrafo 3º deste artigo.

Art. 317 - Para cada membro efetivo do Conselho de Contribuinte, e com ele nomeado, exceto para o Presidente, haverá um suplente, que será empossado nos casos de afastamento temporário ou definitivo, do titular.

§ 1º - A posse de que trata a "caput", bem como a declaração de afastamento do suplente, por reassunção do titular, ocorrerá em sessão do Conselho, por quem estiver na Presidência do evento.

§ 2º - Serão considerados vagos os lugares no Conselho de Contribuintes cujos membros não tenham tomado posse dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação das respectivas nomeações.

Art. 318 - Perderá o mandato o representante que:



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

a) usar, de qualquer forma, meios ilícitos para procrastinar o exame e julgamento de processos, ou que no exercício da função praticar quaisquer atos de favorecimento;

b) reter processos em seu poder, por mais de 15 (quinze) dias além dos prazos previsto para relatar ou proferir voto, sem motivo justificado;

c) faltar a mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) interpoladas no mesmo exercício, salvo por motivo de moléstia, afastamento da cidade, férias e licença.

§ 1º - A perda do mandato referido no "caput" deste artigo será declarada por iniciativa do Presidente do Conselho, após apuração em processo regular.

§ 2º - Tratando-se de representante da Prefeitura, se servidor municipal, a perda do mandato constituirá falta de exação no cumprimento do dever e implicará na aplicação das penalidades disciplinares, nos termos da legislação vigente.

Art. 319 - São cargos do Conselho o de Presidente e Secretário Geral, sendo este último nomeado por aquele na primeira sessão do órgão.

Art. 320 - Ocorrendo a substituição do Secretário da Fazenda reaplicar-se-á, automaticamente, o disposto no artigo 314, § 1º, deste Código.

Art. 321- O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução continuada, pelo Prefeito Municipal, independentemente, de listas tríplices.

Art. 322 - O Conselho é unicameral, devendo todas as decisões serem tomadas por pelo menos 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Único - É imprescindível a participação do Presidente em todo julgamento do Conselho.

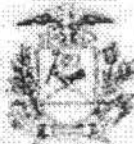
Art. 323 - Aplicar-se-á as decisões do Conselho o disposto na legislação municipal para a primeira instância.

Art. 324 - O prazo para que o sujeito passivo interponha, perante o Conselho, recurso que terá efeito suspensivo, será de 15 (quinze) dias corridos a contar da notificação do ato decisório de primeira instância.

Art. 325 - Recebido o processo, nos termos da legislação, regulamentar, o Conselho terá prazo de 30 (trinta) dias para decidir.

Parágrafo Único - O prazo, previsto no "caput", interromper-se-á nos casos em que o Conselho considerar necessário a conversão do processo em deligência, cujo procedimento seja de competência de outros órgãos integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 326 - Compete à Secretaria da Fazenda todo o apoio espacial e material ao Conselho.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 327 - As funções de Conselho são consideradas de relevante interesse público e o seu exercício, quando atribuído a servidor municipal, tem prioridade sobre as atividades próprias do cargo de que seja ocupante.

Art. 328 - Os Conselheiros serão remunerados, por sessão à que comparecerem à razão de 30 (trinta) UFIR, cada uma, respeitado o limite mensal igual ao dos recebimentos brutos totais, do Secretário da Fazenda do Município, pelo exercício deste cargo.

Parágrafo Único - Em virtude de vedação constitucional, pelas atividades no Conselho, os Vereadores não serão remunerados em qualquer hipótese e os servidores municipais, inclusive o Presidente, somente terão direito a remuneração relativamente a sessões realizadas fora do horário de expediente municipal.

Art. 329 - A organização, compreendendo o funcionamento, a ordem dos trabalhos à competência e as atribuições do Presidente e demais membros do Conselho de Contribuintes e os respectivos prazos para seus atos, serão disciplinados em regimento interno aprovado por Decreto do Executivo.

Art. 330 - Até que seja constituído ou não sendo constituído o concelho, fica o Secretário de Finanças como primeira instância e o Prefeito Municipal como segunda e última instância de recursos.

SEÇÃO XI

DAS INTIMAÇÕES, NOTIFICAÇÕES E PRAZOS

Art. 331 - As notificações far-se-ão:

I - pelo autor do procedimento ou por agentes do órgão preparador, pessoalmente, ao sujeito passivo ou a seu representante ou preposto, mediante entrega, contra recibo, de cópia do auto de infração;

II - sob registro postal, acompanhada de cópia de auto;

III - por edital, publicado, se desconhecido o domicílio tributário do contribuinte.

Parágrafo Único - Nos casos de intimação pessoal, se o infrator, seu representante ou preposto, recusar-se a receber a intimação, tal fato será certificado pelo servidor que o intimar e ficará constando do processo.

Art. 332 - Considerar-se-ão feitas as notificações:

I - quando pessoal, na data do recibo;

II - quando por carta:

a) 5 (cinco) dias após a sua entrega à agência postal nos casos em que a intimação se destinar ao Município de Barra do Garças;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

b) 10 (dez) dias após a sua entrega à agência postal nos casos em que a intimação deva ser enviada a outros Municípios do estado de Mato Grosso;

c) 15 (quinze) dias após a sua entrega à agência postal, nos casos em que a intimação deva ser enviada a outros Estados;

III - quando por edital, 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Art. 333 - As decisões em primeira, única e segunda instâncias administrativas, proferidas em processos fiscais, inclusive consultas, serão publicadas, total ou resumidamente.

§ 1º - A publicação referida neste artigo valerá, para todos os efeitos, como intimação ao sujeito passivo da decisão proferida.

§ 2º - Feita a intimação por meio da publicação, poderá a Administração, quando conhecido o domicílio fiscal do sujeito passivo, cientificá-lo da publicação, por meio de comunicação expedida sob registro postal.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, a falta da entrega da comunicação, ou sua devolução pela repartição postal, não invalidará a intimação a que se refere o parágrafo primeiro.

Art. 334 - Os prazos serão contínuos, excluído, na sua contagem, o dia do início e incluído o do vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos só iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

SEÇÃO XII

DA EFICÁCIA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 335 - São definitivas as decisões proferidas:

I - em primeira instância, quando esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que tenha sido interposto e desde que incabível recurso de ofício;

II - em segunda instância, sempre.

Parágrafo Único - Serão também definitivas, as decisões de primeira instância, na parte em que não for objeto de recurso voluntário ou estiver sujeita ao recurso de ofício.

Art. 336 - com a publicação, das decisões definitivas, o sujeito passivo considerar-se-á intimado:

I - a cumpri-la, no prazo para cobrança amigável, fixada no artigo 228 quando se tratar de decisão que lhe seja contrária, findo esse prazo, sem que tenha sido pago o crédito tributário, o processo será, imediatamente, remetido ao órgão competente, para inscrição da dívida e remessa da certidão para cobrança executiva;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

II - a receber, no prazo de 30 (trinta) dias, as importâncias indevidamente recolhidas, quando se tratar de decisões que lhe sejam favoráveis.

Parágrafo Único - Nos casos de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, será o mesmo exonerado, de ofício dos gravames decorrentes do litúgio.

Art. 337 - Quando for o caso, as decisões definitivas serão cumpridas também pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos, apreendidos ou depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação ou de seu valor de mercado, se doação.

Art. 338 - As certidões sobre tributos serão expedidas nos termos em que tenham sido requeridas pelo contribuinte ou interessado.

Parágrafo Único - Das certidões referentes à situação fiscal relativa ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana constarão, sempre, os débitos das taxas de serviços e da contribuição de melhoria, ainda que não vencidas.

Art. 339 - As convenções entre particulares, relativas à responsabilidade pelo cumprimento de obrigações ou deveres tributários, não são oponíveis à Fazenda Municipal.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 340 - Fazem parte integrante desta Lei os seus Anexos de números 01 a 12 e respectivas tabelas.

Art. 341 - Ficam revogadas as Leis Municipais n.º 951, de 7 de dezembro de 1984, e bem como as Leis Complementares n.º 29 de dezembro de 1995 e n.º 036 de 30 de dezembro de 1996.

Art. 342 - Ficam mantidas todas as inserções previstas anteriormente que se identificam com as deste Código, revogadas as demais.

Art. 343 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de (1º) primeiro de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Garças, _____ de _____ de 1997.

Wanderlei Farias Santos
Prefeito Municipal

Cam. Mun. B. Garças
Fls. 088
Ass. 9

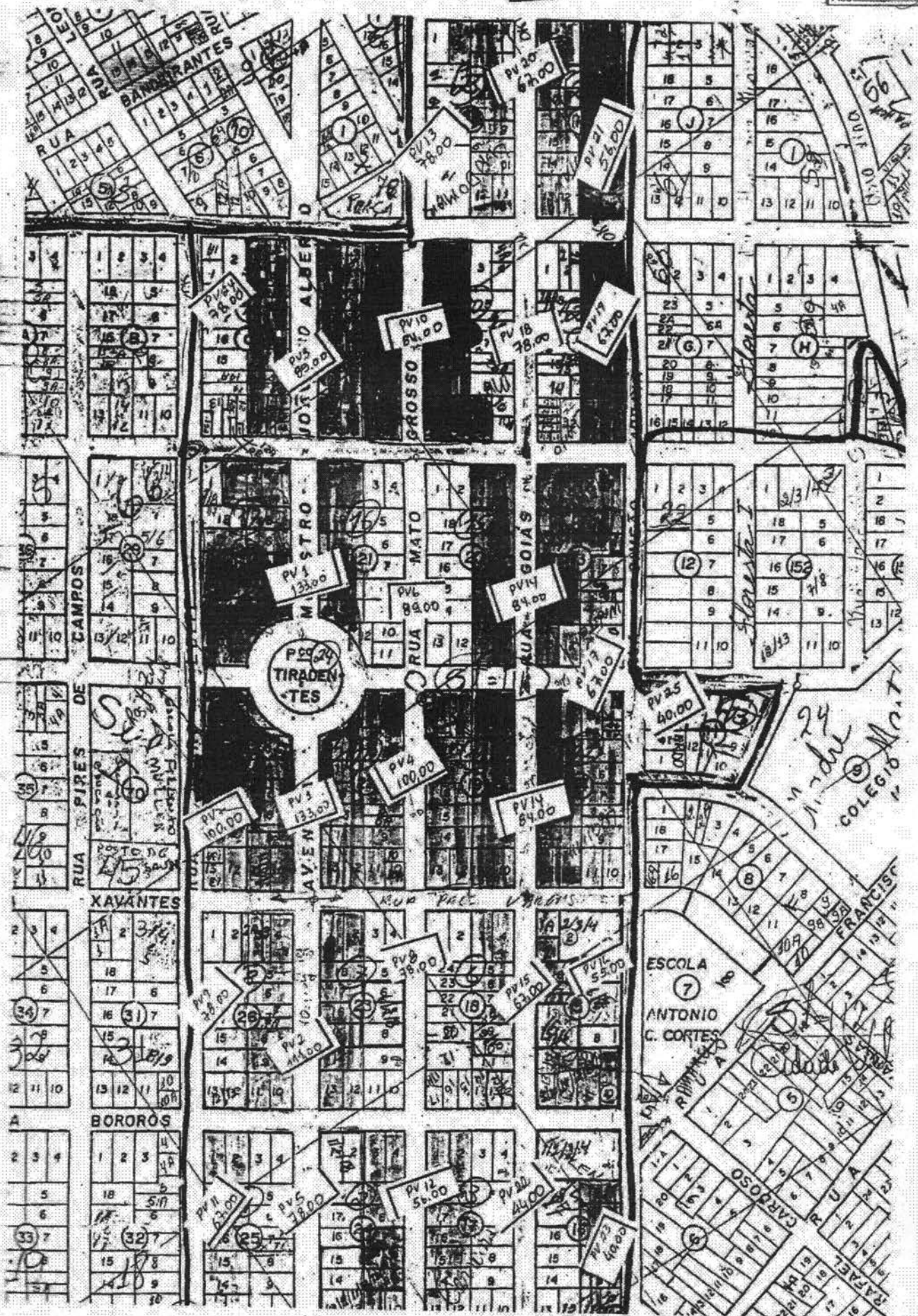


ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

A N E X O S

ANEXO I

Cam. Mun. B. Garças
Fls. 809
Ass. 8401



85

Cam. Mun. B. Garças
 Fis. 99
 Ass. 99

--Faixa Inicial--			--Faixa Final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
101	1	1	101	1	9999	1	9,00	ESCOLA AGRICOLA/AREA FRIGORIF./C.PETXIN
101	2	1	101	7	9999	2	1,00	ESCOLA AGRICOLA/AREA FRIGORIF./C.PETXIN
102	1	1	102	2	9999	2	11,00	BR 070
102	3	1	102	14	9999	1	23,00	BR 070
102	15	1	102	20	9999	3	9,00	BR 070
102	21	1	102	21	9999	2	11,00	BR 070
103	1	1	103	99	9999	1	1,00	AREAS/ FAZENDAS
104	1	1	104	26	999	1	10,00	J.ARAGUATA COHAB
104	27	1	104	36	999	1	5,00	J.ARAGUATA COHAB
105	1	1	105	6	999	1	5,00	J.PITALUGA
105	7	1	105	8	999	4	2,00	J.PITALUGA
105	9	1	105	9	999	4	2,00	J.PITALUGA
105	10	35	105	10	94	4	2,00	J.PITALUGA
105	10	106	105	10	298	3	3,00	J.PITALUGA
105	10	310	105	10	334	4	2,00	J.PITALUGA
105	11	1	105	11	999	2	4,00	J.PITALUGA
105	12	1	105	24	999	1	5,00	J.PITALUGA
105	25	1	105	26	999	2	4,00	J.PITALUGA
105	27	1	105	27	999	3	3,00	J.PITALUGA
105	28	1	105	29	999	4	2,00	J.PITALUGA
105	30	1	105	30	999	3	3,00	J.PITALUGA
105	31	1	105	32	999	2	4,00	J.PITALUGA
105	33	1	105	43	999	1	5,00	J.PITALUGA
105	44	1	105	45	999	2	4,00	J.PITALUGA
105	46	1	105	47	999	4	2,00	J.PITALUGA
106	1	1	106	6	999	1	2,00	LOTEAMENTO LACERDA
106	6	1	106	6	999	1	2,00	LOTEAMENTO LACERDA
107	3	12	107	3	199	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	4	11	107	4	296	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	5	12	107	5	999	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	6	1	107	6	999	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	7	29	107	7	384	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	9	1	107	9	999	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	10	12	107	10	304	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	11	12	107	11	304	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	12	1	107	12	999	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	13	25	107	13	363	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	14	13	107	14	386	4	6,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	15	24	107	15	156	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	15	192	107	15	336	4	6,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	15	348	107	15	348	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	16	32	107	16	156	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	16	32	107	16	3	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	16	168	107	16	3	4	6,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	16	168	107	16	336	4	6,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	16	348	107	16	348	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	17	24	107	17	392	4	6,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	18	1	107	18	999	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	19	46	107	19	254	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	20	1	107	20	999	4	6,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	21	12	107	21	156	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
107	22	1	107	22	999	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES

Cam. Mun. B. Garças
 Fis. 091
 Ass. el

Data	--faixa Inicial--			--faixa final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros
	Sector	Quadra	Lote	Sector	Quadra	Lote			
2	107	23	27	107	23	153	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	24	12	107	24	167	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	25	320	107	25	320	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	26	23	107	26	350	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	27	25	107	27	166	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	27	200	107	27	305	1	10,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	27	317	107	27	341	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	28	24	107	28	132	1	10,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	28	144	107	28	348	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	29	12	107	29	302	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	30	1	107	30	999	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	31	12	107	31	309	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	32	12	107	32	284	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	33	12	107	33	215	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	33	250	107	33	305	2	9,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	33	317	107	33	449	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	34	11	107	34	96	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	34	101	107	34	156	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	34	167	107	34	299	2	9,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
4	107	35	1	107	35	999	1	4,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
4	107	36	13	107	36	37	2	9,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
4	107	36	49	107	36	86	3	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
4	107	36	98	107	36	145	2	9,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	37	12	107	37	312	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	38	12	107	38	309	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	39	24	107	39	140	1	10,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	39	151	107	39	360	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	40	24	107	40	180	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	40	216	107	40	339	1	10,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	40	351	107	40	375	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	41	25	107	41	370	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	42	7	107	42	999	5	7,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	43	24	107	43	136	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	43	147	107	43	350	4	6,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	44	1	107	44	999	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	45	12	107	45	285	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	46	12	107	46	154	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	46	185	107	46	323	2	9,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	46	341	107	46	389	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
4	107	47	1	107	49	999	1	4,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	50	1	107	50	999	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	51	12	107	51	259	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	52	12	107	52	177	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	52	226	107	52	299	2	9,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
2	107	52	311	107	52	354	3	5,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
4	107	53	1	107	53	999	1	4,00	VILA SERRINHA/ J.RODRIGUES
1	108	1	25	108	1	203	2	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
1	108	1	247	108	1	437	1	37,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
1	108	1	452	108	1	452	2	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
1	108	2	15	108	2	188	3	18,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
1	108	2	200	108	2	426	2	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
1	108	3	23	108	3	198	1	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO

Imo	--faixa Inicial--		--faixa final--		P.V.	Vlr.m2	Bairros	
	Setor	Quadra Lote	Setor	Quadra Lote				
108	4	12	108	4	347	1	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	5	13	108	5	189	3	13,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	6	65	108	6	65	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	6	73	108	6	126	3	13,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	6	172	108	6	172	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	7	24	108	7	24	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	7	36	108	7	272	2	25,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	7	319	108	7	343	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	8	24	108	8	24	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	8	36	108	8	146	2	25,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	8	161	108	8	344	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	9	15	108	9	111	2	25,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	9	137	108	9	229	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	9	241	108	9	337	2	25,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	10	9	108	10	45	2	25,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	10	81	108	10	153	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	10	165	108	10	305	2	25,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	11	24	108	11	195	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	11	171	108	11	171	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	12	24	108	12	24	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	12	93	108	12	137	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	12	159	108	12	207	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	13	12	108	13	104	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	13	137	108	13	206	1	33,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	13	218	108	13	361	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	14	24	108	14	195	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	15	7	108	15	209	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	16	29	108	16	238	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	17	20	108	17	103	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	17	125	108	17	256	2	18,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	17	268	108	17	292	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	18	30	108	18	241	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	19	15	108	19	293	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	20	31	108	20	359	2	16,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	21	35	108	21	143	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	22	74	108	22	224	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	23	26	108	23	118	2	18,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	23	169	108	23	169	1	66,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	23	182	108	23	286	1	65,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	23	182	108	23	234	3	56,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	23	286	108	23	286	1	66,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	23	300	108	23	300	2	18,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	24	26	108	24	144	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	24	182	108	24	278	2	18,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	24	284	108	24	302	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	25	15	108	25	301	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	26	24	108	26	304	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	27	25	108	27	73	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	27	101	108	27	286	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	27	298	108	27	298	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	28	26	108	28	38	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO
108	28	75	108	28	154	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.MANOEL CAMERINO

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 092
 Ass. 9

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 093
 Ass. 01

--Faixa Inicial--			--Faixa Final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
100	28	166	108	28	251	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	29	38	108	29	157	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	30	62	108	30	62	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	31	176	108	31	176	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	32	16	108	32	269	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	32	281	108	32	293	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	33	24	108	33	267	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	33	279	108	33	303	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	34	42	108	34	190	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	35	261	108	35	261	6	1,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	36	12	108	36	96	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	36	140	108	36	140	2	18,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	36	153	108	36	255	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	37	26	108	37	86	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	37	113	108	37	126	2	18,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	37	179	108	37	279	1	66,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	37	293	108	37	293	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	38	18	108	38	171	1	66,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	39	15	108	39	75	3	14,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	40	15	108	40	160	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	41	26	108	41	26	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	41	38	108	41	116	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	41	128	108	41	288	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	42	109	108	42	109	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	43	12	108	43	129	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	44	25	108	44	302	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	45	24	108	45	122	3	66,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	45	24	108	45	24	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	45	36	108	45	117	4	10,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	45	155	108	45	275	5	7,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	45	158	108	45	158	6	27,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
100	45	194	108	45	290	7	13,00	VISTA ALEGRE/J.CUIABA/V.WANDEL CAMERINO
109	1	12	109	1	296	1	11,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	2	12	109	2	246	1	11,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	2	258	109	2	282	3	7,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	3	34	109	3	293	1	11,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	4	30	109	4	260	3	7,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	5	290	109	5	541	2	9,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	6	13	109	6	91	2	9,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	6	121	109	6	136	3	7,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	6	178	109	6	316	1	11,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	7	12	109	7	231	1	11,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	8	12	109	8	294	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	9	12	109	9	388	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	10	1	109	10	999	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	11	102	109	11	225	3	7,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	12	66	109	12	254	3	7,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	13	13	109	13	320	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	14	12	109	14	307	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	15	12	109	15	324	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	16	12	109	16	303	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	17	221	109	17	221	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 094
 Ass. *[Signature]*

Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote	P.V.	Vlr.m2	Bairros
109	13	12	109	18	324	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	19	12	109	19	224	3	7,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	20	105	109	20	217	3	7,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	21	83	109	21	200	3	7,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	22	25	109	22	25	4	22,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	22	193	109	22	229	4	22,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	23	14	109	23	14	2	22,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	23	25	109	23	213	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	23	237	109	23	316	2	22,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	24	12	109	24	12	2	22,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	24	24	109	24	212	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	24	238	109	24	314	2	22,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	25	13	109	25	13	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	25	25	109	25	212	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	25	239	109	25	302	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	26	263	109	26	523	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	27	24	109	27	24	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	27	36	109	27	301	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	27	334	109	27	371	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	28	24	109	28	24	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	28	36	109	28	300	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	28	336	109	28	372	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	29	24	109	29	24	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	29	36	109	29	303	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	29	339	109	29	375	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	30	12	109	30	241	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	31	12	109	31	12	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	31	24	109	31	141	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	32	24	109	32	108	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	32	144	109	32	216	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	32	228	109	32	372	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	33	17	109	33	187	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	33	17	109	33	187	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	33	143	109	33	206	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	33	216	109	33	372	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	34	24	109	34	108	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	34	144	109	34	216	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	34	228	109	34	372	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	35	25	109	35	189	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	35	142	109	35	211	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	35	223	109	35	367	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	36	23	109	36	34	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	36	68	109	36	137	1	33,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	36	149	109	36	221	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	37	24	109	37	225	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	38	9	109	38	45	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	38	79	109	38	290	2	22,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	38	302	109	38	544	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	39	14	109	39	324	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	40	12	109	40	386	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	41	10	109	41	45	4	13,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	41	65	109	41	167	2	22,00	VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA

PREF. MUNICIPAL BARRA DO GARCAS
 Sistema de Cadastro Geral de Imóveis
 Planilha de valores

DATA - 23/12/1997 !
 HORA - 14:05:56 !
 PAGINA - 6 !

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 095
 Ass. 21

	--Faixa Inicial--		--Faixa Final--		P.V.	VLr.m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote		
109	41	179	109	41	306	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	42	12	109	42	308	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	43	12	109	43	120	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	43	110	109	43	211	2	22,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	43	223	109	43	367	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	44	328	109	44	328	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	45	24	109	45	184	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	45	220	109	45	341	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	45	365	109	45	337	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	46	24	109	46	108	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	46	144	109	46	371	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	47	12	109	47	297	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	48	12	109	48	318	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	49	12	109	49	311	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	50	10	109	50	999	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	51	11	109	51	304	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	51	11	109	51	304	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	52	11	109	52	305	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	53	12	109	53	367	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	54	1	109	54	999	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	55	24	109	55	371	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	56	9	109	56	366	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	57	1	109	57	999	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	59	34	109	59	111	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	60	1	109	60	999	5	10,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	61	24	109	61	372	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	62	12	109	62	312	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	63	12	109	63	310	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	64	10	109	64	293	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	65	12	109	65	307	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	66	11	109	66	303	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	67	23	109	67	138	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	67	158	109	67	362	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	68	14	109	68	176	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	68	212	109	68	332	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	68	344	109	68	368	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	69	60	109	69	60	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	69	72	109	69	180	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	69	204	109	69	264	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	70	24	109	70	144	3	14,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	70	156	109	70	372	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
109	71	60	109	71	60	4	13,00 VILA ST ANTONIO/SANTA ROSA
110	2	1	110	999	2	2	7,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	3	1	110	3	999	1	7,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	4	1	110	4	999	1	7,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	5	30	110	5	154	1	7,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	6	381	110	6	381	2	7,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	6	405	110	6	405	3	18,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	7	34	110	7	159	2	7,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	8	9	110	8	167	2	7,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	10	61	110	10	61	2	7,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	10	110	110	10	257	1	11,00 ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 036
 Ass. 91

--faixa Inicial--			--faixa Final--			P.V.	Vlr. m2	Bairros
Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote				
110	12	63	110	12	63	1	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	12	76	110	12	155	2	7,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	12	198	110	12	414	1	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	14	18	110	14	122	1	7,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	15	24	110	15	24	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	15	36	110	15	144	1	7,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	15	251	110	15	335	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	16	28	110	16	69	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	16	118	110	16	118	1	7,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	16	187	110	16	252	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	17	33	110	17	76	1	7,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	17	87	110	17	276	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	18	28	110	18	102	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	18	147	110	18	147	1	7,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	18	158	110	18	273	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	19	528	110	19	528	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	20	30	110	20	360	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	21	30	110	21	361	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	22	179	110	22	179	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	23	14	110	23	81	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	23	153	110	23	163	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	24	474	110	24	474	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	25	16	110	25	248	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	26	19	110	26	269	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	27	13	110	27	483	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	28	26	110	28	321	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	29	13	110	29	474	4	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	30	16	110	30	318	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	31	30	110	31	298	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	32	33	110	32	342	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	33	12	110	33	314	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	34	25	110	34	400	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	35	12	110	35	316	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	36	60	110	36	289	5	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	37	12	110	37	252	4	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	38	7	110	38	67	4	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	38	116	110	38	235	5	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	38	248	110	38	350	4	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	39	152	110	39	152	5	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	39	164	110	39	200	4	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	40	19	110	40	105	3	18,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	41	27	110	41	184	4	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	41	250	110	41	328	1	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	41	350	110	41	350	4	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	42	12	110	42	183	1	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	43	12	110	43	156	4	11,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	44	12	110	44	581	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	45	14	110	45	248	1	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	46	11	110	46	303	1	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	47	12	110	47	187	1	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	47	145	110	47	217	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	48	12	110	48	131	1	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 097
 Ass. *[assinatura]*

--Faixa Inicial--			--Faixa final--			F.V.	Vlr.m2	Bairros
Sector	Quadra	Lote	Sector	Quadra	Lote			
110	48	143	110	48	215	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	49	12	110	49	84	1	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	49	96	110	49	218	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	50	3	110	50	105	1	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	50	117	110	50	266	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	51	18	110	51	32	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	52	22	110	52	159	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	53	38	110	53	210	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	54	12	110	54	372	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	55	372	110	55	372	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	56	294	110	56	294	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	57	14	110	57	421	2	10,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	58	18	110	58	92	3	16,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	58	133	110	58	198	2	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	58	206	110	58	213	3	16,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	59	23	110	59	23	2	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	59	45	110	59	181	3	16,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	59	211	110	59	374	2	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	60	20	110	60	160	2	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	60	171	110	60	346	1	38,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	60	361	110	60	361	2	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	61	15	110	61	95	3	16,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	61	112	110	61	135	2	23,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	61	150	110	61	328	1	38,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
110	62	16	110	62	64	1	38,00	ALTO DA BOA VISTA/VILA MARIA LUCIA/FLORE
111	1	30	111	1	147	3	100,00	CENTRO
111	1	162	111	1	370	7	56,00	CENTRO
111	2	30	111	2	60	8	33,00	CENTRO
111	2	105	111	2	105	3	100,00	CENTRO
111	2	154	111	2	154	8	33,00	CENTRO
111	2	270	111	2	360	3	100,00	CENTRO
111	2	375	111	2	375	8	33,00	CENTRO
111	3	30	111	3	180	8	33,00	CENTRO
111	3	225	111	3	345	8	33,00	CENTRO
111	3	360	111	3	375	8	33,00	CENTRO
111	4	30	111	4	287	8	33,00	CENTRO
111	5	30	111	5	223	8	33,00	CENTRO
111	5	238	111	5	323	12	50,00	CENTRO
111	6	30	111	6	186	12	50,00	CENTRO
111	6	216	111	6	345	9	73,00	CENTRO
111	6	360	111	6	375	12	50,00	CENTRO
111	7	20	111	7	180	9	73,00	CENTRO
111	7	225	111	7	345	3	100,00	CENTRO
111	7	360	111	7	375	9	73,00	CENTRO
111	8	30	111	8	150	3	100,00	CENTRO
111	8	165	111	8	372	6	67,00	CENTRO
111	9	15	111	9	135	1	133,00	CENTRO
111	9	150	111	9	225	6	67,00	CENTRO
111	9	276	111	9	355	1	133,00	CENTRO
111	10	24	111	10	176	10	83,00	CENTRO
111	10	221	111	10	342	1	133,00	CENTRO
111	11	30	111	11	175	6	67,00	CENTRO

PREF. MUNICIPAL BARRA DO GARCAS
 Sistema de Cadastro Geral de Imoveis
 Planilha de valores

DATA - 23/12/1997 !
 HORA - 14:09:06 !
 PAGINA - 9 !

Cam. Mun. B. Garças
 Fls 098
 Ass 21

--Faixa Inicial--			--Faixa Final--			P.V.	Vlr. m2	Bairros
Sector	Quadra	Lote	Sector	Quadra	Lote			
111	11	214	111	11	347	10	83,00	CENTRO
111	11	355	111	11	370	6	67,00	CENTRO
111	12	10	111	12	180	13	38,00	CENTRO
111	12	225	111	12	345	6	67,00	CENTRO
111	12	360	111	12	375	13	38,00	CENTRO
111	13	15	111	13	241	8	33,00	CENTRO
111	14	59	111	14	59	6	67,00	CENTRO
111	14	74	111	14	177	13	38,00	CENTRO
111	14	222	111	14	266	6	67,00	CENTRO
111	15	30	111	15	169	6	67,00	CENTRO
111	15	225	111	15	345	11	85,00	CENTRO
111	15	360	111	15	375	6	67,00	CENTRO
111	16	30	111	16	164	11	85,00	CENTRO
111	16	205	111	16	325	1	133,00	CENTRO
111	16	340	111	16	340	11	85,00	CENTRO
111	17	45	111	17	60	1	133,00	CENTRO
111	17	90	111	17	90	2	93,00	CENTRO
111	17	222	111	17	222	1	133,00	CENTRO
111	17	327	111	17	327	5	60,00	CENTRO
111	18	25	111	18	146	4	110,00	CENTRO
111	18	153	111	18	373	5	60,00	CENTRO
111	19	30	111	19	189	11	85,00	CENTRO
111	19	228	111	19	360	4	110,00	CENTRO
111	19	370	111	19	385	11	85,00	CENTRO
111	20	30	111	20	241	7	56,00	CENTRO
111	20	271	111	20	436	11	85,00	CENTRO
111	20	451	111	20	466	7	56,00	CENTRO
111	21	19	111	21	169	13	38,00	CENTRO
111	21	182	111	21	333	7	56,00	CENTRO
111	21	341	111	21	371	13	38,00	CENTRO
111	22	8	111	22	176	8	33,00	CENTRO
111	22	221	111	22	355	13	38,00	CENTRO
111	22	362	111	22	370	8	33,00	CENTRO
111	23	22	111	23	148	13	38,00	CENTRO
111	23	148	111	23	343	12	50,00	CENTRO
111	23	355	111	23	370	13	38,00	CENTRO
111	68	30	111	68	370	2	40,00	CENTRO
112	1	45	112	1	45	4	11,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	1	147	112	1	275	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	1	290	112	1	437	4	11,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	2	49	112	2	92	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	2	154	112	2	154	7	5,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	2	202	112	2	202	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	2	532	112	2	597	4	11,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	3	35	112	3	398	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	3	400	112	3	461	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	3	471	112	3	878	4	11,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	4	99	112	4	99	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	4	108	112	4	350	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	5	83	112	5	83	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	6	14	112	6	329	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
112	7	14	112	7	112	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 299
 Ass. 91

Cada	--faixa inicial--			--faixa final--			P.V.	Vir. n2	Bairros
	Sector	Quadra	Lote	Sector	Quadra	Lote			
1	112	7	145	112	7	350	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	8	314	112	8	314	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	9	17	112	9	17	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	9	26	112	9	289	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	9	347	112	9	381	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	10	18	112	10	131	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	10	140	112	10	274	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	10	305	112	10	344	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	11	10	112	11	25	3	33,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	11	64	112	11	207	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	11	222	112	11	395	3	33,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	12	12	112	12	81	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	12	136	112	12	242	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	12	258	112	12	305	3	33,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	12	322	112	12	342	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	13	267	112	13	267	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	14	37	112	14	37	4	11,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	14	50	112	14	247	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	14	290	112	14	290	1	37,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	15	29	112	15	274	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	16	11	112	16	255	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	17	12	112	17	129	2	20,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	17	140	112	17	256	5	13,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	18	12	112	18	23	5	13,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	18	34	112	18	153	2	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	18	165	112	18	242	5	13,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	19	27	112	19	274	5	13,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	20	12	112	20	348	2	20,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	21	30	112	21	345	1	33,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	22	24	112	22	361	1	33,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	23	19	112	23	110	2	20,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	24	70	112	24	70	1	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
1	112	24	389	112	24	389	1	18,00	FLORESTA I/MADRE MARTA/CIDADE VELHA
3	113	1	1	113	2	999	1	15,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	3	1	113	3	999	1	18,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	4	1	113	5	999	3	18,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	6	1	113	6	999	1	18,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	7	1	113	7	999	2	7,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	8	1	113	8	999	2	7,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	9	1	113	11	999	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	12	1	113	12	999	3	10,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	13	1	113	13	999	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	14	7	113	14	72	1	10,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	14	87	113	14	347	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	15	1	113	15	999	1	10,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	16	1	113	17	999	4	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	18	1	113	20	999	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	21	15	113	21	30	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	21	75	113	21	225	1	10,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	21	240	113	21	360	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	22	15	113	22	30	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V
3	113	22	45	113	22	90	1	10,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V

Cam. Mun. Barra do Garças
 Fls. 109
 Ass. [assinatura]

Data	--faixa Inicial--			--faixa Final--			P.V.	Vlr. m2	Bairros
	Sector	Quadra	Lote	Sector	Quadra	Lote			
113	22	105	113	22	360	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	23	1	113	30	999	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	31	1	113	31	999	3	7,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	32	38	113	32	368	3	7,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	33	9	113	33	9	1	1,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	33	24	113	33	262	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	33	274	113	33	353	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	34	166	113	34	166	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	35	1	113	35	999	3	7,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	36	37	113	36	37	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	36	82	113	36	173	3	7,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	36	241	113	36	393	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	37	1	113	45	999	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	45	1	113	46	999	4	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	46	1	113	59	999	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	60	158	113	60	158	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	61	30	113	61	187	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	62	15	113	62	277	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	63	30	113	63	30	1	11,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	63	45	113	62	204	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	63	219	113	63	279	1	11,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	64	24	113	64	84	1	12,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	64	116	113	64	207	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	64	222	113	64	296	1	11,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	65	17	113	65	250	1	11,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	66	14	113	66	54	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	66	97	113	66	221	1	11,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	67	17	113	67	220	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	68	19	113	68	235	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	69	37	113	69	297	2	9,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
113	70	1	113	71	999	2	3,00	J. AMAZONIA II/JOAO XXIII REMANESC V	
114	1	15	114	1	150	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	1	190	114	1	255	1	15,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	1	319	114	1	383	1	15,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	1	396	114	1	454	1	15,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	1	484	114	1	574	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	2	13	114	2	58	1	15,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	2	100	114	2	248	1	15,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	2	261	114	2	301	1	15,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	4	30	114	4	136	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	4	166	114	4	237	1	15,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	4	250	114	4	293	1	15,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	4	356	114	4	356	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	5	34	114	5	328	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	6	13	114	6	352	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	7	1	114	8	999	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	9	30	114	9	60	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	9	122	114	9	167	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	9	182	114	9	287	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	10	15	114	10	60	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	10	102	114	10	154	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	
114	10	169	114	10	244	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I	

Cam. Mun. B. Garças
 Fls 101
 Ass. *[Signature]*

Cadastrante	--Faixa Inicial--			--Faixa Final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros
	Sector	Quadra	Lote	Sector	Quadra	Lote			
1	114	11	10	114	11	183	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
2	114	12	1	114	19	999	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
3	114	20	1	114	20	999	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
4	114	21	1	114	21	999	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
5	114	22	1	114	22	999	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
6	114	23	15	114	23	165	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
7	114	23	225	114	23	285	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
8	114	23	300	114	23	360	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
9	114	24	15	114	25	165	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
10	114	24	210	114	25	285	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
11	114	24	300	114	25	360	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
12	114	26	22	114	26	127	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
13	114	26	142	114	26	293	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
14	114	27	10	114	27	130	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
15	114	27	153	114	27	293	3	12,00	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
16	114	28	1	114	34	999	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
17	114	35	15	114	35	30	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
18	114	35	73	114	35	194	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
19	114	35	245	114	35	290	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
20	114	36	1	114	30	999	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
21	114	39	30	114	39	105	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
22	114	39	156	114	39	241	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
23	114	39	256	114	39	391	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
24	114	40	39	114	40	311	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
25	114	41	1	114	42	999	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
26	114	43	1	114	49	999	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
27	114	50	1	114	51	999	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
28	114	52	42	114	52	192	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
29	114	52	207	114	52	364	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
30	114	52	401	114	52	401	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
31	114	53	30	114	53	226	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
32	114	53	241	114	53	361	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
33	114	53	376	114	53	376	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
34	114	54	15	114	54	754	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
35	114	55	202	114	55	277	2	6,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
36	114	55	292	114	55	379	1	5,50	J. MANGUEIRAS/J. AMAZONIA I
37	115	1	210	115	1	616	1	15,00	CONJ. MINIST. AERONAUTICA / REMANESC. IV
38	115	2	1	115	2	900	2	4,00	CONJ. MINIST. AERONAUTICA / REMANESC. IV
39	115	2	1200	115	2	900	2	4,00	CONJ. MINIST. AERONAUTICA / REMANESC. IV
40	117	3	901	117	99	9999	4	13,50	CONJ. MINIST. AERONAUTICA / REMANESC. IV
41	116	1	1	116	21	999	1	3,00	BNH/J. PARAISO REMANESCENTE II
42	116	22	1	116	25	999	1	13,50	BNH/J. PARAISO REMANESCENTE II
43	116	26	1	116	27	999	1	3,00	BNH/J. PARAISO REMANESCENTE II
44	116	28	1	116	28	999	1	11,00	BNH/J. PARAISO REMANESCENTE II
45	116	29	1	116	30	999	2	3,00	BNH/J. PARAISO REMANESCENTE II
46	116	31	1	116	32	999	1	3,00	BNH/J. PARAISO REMANESCENTE II
47	116	33	1	116	35	999	1	13,50	BNH/J. PARAISO REMANESCENTE II
48	117	1	1	117	9	999	2	3,00	B. ANCHIETA/J. MORADA DO SOL/PMBG
49	117	10	30	117	10	30	4	5,00	B. ANCHIETA/J. MORADA DO SOL/PMBG
50	117	10	44	117	10	504	2	3,00	B. ANCHIETA/J. MORADA DO SOL/PMBG
51	117	11	1	117	15	999	2	3,00	B. ANCHIETA/J. MORADA DO SOL/PMBG
52	117	16	22	117	16	207	4	5,00	B. ANCHIETA/J. MORADA DO SOL/PMBG

Cam. Mun. B. Garças
 Fis. 102
 Ass. 01

--Faixa Inicial--			--Faixa Final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
117	16	222	117	16	429	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	17	18	117	17	18	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	17	32	117	17	399	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	17	235	117	17	249	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	18	1	117	21	999	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	22	18	117	22	18	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	22	37	117	22	231	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	22	287	117	22	301	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	23	1	117	31	999	2	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	32	1	117	33	999	3	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	34	14	117	34	14	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	34	28	117	34	248	3	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	34	293	117	34	400	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	35	15	117	35	27	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	35	76	117	35	175	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	35	188	117	35	188	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	36	325	117	36	325	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	37	18	117	37	114	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	37	153	117	37	245	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	38	18	117	38	18	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	38	61	117	38	61	3	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	38	83	117	38	191	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	39	1	117	41	999	3	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	42	1	117	43	999	2	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	44	7	117	44	27	2	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	44	56	117	44	165	1	6,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	44	175	117	44	294	2	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	45	1	117	48	999	1	6,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	49	17	117	49	137	2	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	49	169	117	49	201	1	6,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	49	211	117	49	377	2	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	50	1	117	51	999	1	6,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	52	7	117	52	213	1	6,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	52	225	117	52	381	2	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	53	1	117	54	999	3	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	55	22	117	55	22	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	55	43	117	55	253	3	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	55	296	117	55	306	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	56	17	117	56	17	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	56	36	117	56	306	3	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	56	347	117	56	363	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	57	21	117	57	71	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	57	86	117	57	469	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	58	31	117	58	84	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	58	96	117	58	553	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	59	29	117	59	29	1	11,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	59	96	117	59	96	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	59	120	117	59	362	2	3,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	59	407	117	59	654	1	11,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	60	27	117	60	43	1	11,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	60	59	117	60	345	3	4,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG
117	60	386	117	60	386	4	5,00	B.ARCHIETA/J.MORADA DO SOL/PMBG

29

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 103
 Ass. 21

--Faixa Inicial--			--Faixa Final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
117	47	12	117	61	133	3	4,00	B. ANCHIETA/J. MORADA DO SOL/PK05
118	1	1	118	99	9999	1	1,00	REMANESCENTE III
119	1	1	119	5	9999	1	1,00	BALNEARIO AGUAS QUENTES
119	6	1	119	99	9999	1	1,00	BALNEARIO AGUAS QUENTES
120	1	1	120	14	9999	1	5,00	CHACARA SAO JOSE/RECANTO DAS ACACIAS PAR
120	15	1	120	21	9999	1	1,00	CHACARA SAO JOSE/RECANTO DAS ACACIAS PAR
120	22	1	120	27	9999	1	1,00	CHACARA SAO JOSE/RECANTO DAS ACACIAS PAR
121	1	1	121	23	9999	1	0,20	SITIOS DE RECREIO AGUAS QUENTES
201	1	1	201	1	9999	1	11,00	ASSOCIACAO MEDICA/CERIALISTA/REMANESCENT
201	2	1	201	7	9999	2	8,00	ASSOCIACAO MEDICA/CERIALISTA/REMANESCENT
202	1	1	202	30	999	1	2,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	31	1	202	44	999	1	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	45	1	202	47	999	4	6,50	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	48	27	202	48	187	2	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	48	227	202	48	371	4	6,50	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	49	13	202	49	252	2	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	49	335	202	49	552	4	6,50	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	50	1	202	50	999	4	6,50	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	51	1	202	57	999	1	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	58	1	202	58	999	2	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	59	15	202	59	30	4	6,50	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	59	45	202	59	135	3	8,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	59	182	202	59	251	2	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	59	265	202	59	369	3	8,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	59	305	202	59	385	2	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	61	13	202	61	153	1	33,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	61	15	202	64	165	1	33,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	61	332	202	61	700	2	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	62	30	202	62	135	3	8,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	62	182	202	62	244	2	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	62	259	202	62	424	3	8,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	63	16	202	63	198	3	8,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	64	15	202	64	242	1	33,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	64	257	202	64	377	3	8,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	65	18	202	65	123	1	33,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	65	168	202	65	253	3	8,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
202	66	1	202	74	999	1	10,00	SERRA DOURADA/PIRACEMA
203	1	1	203	99	9999	1	1,00	REMANESCENTE VI
204	1	1	204	99	9999	1	1,00	AREAS/CHACARAS/FAZENDAS/REMANESCENTES
205	1	11	205	1	137	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	2	31	205	2	158	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	4	90	205	4	126	2	11,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	4	165	205	4	450	1	14,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	5	6	205	5	249	1	14,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	5	261	205	5	412	2	11,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	6	13	205	6	447	1	14,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	7	1	205	9	999	1	14,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	11	1	205	13	999	1	14,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	14	1	205	24	999	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	25	1	205	25	999	1	14,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	26	1	205	28	999	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	29	22	205	29	265	1	45,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 104
 Ass. *[Signature]*

--faixa Inicial--		--faixa final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros	
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra				Lote
205	29	250	205	29	592	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	29	1	205	35	999	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	36	40	205	36	40	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	36	389	205	36	389	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	36	404	205	36	404	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	37	30	205	37	45	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	37	79	205	37	315	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	37	330	205	37	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	38	624	205	38	624	1	45,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	39	15	205	39	78	1	33,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	39	124	205	39	199	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	40	1	205	42	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	43	1	205	43	999	1	14,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	44	1	205	45	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	46	30	205	46	56	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	46	71	205	46	193	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	46	273	205	46	378	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	47	30	205	47	95	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	47	109	205	47	295	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	47	310	205	47	400	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	48	30	205	48	181	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	48	197	205	48	240	2	12,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	48	270	205	48	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	49	15	205	49	180	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	49	225	205	49	360	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	49	375	205	49	393	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	50	1	205	53	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	54	30	205	54	165	1	33,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	54	180	205	54	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	55	30	205	55	240	2	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	55	255	205	55	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	56	1	205	59	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	60	1	205	60	999	2	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	60	30	205	60	171	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	60	216	205	60	351	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	60	366	205	60	381	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	61	30	205	61	165	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	61	180	205	61	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	62	1	205	71	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	72	30	205	72	165	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	72	180	205	72	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	73	30	205	73	195	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	73	210	205	73	375	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	73	390	205	73	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	74	1	205	78	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	79	15	205	79	205	1	33,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	79	260	205	79	260	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	80	30	205	80	118	1	33,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	81	30	205	81	30	1	33,00	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	81	35	205	81	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	82	1	205	84	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	85	30	205	85	195	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J.ARAGUAIA/ J. DOMINGOS

100

Cam. Mun. B. Garças
Fls. 105
Ass. <i>[Signature]</i>

--Faixa Inicial--			--Faixa Final--			P.V.	Vlr. m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
205	85	240	205	85	375	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	85	390	205	85	405	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	86	30	205	86	165	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	86	180	205	86	396	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	87	1	205	89	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	90	14	205	90	89	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	90	119	205	90	119	3	10,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	91	1	205	93	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	94	33	205	94	95	1	33,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	94	110	205	94	170	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	95	320	205	95	320	1	33,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	96	1	205	97	999	1	14,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	98	1	205	102	999	4	6,50	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
205	103	607	205	103	607	3	2,00	CRISTINO CORTES/ J. ARAGUAIA/ J. DOMINGOS
206	1	24	206	1	461	1	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	2	1	206	3	999	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	4	1	206	5	999	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	6	18	206	6	53	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	6	95	206	6	197	2	60,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	6	219	206	6	322	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	7	11	206	7	45	6	85,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	7	75	206	7	242	1	100,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	8	26	206	8	227	4	33,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	9	14	206	9	87	1	100,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	9	148	206	9	148	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	10	68	206	10	135	4	33,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	11	34	206	11	213	1	100,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	12	148	206	12	148	1	100,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	13	12	206	13	63	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	13	75	206	13	108	1	100,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	13	162	206	13	310	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	14	1	206	15	999	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	16	13	206	16	23	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	16	34	206	16	189	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	16	220	206	16	309	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	17	1	206	18	999	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	19	14	206	19	87	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	19	122	206	19	146	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	19	158	206	19	313	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	20	24	206	20	84	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	20	118	206	20	163	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	20	193	206	20	307	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	21	11	206	21	85	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	21	96	206	21	215	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	21	226	206	21	365	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	21	377	206	21	377	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	22	24	206	22	84	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	22	93	206	22	192	3	45,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	22	290	206	22	324	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	23	225	206	23	225	2	90,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	23	273	206	23	273	5	37,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	24	32	206	24	97	2	90,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO

101

Cam. Mun. B. Garças
Fis. 106
Ass. 91

--faixa Inicial--			--faixa Final--			P.V.	Vlr. m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
206	25	30	206	25	168	4	33,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	25	214	206	25	386	2	90,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	25	396	206	25	406	4	33,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	26	4	206	26	300	3	66,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	27	24	206	27	36	5	37,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	27	224	206	27	224	2	90,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	27	236	206	27	294	5	37,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	28	24	206	28	252	5	37,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	28	288	206	28	300	6	27,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	29	23	206	29	23	5	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	29	36	206	29	253	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	30	12	206	30	24	5	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	30	36	206	30	283	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	30	322	206	30	395	5	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	31	20	206	31	20	5	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	31	33	206	31	223	4	26,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	32	12	206	32	273	1	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	33	31	206	33	201	1	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	34	71	206	34	71	1	2,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	35	12	206	35	225	1	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	36	1	206	41	999	1	18,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	42	1	206	43	999	5	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	44	24	206	44	310	6	27,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	45	24	206	45	324	6	27,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	46	24	206	46	24	6	27,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	46	36	206	46	155	3	66,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	46	181	206	46	301	6	27,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	47	23	206	47	40	8	18,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	47	134	206	47	134	8	18,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	47	180	206	47	307	3	66,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	48	24	206	48	158	3	66,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	48	194	206	48	290	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	49	24	206	49	84	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	49	132	206	49	192	6	27,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	49	204	206	49	324	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	50	322	206	50	322	6	27,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	51	24	206	51	84	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	51	120	206	51	288	6	27,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	51	300	206	51	324	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	52	1	206	52	999	2	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	53	26	206	53	37	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	53	82	206	53	191	1	18,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	53	204	206	53	286	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	54	1	206	56	999	1	18,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	57	24	206	57	84	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	57	120	206	57	192	1	18,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	57	204	206	57	325	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	58	24	206	58	84	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	58	120	206	58	192	1	18,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	58	204	206	58	324	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	59	23	206	59	83	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO
206	59	120	206	59	191	1	18,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S. SEBAST/S. JOAO

102

Seq	Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote	P.V.	Vlr. m2	Bairros
0	206	59	203	206	59	329	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
1	206	60	1	206	60	999	2	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
2	206	61	1	206	65	999	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
3	206	66	8	206	66	135	1	7,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
4	206	67	30	206	67	308	2	10,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
5	206	68	1	206	71	999	3	11,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
6	206	73	1	206	73	999	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
7	206	74	1	206	74	999	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
8	206	75	1	206	75	999	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
9	206	76	25	206	76	213	3	66,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
10	206	76	243	206	76	277	7	13,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
11	206	77	1	206	77	999	3	66,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
12	206	78	1	206	78	999	6	85,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
13	206	79	1	206	79	999	3	66,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
14	206	80	103	206	80	103	3	66,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
15	206	81	1	206	81	999	1	23,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
16	206	82	1	206	87	999	1	7,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
17	206	88	15	206	88	84	1	7,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
18	206	88	108	206	88	132	2	10,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
19	206	88	141	206	88	177	1	7,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
20	206	89	15	206	89	90	1	7,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
21	206	89	232	206	89	232	2	10,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
22	206	89	251	206	89	251	1	7,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
23	206	90	1	206	90	999	2	10,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
24	206	91	24	206	91	227	4	8,00	BELA VISTA/CAMPINAS/S.SEBAST/S.JOAO
25	207	1	1	207	1	999	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
26	207	2	1	207	3	999	4	1,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
27	207	4	1	207	9	999	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
28	207	10	1	207	10	999	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
29	207	11	12	207	11	90	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
30	207	11	104	207	11	274	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
31	207	12	1	207	18	999	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
32	207	19	12	207	19	90	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
33	207	19	102	207	19	306	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
34	207	20	1	207	21	999	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
35	207	22	1	207	23	999	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
36	207	24	6	207	24	6	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
37	207	24	22	207	24	148	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
38	207	24	176	207	24	238	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
39	207	25	1	207	25	999	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
40	207	26	12	207	26	90	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
41	207	26	102	207	26	306	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
42	207	27	1	207	32	999	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
43	207	33	12	207	33	90	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
44	207	33	102	207	33	306	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
45	207	34	1	207	34	999	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
46	207	35	11	207	35	21	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
47	207	35	48	207	35	220	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
48	207	35	240	207	35	240	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
49	207	36	1	207	42	999	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
50	207	43	38	207	43	153	3	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
51	207	44	30	207	44	558	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO

Cam. Mun. B. Garças
 Fis. 102
 Ass. 91

103

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 108
 Ass. 9

Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote	P.V.	Vlr. m2	Gairros
207	44	568	207	44	578	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	45	1	207	48	999	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	50	30	207	50	78	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	50	120	207	50	198	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	50	210	207	50	324	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	51	30	207	51	78	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	51	120	207	51	198	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	51	210	207	51	324	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	52	30	207	52	78	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	52	120	207	52	198	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	52	210	207	52	324	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	53	22	207	53	135	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	53	177	207	53	203	2	7,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	54	1	207	66	999	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	67	30	207	67	75	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	67	95	207	67	283	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	67	293	207	67	307	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	68	1	207	76	999	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	77	1	207	91	999	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	93	1	207	96	999	1	3,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
207	97	1	207	97	999	1	4,00	SENA MARQUES/J. SAO JOAO
208	1	15	208	1	150	1	13,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	1	333	208	1	470	2	11,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	2	20	208	2	133	2	18,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	3	20	208	3	266	2	18,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	4	15	208	4	208	2	18,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	5	9	208	5	127	1	13,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	5	164	208	5	234	2	11,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	6	30	208	6	225	2	18,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	7	15	208	7	300	2	18,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	8	40	208	8	469	1	16,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	9	45	208	9	224	1	45,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	10	20	208	10	225	1	45,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	11	46	208	11	165	4	45,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	12	15	208	12	75	4	45,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	13	15	208	13	75	4	45,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	14	15	208	14	45	4	45,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	14	75	208	14	75	7	100,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	14	120	208	14	120	4	45,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	15	15	208	15	150	8	33,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	15	230	208	15	230	7	100,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	16	30	208	16	254	8	33,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	17	35	208	17	208	8	33,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	18	14	208	18	165	6	67,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	18	180	208	18	360	3	56,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	18	375	208	18	375	6	67,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	19	30	208	19	375	3	56,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	20	15	208	20	300	1	33,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	21	15	208	21	300	1	45,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	22	15	208	22	293	2	18,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	23	15	208	23	220	2	18,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/
208	24	34	208	24	333	1	13,00	ST. SULT. II. III. IV. V/ J. GARCAS/S. BENEDITO/

104

Ordem	--faixa Inicial--			--faixa Final--			P.V.	VLr.n2	Outros
	Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
1	208	25	15	208	25	30	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	25	92	208	25	151	2	18,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	25	166	208	25	226	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	26	14	208	26	29	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	26	44	208	26	179	2	18,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	26	194	208	26	285	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	27	30	208	27	285	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	28	15	208	28	119	3	35,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	28	164	208	28	268	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	29	15	208	29	300	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	30	30	208	30	300	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	31	45	208	31	165	6	67,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	31	180	208	31	360	3	56,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	32	30	208	32	375	3	56,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	33	15	208	33	300	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	34	15	208	34	300	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	35	30	208	35	165	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	35	160	208	35	350	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	35	373	208	35	373	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	36	10	208	36	369	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	37	118	208	37	268	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	38	15	208	38	227	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	39	12	208	39	132	1	12,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	40	15	208	40	151	1	12,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	41	15	208	41	210	2	17,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	42	30	208	42	312	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	43	45	208	43	300	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	44	30	208	44	300	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	45	108	208	45	269	5	60,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	46	30	208	46	375	1	50,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	47	26	208	47	373	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	48	217	208	48	423	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	49	15	208	49	230	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	49	245	208	49	350	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	49	365	208	49	365	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	50	14	208	50	373	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	51	15	208	51	310	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	52	15	208	52	224	2	17,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	53	25	208	53	79	1	12,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	54	45	208	54	269	1	18,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	55	24	208	55	207	1	18,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	56	15	208	56	433	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	57	24	208	57	175	3	9,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	58	15	208	58	275	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	58	290	208	58	346	2	13,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	58	406	208	58	464	1	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	59	18	208	59	375	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	60	30	208	60	165	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	60	180	208	60	357	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	60	372	208	60	372	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	61	14	208	61	303	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
1	208	62	224	208	62	224	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/

Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 107
 Ass. [Signature]

105

Cam. Mun. B. Garças
Fls. 110
Ass. 29

--faixa Inicial--			--faixa final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
208	63	15	208	63	292	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	64	15	208	64	302	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	65	30	208	65	375	1	50,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	66	26	208	66	162	5	60,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	66	222	208	66	356	1	50,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	67	30	208	67	165	5	60,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	67	180	208	67	360	2	40,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	67	375	208	67	375	5	60,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	68	30	208	68	370	2	40,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	69	14	208	69	97	2	26,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	69	142	208	69	218	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	69	233	208	69	367	2	26,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	70	30	208	70	104	2	26,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	70	143	208	70	199	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	70	212	208	70	356	2	26,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	71	20	208	71	102	2	26,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	71	141	208	71	235	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	71	245	208	71	407	2	26,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	72	15	208	72	102	2	26,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	72	111	208	72	161	1	33,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	72	176	208	72	352	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	72	359	208	72	366	2	26,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	73	17	208	73	379	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	74	24	208	74	392	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	75	1	208	75	999	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	76	15	208	76	305	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
208	77	23	208	77	320	3	23,00	ST.SULT.II.III.IV.V/J.GARCAS/S.BENEDITO/
301	1	1	301	11	999	1	1,00	AREAS/CHACARAS/FAZENDAS/REMANESCENTES
301	12	1	301	99	9999	1	1,00	AREAS/CHACARAS/FAZENDAS/REMANESCENTES
302	1	1	302	142	999	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	143	156	302	143	156	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	143	157	302	143	9999	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	144	1	302	415	999	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	416	10	302	445	82	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	416	97	302	445	466	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	446	10	302	446	466	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	447	15	302	447	999	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	448	10	302	448	999	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	449	10	302	449	466	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	450	10	302	458	82	2	6,50	JARDIM NOVA BARRA
302	450	97	302	458	466	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	459	15	302	459	57	2	6,50	JARDIM NOVA BARRA
302	459	72	302	459	441	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	459	480	302	459	480	2	6,50	JARDIM NOVA BARRA
302	460	42	302	460	42	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	460	57	302	460	426	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	460	468	302	460	483	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	461	10	302	466	82	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	461	97	302	466	468	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	467	15	302	467	57	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	467	72	302	467	441	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	467	478	302	467	478	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA

106
 Cam. Mun. B. Garças
 Fls. 11
 Ass. 9

--faixa inicial--			--faixa final--			P.V.	Vlr.m2	Bairros
Setor	Quadra	Lote	Setor	Quadra	Lote			
302	468	10	302	468	67	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	468	82	302	468	451	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	469	10	302	469	217	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	469	259	302	469	316	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	469	331	302	469	451	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	470	1	302	470	999	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	471	20	302	471	222	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	471	252	302	471	294	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	471	309	302	471	444	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	472	10	302	479	217	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	472	259	302	479	331	3	6,00	JARDIM NOVA BARRA
302	472	346	302	479	466	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	480	1	302	480	999	2	6,50	JARDIM NOVA BARRA
302	481	25	302	481	232	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	481	274	302	481	446	2	6,50	JARDIM NOVA BARRA
302	481	461	302	481	461	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	482	25	302	482	232	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	482	274	302	482	451	2	6,50	JARDIM NOVA BARRA
302	482	466	302	482	481	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
302	483	25	302	483	519	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	484	1	302	484	999	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	485	1	302	485	999	1	11,00	JARDIM NOVA BARRA
302	486	1	302	549	999	4	1,20	JARDIM NOVA BARRA
303	1	1	303	99	999	1	1,20	VILA MARIA
401	1	1	401	1	9999	1	11,00	FABRICA DRURYS/ NOVA CANAÁ/FRIGOBARRA
401	2	1	401	2	9999	2	1,00	FABRICA DRURYS/ NOVA CANAÁ/FRIGOBARRA
401	2	1	401	24	9999	2	1,00	FABRICA DRURYS/ NOVA CANAÁ/FRIGOBARRA
401	3	1	401	24	999	2	1,00	FABRICA DRURYS/ NOVA CANAÁ/FRIGOBARRA
401	25	1	401	27	9999	3	1,20	FABRICA DRURYS/ NOVA CANAÁ/FRIGOBARRA
402	1	1	402	99	999	1	1,20	JARDIM PALMARES
403	1	1	403	99	999	1	1,00	DISTRITO INDUSTRIAL/AREA ATE N BARRA
404	1	1	404	99	9999	1	3,00	CERAMICA ARAGUAIA
405	1	1	405	99	999	1	1,20	JARDIM PRIMAVERA/CURTUME ST ANTONIO
405	1	1	405	99	9999	1	0,13	JARDIM PRIMAVERA/CURTUME ST ANTONIO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
SECRETARIA DE FINANÇAS

103
Cam. Mun. B. Garças
Fls. 112
Ass. 91

PLANTA DE VALORES GENÉRICOS DE TERRENOS
ANO BASE - 1997
EXERCÍCIO - 1998

IMÓVEIS RURAIS

INTERVALO DAS INSCRIÇÕES CADASTRAIS					Nº PV	VALOR POR Ha	REGIÃO
SETOR	QDª	LOTE	QDª	LOTE			
501	001	0001	0199	9999	1	720,00	Região da Barra
501	0200	0001	0999	9999	2	360,00	Região da Barra
502	001	0001	0199	9999	1	400,00	Região do Ouro Fino
502	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região do Ouro Fino
503	001	0001	0199	9999	1	200,00	Região Serra da Pitomba
503	0200	0001	0999	9999	2	100,00	Região Serra da Pitomba
504	001	0001	0199	9999	1	200,00	Região Serra do Taquaral
504	0200	0001	0999	9999	2	100,00	Região Serra do Taquaral
505	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região do Taquaral
505	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região do Taquaral
506	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região da Paulistinha
506	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região da Paulistinha
507	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região do Vale dos Sonhos
507	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região do Vale dos Sonhos
508	001	0001	0199	9999	1	200,00	Região Serra do Facão
508	0200	0001	0999	9999	2	100,00	Região Serra do Facão
509	001	0001	0199	9999	1	200,00	Região da Serra Azul
509	0200	0001	0999	9999	2	100,00	Região da Serra Azul
510	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região do Pindaibinha
510	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região do Pindaibinha
511	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região da Pabreulândia
511	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região da Pabreulândia
512	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região da Codema
512	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região da Codema
513	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região da Duas Âncoras
513	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região da Duas Âncoras
514	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região da Fazenda Brasil
514	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região da Fazenda Brasil
515	001	0001	0199	9999	1	500,00	Região BR 070 I
515	0200	0001	0999	9999	2	250,00	Região BR 070 I
516	001	0001	0199	9999	1	400,00	Região BR 070 II

516	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região BR 070 II
517	001	0001	0199	9999	1	200,00	Região Serra Passa Vinte
517	0200	0001	0999	9999	2	100,00	Região Serra Passa Vinte
518	001	0001	0199	9999	1	400,00	Região Marg. Esq. Passa 20 e Gorgulho
518	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região Marg. Esq. Passa 20 e Gorgulho
519	001	0001	0199	9999	1	200,00	Região Furnas do Mineiro
519	0200	0001	0999	9999	2	100,00	Região Furnas do Mineiro
520	001	0001	0199	9999	1	300,00	Região Rio Barreiro
520	0200	0001	0999	9999	2	150,00	Região Rio Barreiro
521	001	0001	0199	9999	1	300,00	Região São Bento
521	0200	0001	0999	9999	2	150,00	Região São Bento
522	001	0001	0199	9999	1	200,00	Região Toricueije
522	0200	0001	0999	9999	2	100,00	Região Toricueije

Cam. Mun. B. Garças
 Fis. 113
 Ass. 01



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO III

ANO BASE -
1997
EXERCÍCIO -
1998

PONTUAÇÃO DA EDIFICAÇÃO	PREÇO M2 CONSTRUÇÃO
00-30	29,00
31-35	35,00
36-40	40,00
41-45	45,00
46-50	60,00
51-55	75,00
56-60	90,00
61-65	105,00
66-68	120,00
69-71	135,00
72-74	150,00
75-77	165,00
78-81	180,00
82-84	200,00
85-87	215,00
88-90	250,00
91-95	320,00
96-100	400,00

* O preço aqui constante é simbólico. O preço aplicável será definido pela Comissão criada por força do artigo 19, § 1º deste Código.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO IV

FATORES DE CORREÇÃO

O valor venal do lote será obtido em função do metro quadrado de terreno, estabelecido pela Comissão, aplicando os fatores de correção abaixo relacionados:

1 - Fator de correção quanto à situação do terreno na quadra:

SITUAÇÃO DO TERRENO NA QUADRA	FATOR DE CORREÇÃO
Meio de quadra.....	1,00
Esquina.....	1,00
Toda quadra.....	1,30
Encravado.....	0,50
Gleba.....	1,00

2 - Fator de correção quanto a característica do terreno:

CARACTERÍSTICA DO TERRENO	FATOR DE CORREÇÃO
Horizontal.....	1,00
Active.....	0,80
Declive.....	0,80
Inundável.....	0,60

3 - Fator de correção quanto ao nível do terreno em relação ao logradouro:

NÍVEL DO TERRENO	FATOR DE CORREÇÃO
Ao nível.....	1,00
Acima.....	1,10
Abaixo.....	0,90

4 - Fator de correção quanto ao número de frente do imóvel voltados para vias públicas:

111



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

NÚMERO DE FRENTE	FATOR DE CORREÇÃO
1	1,00
2	1,10
3	1,20
4	1,30

5 - Fator de correção quanto característica do solo:

CARACTERÍSTICA DO SOLO	FATOR DE CORREÇÃO
Normal	1,00
Rochoso	0,80
Arenoso	0,70
Alagadiço	0,50

ANEXO IV

FATORES DE CORREÇÃO

6 - Tabela de Correção de terras com mais de 10.000 m²
(Gleba - Avaliação Especial)

ÁREA INFERIOR (a)	ÁREA SUPERIOR (Fg)	FATOR DE CORREÇÃO (Fg)
1	9.999	1.0000
10.000	11.999	0,6000
12.000	13.999	0,6000
14.000	15.999	0,5935
16.000	17.999	0,5892
18.000	19.999	0,5849
20.000	21.999	0,5806
22.000	23.999	0,5763
24.000	25.999	0,5720
26.000	27.999	0,5677
28.000	29.999	0,5634
30.000	31.999	0,5591
32.000	33.999	0,5548
34.000	35.999	0,5505
36.000	37.999	0,5462
38.000	39.999	0,5419



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

40.000	41.999	0,5376
42.000	43.999	0,5333
44.000	45.999	0,5290
46.000	47.999	0,5247
48.000	49.999	0,5204
50.000	54.999	0,5161
55.000	59.999	0,5118
60.000	64.999	0,5075
65.000	69.999	0,5032
70.000	74.999	0,4989
75.000	79.999	0,4946
80.000	84.999	0,4903
85.000	89.999	0,4860
90.000	94.999	0,4817
95.000	99.999	0,4774
100.000	119.999	0,4731
120.000	139.999	0,4688
140.000	159.999	0,4645
160.000	179.999	0,4602
180.000	199.999	0,4559
200.000	249.999	0,4516
250.000	299.999	0,4473
300.000	349.999	0,4430
350.000	399.999	0,4387
400.000	449.999	0,4344
450.000	499.999	0,4301
500.000	599.999	0,4258
600.000	699.999	0,4215
700.000	799.999	0,4172
800.000	899.999	0,4129
900.000	999.999	0,4086
1.000.000	9.999.999	0,4043

ANEXO IV
COMPONENTES BÁSICOS CONSTRUTIVOS

	PONTOS
1. ESTRUTURA	
1.1 - Alvenaria.....	15
1.2 - Concreto.....	24



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

1.3 - Mista.....	24
1.4 - Madeira.....	13
1.5 - Metálica.....	24
1.6 - Adobe.....	06
1.7 - Taipa.....	06

2. INSTALAÇÃO ELÉTRICA

2.1 - Embutida.....	08
2.2 - Semi-embutida.....	05
2.3 - Externa.....	03
2.4 - Sem.....	00

3. INSTALAÇÃO SANITÁRIA

3.1 - Interna.....	05
3.2 - Completa.....	07
3.3 - Mais de uma.....	10
3.4 - Externa.....	02
3.5 - Sem.....	00

4. COBERTURA

4.1 - Telha.....	08
4.2 - Amianto.....	06
4.3 - Alumínio.....	07
4.4 - Zinco.....	07
4.5 - Laje.....	08
4.6 - Palha.....	1
4.7 - Especial.....	10

5. ESQUADRIAS

5.1 - Ferro.....	06
5.2 - Alumínio.....	10
5.3 - Madeira.....	06
5.4 - Rústico.....	01
5.5 - Especial.....	12
5.6 - Sem.....	00



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

6. PISO

6.1 - Cerâmica.....	10
6.2 - Cimento.....	04
6.3 - Taco.....	08
6.4 - Tijolo.....	02
6.5 - Terra.....	00
6.6 - Especial.....	12

7. FORRO

7.1 - Laje.....	04
7.2 - Madeira.....	03
7.3 - Gesso.....	03
7.4 - Especial.....	05
7.5 - Sem.....	00

8. REVESTIMENTO INTERNO

8.1 - Reboco.....	02
8.2 - Massa.....	04
8.3 - Material cerâmico.....	05
8.4 - Especial.....	06
8.5 - Sem.....	00

9. REVESTIMENTO EXTERNO

9.1 - Reboco.....	01
9.2 - Massa.....	02
9.3 - Material cerâmico.....	02
9.4 - Especial.....	04
9.5 - Sem.....	00

10. ACABAMENTO INTERNO

10.1 - Pintura lavável.....	03
10.2 - Pintura simples.....	02
10.3 - Caição.....	01
10.4 - Especial.....	04
10.5 - Sem.....	00



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

11. ACABAMENTO EXTERNO	
11.1 - Pintura lavável.....	02
11.2 - Pintura simples.....	01
11.3 - Caição.....	01
11.4 - Especial.....	05
11.5 - Sem.....	00
12. Fatores de Correção das edificações	
Conservação da edificação	FATORES DE CORREÇÃO
12.1 - Boa	1,00
12.2 - Regular.....	0,80
12.3 - Má.....	0,70
12.4 - Péssima.....	0,60
13. Fatores de Correção das edificações	
Correção por requinte	FATORES DE CORREÇÃO
13.1 - Piscina.....	1,10
13.2 - Quadra de esportes.....	1,10
13.3 - Play-Ground.....	1,10
13.4 - Sem.....	1,00

ANEXO IV

CÁLCULO DO VALOR VENAL

Inscrição 000 (zerada) - sem sub lote

CÁLCULO DO VALOR VENAL DO TERRENO

Para calcular o valor venal do terreno procede-se da seguinte forma:

Área terreno X valor da planta de valores de terreno X fator correção (ou correções) se existir = valor venal do terreno.



Cam. Mun. B. Garças
Fis. 121
Ass. 91

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

$$AT \times PVT \times FC = VVT$$

CÁLCULO DO VALOR VENAL DA EDIFICAÇÃO

Para calcular o valor venal da edificação procede-se da seguinte forma:

Verifica-se primeiro o total da pontuação da edificação. Recorre à tabela de preço da construção e busca o valor do M2 correspondente aquela pontuação, a seguir aplica:

Área da edificação x valor M2 de construção x fator correção = valor venal da edificação
 $AE \times VM2 \times FC = VVE$

LANÇAMENTO

Para lançar a inscrição zerada, sendo territorial, aplica-se ao VVT a alíquota correspondente à zona fiscal.

Sendo o imóvel edificado, soma-se os valores VVT e VVE e aplica-se a alíquota correspondente ao uso e zona fiscal.

CÁLCULO DO VALOR VENAL DE ÁREAS OU GLEBAS

Para calcular o valor venal de áreas ou glebas acima de 10.000 m², o procedimento é o mesmo do cálculo do lote e da edificação, entretanto, para este caso, tem que ser aplicado a tabela de fator correção de terras (terreno) com mais de 10.000 m² (fg). Verifica-se na tabela qual o intervalo de m² que a gleba corresponde à sua respectiva área (m²) e identifique o fator correção (fg), que varia de 1,00 a 0,40.

CÁLCULO DA FRAÇÃO IDEAL E DO VALOR VENAL C/ SUB LOTES

Ex.: sub lotes 001 e 002



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Para calcular a fração ideal dos sub lotes procedemos da seguinte forma:
Área terreno ÷ soma das áreas edificadas

$$AT \div S AE = \text{Fração ideal}$$

CÁLCULO V.V. TERRENO

a) Fração ideal x AE (sub lote 001) x Planta de Valores (terreno) x Fator de Correção terreno (Fc1) x Fc2 ... = V.V. Terreno

b) Fração Ideal x AE (sub lote 002) x Planta de Valores (terreno) x FC

CÁLCULO V.V. EDIFICAÇÃO

c) Para o sub lote 001; efetuar a somatória da pontuação da edificação; buscar na tabela de construção o valor correspondente em R\$ por m² com base na pontuação alcançada;

VM2 (R\$) x Área Edificada x Fatores correções (Requinte e Conservação) = V.V. Edificação

d) Para o sub lote 002 aplica-se a mesma sistemática usada para sub lote 001.

VALOR VENAL TOTAL

Para chegar ao valor venal do sub lote 001, soma-se A + C = VVT, ou VVT + VVE = VVT.

Para chegar ao valor venal do sub lote 002, soma-se B + D = VVT, ou VVT + VVE = VVT.

LANÇAMENTO



Cam. Mun. B. Garças
Fls. 123
Ass. 04

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EMISSÃO ENGLOBADA - para emitir o lançamento englobado, caso sendo ambos residenciais ou não residenciais, soma os dois valores VVT e aplica a alíquota determinada em tabela.

Sendo um residencial e outro não residencial, aplica primeiro a alíquota correspondente para cada tipo de uso para depois somar os dois impostos a lançar.

EMISSÃO DESENGLOBADA - Para emitir o lançamento desenglobado calcula-se o VVT e VVE da mesma forma acima, depois soma-se os VV terreno e VV edificação do sub lote 001 e aplica-se a alíquota constante da tabela conforme o uso e zona fiscal.

Para o sub lote 002 repete a mesma operação, existindo mais sub lotes continua a mesma metodologia.

LANÇAMENTO IPTU - Sub Lotes (item 27)

1. Quando o sub lote principal for 1 para todos os sub lotes, o cálculo é individualizado (para cada sub lote), e para o lançamento faz-se a somatória dos produtos e lança no sub lote 001, recebendo a denominação de lançamento englobado, que deverá aparecer na guia de lançamento (englob.).

2. quando o sub lote principal for 1, 2 ou 3..., obedecendo a sequencia numérica, o cálculo do lançamento é individual para cada sub lote (desenglobado); indicar na guia de lançamento → desengl.

3. Quando o sub lote principal for 1 e os demais diferente de 1 mais repetindo o mesmo sub lote principal), calcula-se individual e lança o sub lote 1 e soma os demais e faz o lançamento naquele indicado no sub lote principal.

Ex.: lança 1 (sub lote principal 1)



149

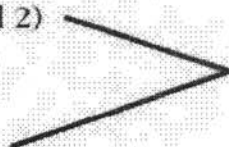
ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Ex.: 1. Lança 1 (sub lote principal 1)

2. Lança 2 (sub lote principal 2)

Lança 3 (sub lote 2)

Lança 4 (sub lote 2)



Engloba no sub lote 2

4. SUB LOTES EM EDIFICAÇÃO EM ALTURA

Os sub lotes são calculados e lançados individualmente (desenglobados), podendo entretanto ocorrer englobamento de um ou mais sub lotes, conforme item anterior.

Ex.: As garagens quando cadastradas individualmente, poderão ser agrupadas ao aptº caso indicado o mesmo sub lote principal. Poderá ocorrer também que determinado aptº tenha mais de uma garagem, neste caso, será englobado caso indicado o mesmo sub lote principal.

Obs.: As áreas comuns das edificações em altura poderão ser lançadas em um único sub lote, ou rateado proporcionalmente ao fator m2, de cada aptº, isto é, vai depender da forma como foi cadastrado o imóvel.

LANÇAMENTO EM FUNÇÃO DO USO - ITEM 37

Identifica a alíquota a ser aplicada para residencial ou comercial -

Quando indicado - 2 lançamento não residencial

Quando indicado - 1 lançamento residencial

Quando indicado - As combinações 2.1 ou 2.3.4 ou qualquer outra combinação com o item 2, considerar o lançamento não residencial.



ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LANÇAMENTO EM FUNÇÃO DA PROPRIEDADE - ITEM 32

Quando a propriedade indicada for 2, 3, 4 e 5 não efetuar lançamento, desde que consista com o nome do proprietário (item 11) conforme tabela abaixo:

2. Religioso - 11. Proprietário

Igreja
Arquidiocese
Congregação
Assembléia
Comunidade
Cristã
Templo
Obras

3. Municipal - 11. Proprietário

Prefeitura
Município

4. Estadual - 11. Proprietário

Estado
Governo

5. Federal - 11. Proprietário

Governo
União

O item 32 do BIC consistirá também com o uso do imóvel, item 37, sendo, religio (3) com 2 (32) e atividade pública (4) com 4 e 5 (32).

LANÇAMENTO EM FUNÇÃO DA OCUPAÇÃO - ITEM 62

Considera-se lote vago quando um dos campos 2, 4, 5, 6, 7 e 8 do item 62 estiver assinalado, e 1 e 3 considera lote edificado.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LANÇAMENTO EM FUNÇÃO DA ÁREA

Para efeito de lançamento, considera lote edificado aquele que tiver a área ou somatória mínima igual ou maior de 15,00 m²; no caso de existência de sub lote não considerar este limite de área. (A área edificada do sub lote pode ser inferior a 15,00 m² e deve ser lançado).

LANÇAMENTO MÍNIMO

O lançamento do IPTU de um determinado imóvel não atingindo o mínimo previsto, o valor a ser lançado será o custo operacional a ser determinado.

ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS

Prever o lançamento da alíquota progressiva para os imóveis territoriais da 1ª Zona (podendo lançar 1 ou mais bairros).

A alíquota progressiva (além da alíquota normal de lançamento) será de 1,5% ao ano, podendo chegar a um total lançado de até 6,0%.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO IV-A

ZONAS FISCAIS E ALIQUOTAS
LANÇAMENTO IPTU

Para imóveis edificados

RESIDENCIAIS	NÃO RESIDENCIAIS
1ª Zona - 0,5 %	1ª Zona - 0,7 %
2ª Zona - 0,4 %	2ª Zona - 0,5 %
3ª Zona - 0,3 %	3ª Zona - 0,3 %
4ª Zona - 0,2 %	4ª Zona - 0,1 %

Para imóveis não edificados

1ª Zona - 1,5 %
2ª Zona - 1,0 %
3ª Zona - 0,7 %
4ª Zona - 0,5 %



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO V

MANUAL DE PREENCHIMENTO BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS - BIC

01. INSCRIÇÃO CADASTRAL ANTERIOR

- Será preenchido pela equipe de escritório.
 EXEMPLO:

01 - INSCRIÇÃO CADASTRAL ANTERIOR													
DISTR		FOLHA		SETOR		QUADRA		LOTE		SUB LOTE			
0	1	1	2	2	2	1	1	0	2	4	0	0	0

02. INSCRIÇÃO CADASTRAL

- Será preenchido pelo cadastrador tanto no campo como no escritório.

EXEMPLO:

02 - INSCRIÇÃO CADASTRAL													
SETOR			QUADRA			LOTE			SUB LOTE			DV	
3	0	2	0	1	0	0	1	8	9	0	0	0	4

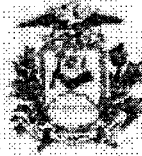
I - ENDEREÇO DO IMÓVEL

03. LOGRADOURO

- Preencha com o nome do logradouro (Avenida, Rua, Viela, Praça), onde está localizado o imóvel.

EXEMPLO:

03 LOGRADOURO
RUA LEONARDO VILAS BOAS



ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Barra do Garças

04. CÓDIGO

- Será preenchido em escritório, com o código do logradouro, conforme tabela.

EXEMPLO:

04 - CÓDIGO
00130

05. NÚMERO

- Preencha com o número existente na unidade (edificação).

EXEMPLO:

05. NÚMERO
2 1

06. COMPLEMENTO

- Preencha com as informações adicionais do endereço, tais como: Lojas, Apt's, Salas, conjuntos, Blocos, etc.

EXEMPLO:

06. COMPLEMENTO
APTº 301

07. QUADRA

- Preencha este item conforme a identificação da quadra onde está localizado o imóvel.

EXEMPLO:

07. QUADRA
8

08. LOTE

- Preencha com o número do lote a ser cadastrado.

EXEMPLO:

08. LOTE
6



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

NOTA: Quando a quadricula lote for insuficiente para seu preenchimento utiliza-se o item complemento.

09. BAIRRO

- Preencha com a denominação do loteamento (bairro, setor, vila, conjunto, etc).

EXEMPLO:

09. BAIRRO
SETOR CAMPINAS

10. CÓDIGO

- Este item será preenchido no escritório com o código do bairro.

EXEMPLO:

10. CÓDIGO
0100

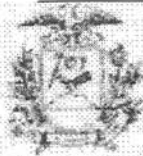
II - PROPRIETÁRIO CONTRIBUINTE

11. NOME/RAZÃO SOCIAL

- Sendo o contribuinte pessoa física, use o nome constante do documento de identidade, escritura, contrato de compra e venda.
- Preencha com o nome jurídico da empresa ou da entidade constante do contrato social ou estatutos, registrados na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso ou no Cartório de Registro de pessoa jurídica e de títulos de documentos.

EXEMPLO:

11. NOME/RAZÃO SOCIAL
JOÃO MARIA SILVA DE ARAUJO



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

12. CPF/CGC

- Preencha com o número completo da Inscrição do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda.

EXEMPLO:

0	3	6	6	1	7	6	8	1	-	1	5
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

- Preencha com o número de Inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

EXEMPLO:

3	6	8	3	1	1	6	2	0	0	0	1	1	9
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

13. DATA DE NASCIMENTO

- Preencha a data de nascimento, com dia, mês e ano constante na Carteira de Identidade.

EXEMPLO:

13. DATA DE NASCIMENTO					
0	2	0	6	4	9

14. NOME DA MÃE

- Preencha este campo somente quando se tratar de Pessoa Física, colocar o nome da mãe para diferenciar os contribuintes homônimos.

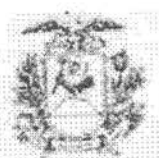
EXEMPLO:

14. NOME DA MÃE MARIA JOSÉ CAMPOS ARAÚJO

III - ENDEREÇO DE CONTATO

15. LOGRADOURO

- Preencha com o nome do logradouro para contato.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXEMPLO:

15. LOGRADOURO AV. GOLÁS

16. CÓDIGO

- Será preenchido em escritório, com o código do logradouro, quando o mesmo situar no Município de Barra do Garças, caso contrário, deixar em branco.

EXEMPLO:

16. CÓDIGO 00101

17. NÚMERO

- Preencha com o número existente na unidade (edificação).

EXEMPLO:

17. NÚMERO					
				3	6

18. BAIRRO

- Preencha com a denominação do loteamento (bairro, setor, vila, conjunto, etc).

EXEMPLO:

18. BAIRRO SETOR CENTRO

19. CÓDIGO

- Este item será preenchido no escritório com o código do bairro, quando o mesmo estiver localizado no Município de Barra do Garças, caso contrário deixar em branco.

EXEMPLO:

19. CÓDIGO 0001

20. COMPLEMENTO



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- Preencha com as informações adicionais do endereço, tais como: Lojas, Apt's, Salas, Conjuntos, Blocos, etc.)

EXEMPLO:

20. COMPLEMENTO
LOJA 3

21. MUNICÍPIO

- Preencha com o nome do município correspondente ao endereço de contato.

EXEMPLO:

21. MUNICÍPIO
BARRA DO GARÇAS

22. CÓDIGO

- Será preenchido em escritório, com o código nacional do Município.

EXEMPLO:

22. CÓDIGO

23. UNIDADE FEDERATIVA

- Preencha com a abreviatura da unidade federativa que pertencer a cidade, ou seja o Estado.

EXEMPLO:

23. U F
M | T

24. CEP

- Preencha este item com o código de endereçamento postal da rua, caso existir.

EXEMPLO:

24. CEP
7 | 8 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0



ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Barra do Garças

25. TELEFONE:

- Preencha o número do telefone da residência ou de contato do contribuinte

EXEMPLO:

25. TELEFONE									
0	6	5	8	6	1	2	3	4	4

IV - DADOS DO IMÓVEL

26. TOTAL DE SUB-LOTES

- Preencha este item com a quantidade de unidades edificadas de padrões diferentes existentes no lote. Sendo uma única unidade ou todas com o mesmo padrão de construção, preencha este campo com zero.

EXEMPLO:

26. TOTAL DE SUB-LOTES
2

27. SUB-LOTE PRINCIPAL

- Preencha este item considerando o sub-lote 01 como sendo o principal no caso para englobar os lançamentos.

EXEMPLO:

27. SUB-LOTE PRINCIPAL
1

- Preencha este item com o respectivo sub-lote da Inscrição Cadastral para individualizar o lançamento de cada edificação.

EXEMPLO:

27. SUB-LOTE PRINCIPAL
2

- Preencha este item com o respectivo sub-lote da Inscrição Cadastral 000 (zero) quando existir uma só edificação no lote ou quando os padrões forem o mesmo, o lançamento será único.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXEMPLO:

27. SUB-LOTE PRINCIPAL
0

28. NÚMERO DE FRENTES

- Conforme a localização do lote na quadra, poderá ter uma ou mais frente:
- Uma frente quando estiver situada no meio da quadra ou delimitado com apenas uma rua, praça, avenida, viela, etc.
- Duas frentes, quando delimitado por dois logradouros, ou seja, por ruas, avenidas, praça, vielas e etc.
- Três ou mais frentes quando delimitado por três ou mais ruas, avenidas, etc.

EXEMPLO:

28. NÚMERO DE FRENTES
2

29. ÁREA DO TERRENO

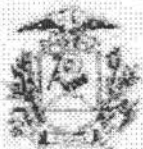
- O cadastrador preencherá o item área do terreno observando os seguintes documentos:
 1. A área constante da escritura ou da planta do loteamento aprovado.
 2. A área constante do registro imobiliário.
 3. A área constante do Contrato de Compra e Venda.
 4. A área do lote levantado em campo, quando o loteamento não for aprovado,
Ex.: Invasão e Loteamento Clandestino.

EXEMPLO:

29. ÁREA DO TERRENO
1 2 0 0

30. TESTADA

- Preencha este item com a metragem das linhas frontais do lote com o (s) logradouros(s), observando os seguintes documentos:
 1. A metragem constante da escritura ou da planta do loteamento aprovado.
 2. A metragem constante do registro imobiliário.
 3. A metragem constante do Contrato de Compra e Venda.
 4. A medida tomada em levantamento de campo, quando o loteamento não for aprovado.



ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXEMPLO:

30. TESTADA
36

31. ÁREA EDIFICADA

- Preencha este item com área (metro quadrado) da edificação ou das edificações. (Este preenchimento será efetuado no escritório após a realização dos cálculos).
- As medidas das edificações serão efetuadas no campo e anotadas em croquis no verso do BIC.

EXEMPLO:

31. ÁREA EDIFICADA
120

V - INFORMAÇÕES SOBRE O TERRENO

32. PROPRIEDADE

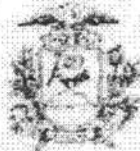
- A propriedade é o direito legítimo do imóvel.
- Preencha este item conforme a propriedade.

EXEMPLO:

32..PROPRIEDADE	1
1 - PARTICULAR	
2 - RELIGIOSO	
3 - MUNICIPAL	
4 - ESTADUAL	
5 - FEDERAL	

OBS.: Anotar sempre o número que caracteriza o item observado.

1. PARTICULAR - Imóvel cuja propriedade pertence a pessoa física ou jurídica.
2. RELIGIOSO - Imóvel cuja propriedade pertence a entidade religiosa.
3. MUNICIPAL - Imóvel cuja propriedade pertence ao Município.
4. ESTADUAL - Imóvel cuja propriedade pertence ao Estado.
5. FEDERAL - Imóvel cuja propriedade pertence à União.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

33. SITUAÇÃO

- É a posição do lote em relação a quadra.
- Preencha este item conforme sua situação.

EXEMPLO:

33. SITUAÇÃO	2
1 - MEIO DE QUADRA 2 - ESQUINA 3 - TODA A QUADRA 4 - ENCRAVADO 5 - GLEBA	

1. MEIO DE QUADRA - Terreno delimitado por logradouro (s) tendo, ao seu lado direito e esquerdo os demais lotes da quadra.
2. ESQUINA - Quando o imóvel estiver situado fisicamente na confluência de dois ou mais logradouros.
3. TODA QUADRA - Quando o imóvel ocupar toda quadra.
4. ENCRAVADO - Imóvel situado no interior da quadra, cujo o acesso ao logradouro é feito através de propriedade de terceiros.
5. GLEBA - É uma área superior a 10.000 m², que se situa dentro das áreas Urbana e Expansão Urbana, não fazendo parte de área loteada.

34. TOPOGRAFIA

- Preencha com o número que caracteriza o item observado.

EXEMPLO:

34. TOPOGRAFIA	2
1 - HORIZONTAL 2 - ACLIVE 3 - DECLIVE 4 - INUNDÁVEL	

1. HORIZONTAL - Quando o terreno não apresentar nenhum desnível.
2. ACLIVE - Para verificar se o terreno está em aclive, deve-se postar na testada do lote, olhando para o fundo, caso estiver no mínimo 2,50 m acima do nível da frente, está em aclive.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- DECLIVE - Quando o desnível do fundo for abaixo no mínimo 2,50 m em relação a testada do lote.
- INUNDÁVEL - Terreno sujeito à inundações temporárias (periódicas).

35. NÍVEL

- Preencha com o número que caracteriza o item observado.

EXEMPLO:

35. NÍVEL	1
1 - AO NÍVEL	
2 - ACIMA	
3 - ABAIXO	

- AO NÍVEL - Quando o terreno estiver situado ao nível do logradouro ou a uma altura máxima/mínima de até 50 cm do referido imóvel.
- ACIMA - Quando o terreno situar-se acima dos 50 cm toleráveis em relação ao nível do logradouro.
- ABAIXO - Quando o terreno situar-se abaixo dos 50 cm toleráveis em relação ao nível do logradouro.

36. SOLO

- Preencha com o número que caracteriza o item observado.

EXEMPLO:

36. SOLO	1
1 - NORMAL	
2 - ROCHOSO	
3 - ARENOSO	
4 - ALAGADIÇO	

- NORMAL - Terreno de configuração normal, não apresentando características dos itens abaixo.
- ROCHOSO - Quando mais da metade do terreno apresentar rochas afloradas.
- ARENOSO - Presença visível de areia na formação do solo.
- ALAGADIÇO - Terreno constantemente alagado.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

37. USO

- Preencha com o(s) número (s) que caracteriza (m) o(s) uso(s) do imóvel.

EXEMPLO:

37. USO			1
1 - RESIDENCIAL 2 - ATIVIDADE ECONÔMICA 3 - RELIGIOSO 4 - ATIVIDADE PÚBLICA			

1. RESIDENCIAL - Edificação com uso de moradia.
2. ATIVIDADE ECONÔMICA - Qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço instalado no imóvel.
3. RELIGIOSO - Quando a atividade exercida no imóvel for religiosa.
4. ATIVIDADE PÚBLICA - Quando a atividade exercida no imóvel for pública.

38. FORMA DE USO

- Preencha com o número que caracteriza a forma de uso.

EXEMPLO:

38. FORMA DE USO	1
1 - PRÓPRIO 2 - INVADIDO 3 - POSSEIRO URBANO	

1. PRÓPRIO - Quando a Unidade Imobiliária for de uso próprio, alugado ou cedido.
2. INVADIDO - Normalmente ocorre em fundo de vales, praças e bosques, não sendo possível sua regularização.
3. POSSEIRO URBANO - Quando a posse urbana oferecer condições de regularização, podendo ser área de propriedade pública ou de particular.

39. ATIVIDADE ECONÔMICA

- Descrever a atividade econômica exercida no imóvel



ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXEMPLO:

39. ATIVIDADE ECONÔMICA FRUTARIA

VI - INFORMAÇÕES SOBRE A EDIFICAÇÃO

40. NÚMERO DE PAVIMENTOS

- Preencha a quadrícula com o número de pavimentos do edifício ou, com zero quando a unidade não for edificação em altura.

EXEMPLO:

40. NÚMERO DE PAVIMENTOS	6
--------------------------	---

41. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE

- Preencha a quadrícula com o número do pavimento em que localiza a unidade imobiliária ou, com zero quando a unidade não for edificação em altura.

EXEMPLO:

41. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE	3
----------------------------	---

42. NÚMERO DE ELEVADORES

- Preencha a quadrícula com o número de elevador (es) existente (s) no edifício.

EXEMPLO:

42. NÚMERO DE ELEVADORES	1
--------------------------	---

43. PISCINA

- Preencha a quadrícula com a quantidade de piscinas existentes no imóvel ou com zero em caso contrário.

EXEMPLO:

43. PISCINA	1
-------------	---



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

44. QUADRAS DE ESPORTE

- Preencha a quadrícula com a quantidade de quadras de esportes existentes no imóvel ou com zero em caso contrário.

EXEMPLO:

44. QUADRAS DE ESPORTE	0
------------------------	---

45. PLAY GROUND

- Preencha a quadrícula com o número 1 (um) quando existir play ground no imóvel e com zero em caso contrário.

EXEMPLO:

45. PLAY GROUND	0
-----------------	---

46. TIPO

- Preencha com o número que caracteriza o tipo da edificação

EXEMPLO:

46. TIPO	3
1. CASA	
2. SOBRADO	
3. APARTAMENTO	
4. BARRACÃO OU EDÍCULA	
5. LOJA	
6. SALA-ESCRITÓRIO	
7. GALPÃO COMUM	
8. GALPÃO INDUSTRIAL	
9. TELHEIRO	
10. EDIFICAÇÃO EM ALTURA	
11. ESPECIAL	

1. CASA - Edificação Residencial térrea.
2. SOBRADO - Edificação Residencial em dois pavimentos, caracterizadas por unidades não autônomas.
3. APARTAMENTOS - Edificação em altura para fins residenciais.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

4. BARRACÃO OU EDÍCULA - Edificação de fundo.
5. LOJA - Edificação situada no pavimento térreo para usos diversos, constituída de um único cômodo, quer em galerias ou não.
6. SALA / ESCRITÓRIO - Edificação não residencial, constituída de um único cômodo, situada acima do pavimento térreo.
7. GALPÃO COMUM - Edificação de médio e grande porte, com paredes, sendo que, entre estas e a cobertura existente vão para a ventilação. Ex.: Posto de Gasolina.
8. GALPÃO INDUSTRIAL - Com um ou mais pavimentos com paredes com divisões internas, com forro, grandes estruturas metálicas ou de concreto, com ou sem renovação de ar.
9. TELHEIRO - Edificação sem paredes, geralmente abrigando oficinas, estacionamentos, serrarias, serralherias, etc.
10. EDIFICAÇÃO EM ALTURA - Edificação contendo mais de um pavimento, com unidades autônomas.
11. ESPECIAL - Toda e qualquer edificação que não apresentar as especificações acima descritas, como ex.: Escolas, Igrejas, Hospitais e etc. todas projetadas para esta finalidade.

47. POSIÇÃO

• Preencha com o número que caracteriza a posição da edificação dentro do lote.

EXEMPLO:

47. POSIÇÃO	5
1. ISOLADA	
2. SEMI ISOLADAS	
3. CONJUGADA	
4. GEMINADA	
5. COLETIVA	

1. ISOLADA - A edificação não possui paredes comuns à outras construções e ou divisas dos lotes.
2. SEMI ISOLADAS - É uma edificação em que um dos lados está parcialmente na divisa do lote.
3. CONJUGADA - Edificação com paredes comuns a outra com cobertura diferente.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- 4. GEMINADA - Edificação com parede e cobertura comuns à outra edificação.
- 5. COLETIVA - Edificação contendo mais de um pavimento, com unidades autônomas (Edifício).

48. ESTRUTURA

- Preencha com o número que caracteriza a estrutura da Edificação.

EXEMPLO:

48. ESTRUTURA	2
1. ALVENARIA	
2. CONCRETO	
3. MISTA	
4. MADEIRA	
5. METÁLICA	
6. ADOBE	
7. TAIPA	

- 1. ALVENARIA - Quando a edificação tiver as paredes de tijolos ou de placas de cimento.
- 2. CONCRETO - Quando a edificação tiver paredes e estrutura de concreto (concreto aparente) ou edificações em altura.
- 3. MISTA - Quando a edificação tiver estrutura de alvenaria e de concreto.
- 4. MADEIRA - Quando a edificação tiver paredes e estrutura de madeira.
- 5. METÁLICA - Quando a edificação tiver paredes de tijolos e estrutura metálica.
- 6. ADOBE - Quando a edificação tiver as paredes e estrutura de adobe.
- 7. TAIPA - Quando a edificação tiver as paredes e estrutura de taipa e pau-a-pique, rebocado com massa de barro.

49. ESQUADRIAS

- Preencha com o número que caracteriza a esquadria da edificação.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXEMPLO:

49. ESQUADRIAS	2
1. FERRO	
2. ALUMÍNIO	
3. MADEIRA	
4. RÚSTICA	
5. ESPECIAL	
6. SEM	

1. FERRO - Esquadrias predominante de ferro ou de metalon (portas, vitraux e janelas).
2. ALUMÍNIO - Esquadrias predominante de alumínio.
3. MADEIRA - Esquadrias predominante de madeira.
4. RÚSTICA - Esquadrias bem simples, podendo ser de madeira, ferro ou metalon.
5. ESPECIAL - Trata-se de uma esquadria trabalhada, podendo ser de madeira, ferro, metal dourado, alumínio ou metalon.
6. SEM - Quando não existir nenhum tipo de esquadria.

50. PISOS

- Preencha com o número que caracteriza o piso da edificação.

EXEMPLO:

50. PISOS	1
1. CERÂMICA	
2. CIMENTO	
3. TACO	
4. TIJOLO	
5. TERRA	
6. ESPECIAL	

1. CERÂMICA - Pedra (exceto mármore e granito), carpete, material sintético (paviflex e borracha), granitina, paviflex e cacos de marmoraria, quando o piso predominante da edificação for feito em material citado.
2. CIMENTO - Quando o piso predominante da edificação for em cimento liso ou áspero.
3. TACO - Quando o piso predominante da edificação for em taco ou assoalhos rústicos.
4. TIJOLO - Quando o piso da edificação for em tijolo.
5. TERRA - Ausência de pavimentação no interior da edificação sendo caracterizado de chão batido.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

6. ESPECIAL - Quando o piso da edificação for em granito, mármore, tábua corrida e onix.

51. FORRO

- Preencha com o número que caracterizava o forro da edificação.

EXEMPLO:

51. FORRO	1
1. LAJE 2. MADEIRA 3. GESSO 4. ESPECIAL 5. SEM	

1. LAJE - Quando a própria laje for o forro revestido ou não. A laje é o teto visível.
2. MADEIRA - Quando o forro da edificação for de madeira (inclui neste item os similares em aparência e de mesmo custo), estuque, compensados e forro paulista), fica excluídos os forros de madeira nobre.
3. GESSO - Quando o forro da edificação for em placas de gesso, (inclui neste item forros de eternit e isopor).
4. ESPECIAL - Quando o forro da edificação for em material especial superior aos outros já mencionados. Ex.: (Forro de ipê e alumínio).
5. SEM - Quando não existir forro na edificação.

52. INSTALAÇÃO ELÉTRICA

- Preencha com o número que caracteriza a instalação.

EXEMPLO:

52. INSTALAÇÃO ELÉTRICA	1
1. EMBUTIDA 2. SEMI-EMBUTIDA 3. EXTERNA 4. SEM	

1. EMBUTIDA - Fiação abrigada em condutores no interior das paredes e forro.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

2. SEMI-EMBUTIDA - Quando parte da fiação for embutida e parte aparente. Ex.: embutida na parede e aérea no teto.
3. EXTERNA - Quando a fiação e condutores for totalmente visíveis.
4. SEM - Ausência de instalação elétrica na edificação.

53. INSTALAÇÃO SANITÁRIA

- Preencha com o número que caracteriza a instalação sanitária.

EXEMPLO:

53. INSTALAÇÃO SANITÁRIA	3
1. INTERNA 2. COMPLETA 3. MAIS DE UMA 4. EXTERNA 5. SEM	

1. INTERNA - Quando a instalação sanitária for incompleta e localizada no interior da edificação (1 instalação incompleta).
2. COMPLETA - Quando a instalação sanitária estiver localizada no interior da edificação e possuir todos os aparelhos sanitários (1 instalação completa).
3. MAIS DE UMA - Quando houver mais de uma instalação sanitária no interior ou externamente da edificação. (Não importa se é completa ou não).
4. EXTERNA - Quando a instalação sanitária estiver localizada fora do corpo da edificação (podendo ser completa ou incompleta).
5. SEM - Ausência de instalação sanitária para servir a edificação.

54. REVESTIMENTO INTERNO

- Preencha com o número que caracteriza o revestimento interno da edificação.

EXEMPLO:

54. REVESTIMENTO INTERNO	2
1. REBOCO 2. MASSA 3. MATERIAL CERÂMICO 4. ESPECIAL 5. SEM	



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

1. REBOCO - Revestimento das paredes em reboco, constituído de areia, cal e cimento, em acabamento áspero (inclui neste item placas de cimento).
2. MASSA - Aplicação de massa corrida sobre o reboco.
3. MATERIAL CERÂMICO - Revestimento em material cerâmico (inclui neste item tijolo a vista, azulejo, ardósia e cerâmica).
4. ESPECIAL - Revestimento feito com lambril, mármore, granito, blindex
5. SEM - Quando não houver nenhum tipo de revestimento nas paredes.

55. ACABAMENTO INTERNO

- Preencha com o número que caracterizava o acabamento interno da edificação.

EXEMPLO:

55. ACABAMENTO INTERNO	1
1. PINTURA LAVÁVEL	
2. PINTURA SIMPLES	
3. CAIAÇÃO	
4. ESPECIAL	
5. SEM	

1. PINTURA LAVÁVEL - Quando houver pintura à base de PVA, devendo ser sobre massa corrida (inclui neste item as paredes em pedra, papel parede e azulejo/carpete).
2. PINTURA SIMPLES - Quando não houver aplicação de massa corrida. Inclui neste item tijolo aparente com pintura à óleo ou verniz e parede chapiscada.
3. CAIAÇÃO - Quando a pintura for feita a base de cal hidratado. Inclui neste item parede s/ reboco com pintura e placa de cimento pintada.
4. ESPECIAL - Quando houver aplicação de produtos especiais. Inclui neste item pintura automotiva (pintura de carro), lambris e cortiça.
5. SEM - Quando não houver pintura de espécie alguma.

56. REVESTIMENTO EXTERNO

- Preencha com o número que caracteriza o revestimento externo da edificação.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXEMPLO:

54. REVESTIMENTO EXTERNO	1
1. REBOCO 2. MASSA 3. MATERIAL CERÂMICO 4. ESPECIAL 5. SEM	

OBS.: Procede da mesma forma que o revestimento interno/item 54.

57. ACABAMENTO EXTERNO

- Preencha com o número que caracteriza o acabamento externo da edificação.

EXEMPLO:

55. ACABAMENTO EXTERNO	1
1. PINTURA LAVÁVEL 2. PINTURA SIMPLES 3. CALAÇÃO 4. ESPECIAL 5. SEM	

OBS.: O procedimento do preenchimento é o mesmo do acabamento interno/item 55.

58. COBERTURA

- Preencha com o número que caracterizava a cobertura da edificação.

EXEMPLO:

58. COBERTURA	5
1. TELHA DE BARRO 2. FIBRO-CIMENTO 3. ALUMÍNIO 4. ZINCO 5. LAJE 6. PALHA 7. ESPECIAL	

1. TELHA DE BARRO - Quando a cobertura da edificação for de telha de barro.
2. FIBRO-CIMENTO - Quando a cobertura da edificação for de telha fibro-cimento, fibra de vidro e ou madeira.
3. ALUMÍNIO - Quando a cobertura da edificação for de folha de alumínio.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

1. **ÁGUA/HIDRÔMETRO** - Quando existir a ligação de rede pública de abastecimento de água potável no imóvel, com ou sem hidrômetro.
2. **CISTERNA** - Quando o imóvel não possuir abastecimento de água tratada, sendo usada a água somente de poço (cisterna).
3. **CISTERNA HIDRÔMETRO** - Quando o imóvel é servido por rede de abastecimento de água tratada, como também de água de cisterna.
4. **POÇO ARTESIANO** - Quando o imóvel é servido por água de poço artesiano (extraída) do próprio imóvel a grande profundidade.
5. **SEM** - Quando o imóvel não é servido de água.

61. ESGOTO

- Preencha com o número que caracteriza o destino de esgoto da edificação.

EXEMPLO:

61. ESGOTO	1
1. REDE PÚBLICA	
2. FOSSA SÉPTICA	
3. FOSSA NEGRA	
4. SEM	

1. **REDE PÚBLICA** - Quando o imóvel for ligado à rede pública de coleta de esgotos sanitários/domésticos.
2. **FOSSA SÉPTICA** - Recipiente fechado e cavado no solo, com caixa séptica e sumidouro, destinado a receber os detritos orgânicos e domésticos.
3. **FOSSA NEGRA** - Poço cavado, abrigado por construção rudimentar ou não, destinado a receber os detritos orgânicos e domésticos, com presença de suspiro ou não.
4. **SEM** - Quando não existir nenhum dos itens acima.

62. OCUPAÇÃO

- Preencha com o número que caracteriza a ocupação do imóvel.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXEMPLO:

62. OCUPAÇÃO	1
1. EDIFICADO	
2. VAGO	
3. EDIFICAÇÃO TEMPORÁRIA	
4. EM CONSTRUÇÃO	
5. CONSTRUÇÃO PARALIZADA	
6. EM DEMOLIÇÃO	
7. RUÍNAS	
8. PRAÇA	

1. EDIFICADO - Terreno sobre o qual esteja construída edificações com mais de 15,00 m².
2. VAGO - Terreno vago, ou sobre o qual não exista edificação. É considerado vago os imóveis com uma área edificada igual ou inferior a 15,00 m².
3. EDIFICAÇÃO TEMPORÁRIA - Terreno Sobre o qual esteja construída obra não definitiva (telheiros).
4. EM CONSTRUÇÃO - Terreno sobre o qual esteja uma obra em andamento que ainda não tem seus componentes definidos. Neste caso não preencha os itens referentes à edificação, é considerado lote vago.
5. CONSTRUÇÃO PARALISADA - Terreno sobre o qual existe edificação não concluída e paralisada. Não preencher os itens referentes a edificação, é considerado lote vago.
6. EM DEMOLIÇÃO - Terreno sobre o qual a edificação está sendo demolida, é considerado lote vago.
7. RUÍNAS - Quando sobre o terreno existir uma edificação em estado de desmoronamento pela intervenção do tempo. Deverá o referido imóvel ser caracterizado como territorial urbano.
8. PRAÇA - Áreas destinadas ao lazer público construídas ou não.

63. FECHO

- Preencha com o número que caracteriza a ocupação do imóvel.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXEMPLO:

63. FECHO	7
1. SEM NADA	
2. MURADO	
3. CERCADO	
4. MURO-CERCA	
5. GRADIL	
6. MURETA	
7. MURETA/GRADIL	

OBS.: A existência do fecho deverá ser observada somente na testada do lote.

1. SEM NADA - Quando o terreno estiver desprovido de todo e qualquer elemento de fecho
2. MURADO - Quando o terreno estiver delimitado por material não perecível (tijolos, pré-moldados, pedras, etc).
3. CERCADO - Quando o terreno estiver delimitado por cercas de arame, alambrados, telas, etc.
4. MURO-CERCA - Quando o terreno estiver delimitado parcialmente com muro e a outra parte com cerca.
5. GRADIL - Quando o terreno estiver delimitado por grades de ferro ou material similar.
6. MURETA - Quando o terreno estiver delimitado com muro de aproximadamente até 1,00 m de altura.
7. MURETA/GRADIL - Quando o terreno estiver delimitado com parte mureta e gradil ao mesmo tempo.

64. PASSEIO

- Preencha com o número que caracteriza a pavimentação do passeio defronte o lote cadastrado.

EXEMPLO:

64. PASSEIO	2
1. SEM CALÇADA	
2. COM CALÇADA	



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

1. SEM CALÇADA - Quando o passeio defronte ao imóvel não estiver revestido com elemento construtivo.
2. COM CALÇADA - Quando o passeio defronte ao imóvel estiver revestido com elemento construtivo. Ex.: ladrilho, bloquete, pedra, concreto, etc.

65. ÁRVORES

- Preencha com o número correspondente a quantidade de árvores existentes no passeio defronte o lote cadastrado.

EXEMPLO:

65. ÁRVORES
2

66. POSTES

- Preencha com o número correspondente a quantidade de postes existentes no passeio defronte o lote cadastrado.

EXEMPLO:

66. POSTES
1

67. SERVIÇOS PÚBLICOS

- Preencha com o número que caracteriza os serviços públicos oferecidos no logradouro lindeiro ao lote cadastrado.

EXEMPLO:

67. SERV. PÚBLICOS	1
1. ASFALTO	2
2. COLETA LIXO	3
3. VARRIÇÃO	4
4. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

68. CADASTRADOR

- Preencha com a assinatura do cadastrador responsável pelo preenchimento do BIC.

68. CADASTRADOR
ADILSON

69. NÚMERO DA MATRÍCULA

- Preencha com a matrícula do cadastrador.

69. NÚMERO DA MATRÍCULA
036

70. DATA

- Preencha com a data do dia do cadastramento

70. DATA
03.06.97

71. REVISOR

- Preencha com a assinatura do revisor

71. REVISOR
MÁRIO

72. NÚMERO DA MATRÍCULA

- Preencha com a matrícula do revisor

72. NÚMERO DA MATRÍCULA
022

73. DATA

- Preencha com a data do dia da revisão.

73. DATA
06.06.97



ESTADO DE MATO GROSSO
 Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Valor base em UFIR 22,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -	%
6.20000	EXTRAÇÃO DE MINERAIS - Percentual vezes valor base pela atividade	
6.20100	EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	
6.20101	Extração e pelotização de minérios de ferro, ilmenita, hematita, canga, etc	1000%
6.20102	Extração de minérios de metais não-ferrosos, bauxita, cobre, cassiterita, manganês	1000%
6.20103	extração de minérios de metais preciosos, ouro, prata, platina, etc	1000%
6.20104	extração de minério radioativos, urânio, tório, areia, monazitica, etc	1000%
6.20105	Não classificados neste	1000%
6.20199	Não especificados	1000%
6.20200	EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS NÃO METÁLICOS Percentual vezes valor base pela atividade	
6.20201	Extração de minérios p/ fabricação de adubos, fertilizantes p/ elaboração de outros prod. químicos	500%
6.20202	extração de pedras e materiais em bruto para construção	1000%
6.20203	extração de sal marinho e sal-gema	1000%
6.20204	extração de pedras preciosas e semi-preciosas	1000%
6.20205	extração de minerais não-metálicos não classificados neste	1000%
6.20206	Não classificados neste	1000%
6.20299	Não especificados	1000%
6.20300	EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS MINERAIS - Percentual vezes valor base pela atividade	
6.20301	Extração de petróleo e gás natural	1000%
6.20302	Extração de carvão mineral	1000%
6.20303	Extração de combustíveis minerais não classificados neste	1000%
6.20304	Não Classificados neste	1000%
6.20399	Não especificados	1000%
6.30000	INDÚSTRIA	
6.30100	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS - % do valor base X M ² de construção	
6.30101	Britamento ou aparelham. de pedras p/ const. ou execução de trabalhos de mármore, ardósia, granito ou outras pedras	2%
6.30102	Fabricação de cal	2%
6.30103	Fabricação de telhas, tijolos ou outros artigos de barro cozido, exclusive cerâmica	2%
6.30104	Fabricação de material cerâmico	2%
6.30105	Fabricação de cimento	2%
6.30106	Fabricação de peças, ornatos ou estruturas de cimento, gesso e amianto	2%
6.30107	Fabricação ou elaboração de vidro ou cristal	2%
6.30108	Beneficiamento ou preparação de minerais não metálicos, não associados a extração	2%
6.30109	Fabricação de recipientes ou vasilhames de vidro	2%
6.30110	Fabricação de escovas e contatos de carvão ou grafite para motores ou carvão para uso em eletricidade	2%
6.30111	Fabricação de chapas, telhas, tubos ou caixas de fibrocimento	2%
6.30112	Fabricação de lixas, rebolos de esmeril ou outros materiais abrasivos	2%
6.30113	Fabricação de giz e similares	2%
6.30114	Acondicionamento ou recondicionamento de gás liquefeito de petróleo	2%
6.30115	Fabricação de estrutura pré-moldada de cimento armado, postes, estacas, vigas e dormentes, etc	2%
6.30116	Fabricação de concreto ou argamassa	2%
6.30117	Fabricação de piscinas, inclusive peças e acessórios e artefatos de fibras de vidros	2%
6.30118	Fabricação de chapas, acrílicas ou de poliestireno, inclusive artefatos	2%
6.30119	Não classificados neste	2%
6.30199	Não especificados	2%
6.30200	INDÚSTRIA METALÚRGICA - % do valor base X M ² de construção	
6.30201	Siderurgia ou elaboração de produtos siderúrgicos (com ou sem redução de minério)	2%
6.30202	Metalurgia dos metais, não ferrosos em formas primárias	2%
6.30203	Metalurgia do pó, inclusive peças moldadas	2%
6.30204	Fabricação de estruturas metálicas	2%
6.30205	Fabricação de artefatos de trefilados de ferro, aço ou de metais, não ferrosos, exclusive móveis	2%
6.30206	estamparia, funilaria ou latoaria	2%
6.30207	Serralheria ou fabricação de tanques, reservatórios ou outros recipientes metálicos ou de artigo de caldeireiro	2%
6.30208	Fabricação de cutelaria, armas, ferramentas manuais, artigos de metal, uso pessoal, doméstico inclusive ferramentas para máquinas.	2%
6.30209	Têmpera ou cimentação de aço, recozimento de arames ou serviços galvanotécnica	2%
6.30210	Produção de soldas e ânodos	2%
6.30211	Metalurgia dos metais preciosos	2%
6.30212	Produção de canos, tubos, conexões, arames, laminados ou relaminados de aço, ferro ou metais ferrosos	2%



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

		Valor base em UFIR	22,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -		%
6.30213	Fabricação de ferragens, cadeados, chaves, fechaduras,		2%
6.30214	Fabricação de quinquilharias, esponjas, palhas de aço ou embalagens metálicas		2%
6.30215	Fabricação de alarmes ou outros dispositivos de segurança		2%
6.30216	Não classificados neste		2%
6.30299	Não especificados		2%
6.30300 INDÚSTRIA MECÂNICA - % do valor base X M² de construção			
6.30301	Fabricação de máquinas motrizes não elétricas de equipamentos p/ transmissão industrial, inclusive peças e acessórios		2%
6.30302	Fabricação de máquinas, aparelhos ou equipamentos para instalações hidráulicas, térmicas, de ventilação ou refrigeração, eq		2%
6.30303	Fabricação de máquinas, ferramentas, máquinas operatrizes ou		2%
6.30304	Fabricação de máquinas, aparelhos ou materiais para agricultura, avicultura, cunicultura e apicultura, inclusive peças e acessórios		2%
6.30305	Fabricação de cronômetro ou relógios, elétricos ou não, inclusive fabricação de peças		2%
6.30306	Fabricação, montagem de tratores, máquinas, implem. agrícolas ou aparelhos de terraplanagem, inclusive fabric. de peças e acessórios		2%
6.30307	Fabricação de elevadores ou escadas rolantes, inclusive peças e acessórios		2%
6.30308	Reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, agrícolas ou prestacionais		2%
6.30309	Fabricação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos para exercício de artes e ofícios		2%
6.30310	Fabricação de máquinas ou aparelhos ortopédicos		2%
6.30311	Não classificados neste		2%
6.30399	Não especificados		2%
6.30400 INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES - % do valor base X M² de construção			
6.30401	Construção de máquinas ou aparelhos para a produção de energia elétrica		2%
6.30402	Fabricação de fios ou cabos condutores de eletricidade		2%
6.30403	Fabricação de lâmpadas ou pilhas		2%
6.30404	Fabricação de material elétrico para veículo, inclusive peças e acessórios		2%
6.30405	Fabricação de aparelhos ou utensílios eletrodomésticos, inclusive peças e acessórios		2%
6.30406	Fabricação de material eletrônico		2%
6.30407	Fabricação de material de comunicações, inclusive peças e acessórios		2%
6.30408	Fabricação de motores, geradores ou transformadores elétricos		2%
6.30409	Fabricação de aparelhos e equipamentos elétricos p/ fins terapêuticos, eletroquímicos, laboratoriais, hospitalares, inclusive suas peças e acessori		2%
6.30410	Fabricação de aparelhos e utensílios elétricos para fins industriais		2%
6.30411	Fabricação de material elétrico, inclusive suas peças acessórias		2%
6.30412	Não classificados neste		2%
6.30499	Não especificados		2%
6.30500 INDÚSTRIA DO MATERIAL DE TRANSPORTE - % do valor base X M² de construção			
6.30501	Construção ou reparação de embarcação e de caldeiras, máquinas, turbinas, ou motores marítimos, inclusive peças e acessórios		2%
6.30502	Construção, montagem ou reparação de veículos ferroviários, inclusive fabricação de peças e acessórios		2%
6.30503	Fabricação de veículos automotores, peças e acessórios		2%
6.30504	Fabricação de carrocerias para veículos automotores, exclusive chassi		2%
6.30505	Fabricação de bicicletas ou triciclos, motorizados ou não, inclusive peças e acessórios		2%
6.30506	Construção, montagem ou reparação de aviões, inclusive fabric. de peças e acessórios e reparação de turbinas e motores de aviação		2%
6.30507	Fabricação de carroças de tração animal		2%
6.30508	Fabricação de estruturas para poltronas, estofados e capas para veículos		2%
6.30509	Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores		2%
6.30510	Não classificados neste		2%
6.30599	Não especificados		2%
6.30600 INDÚSTRIA DE MADEIRA - % do valor base X M² de construção			
6.30601	Desdobramento de madeira - Até o limite de 1.200 M ² de área construída		2%
6.30602	Fabricação de estruturas de madeiras ou artigos de carpintaria		2%
6.30603	Fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada ou prensada de madeira compensada revestida ou não com material plástico e artefatos		2%
6.30604	Fabricação de artigos de taboaria ou de madeira arqueada		2%
6.30605	Fabricação de artefatos de bambu, vime, junco ou palha trançada, exclusive de móveis, chapéus e bolsas		2%
6.30606	Fabricação de artigos de cortiça		2%
6.30607	Fabricação de urnas funerárias		2%
6.30608	Fabricação de embalagens de madeira		2%
6.30609	Fabricação de objetos de madeira para uso doméstico, comercial, industrial ou prestacional, exclusive móveis		2%
6.30610	Produção de lenha e ou carvão vegetal		2%
6.30611	Carrocerias para veículos automotores		2%
6.30612	Carrocerias para veículos de tração animal		2%
6.30613	Não classificados neste		2%



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

		Valor base em UFIR	22,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		%
6.30699	Não especificados		2%
6.30700	INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO - % do valor base X MF de construção		
6.30701	Fabricação de móveis de madeira, vime ou junco		2%
6.30702	Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestido ou não com lâminas plásticas, inclusive colchões		2%
6.30703	Fabricação de artigos de colchoaria		2%
6.30704	Fabricação de armários embutidos		2%
6.30705	Fabricação de móveis de vidro		2%
6.30706	Fabricação de móveis de cortiça		2%
6.30707	Fabricação de móveis estofados		2%
6.30708	Não classificados neste		2%
6.30799	Não especificados		2%
6.30800	INDÚSTRIA DO PAPEL E PAPELÃO - % do valor base X MF de construção		
6.30801	Fabricação de colunas de pasta mecânica		2%
6.30802	Fabricação de papel, papéis, cartolina ou cartão		2%
6.30803	Fabricação de embalagens de papel		2%
6.30804	Fabricação de artigos de papelão, cartolina, cartão, impressos ou não, simples ou plastificados, não associados a produção		2%
6.30805	Fabricação de artigos de papel, papéis, cartolina ou cartão para revestimento		2%
6.30806	Fabricação de artigos diversos de fibras prensadas ou isolantes		2%
6.30807	Não classificados neste		2%
6.30899	Não especificados		2%
6.30900	INDÚSTRIA DA BORRACHA - % do valor base X MF de construção		
6.30901	Beneficiamento da borracha natural		2%
6.30902	Fabricação ou acondicionamento de pneumáticos, câmaras de ar ou fabricação de material para acondicionamento de pneumáticos		2%
6.30903	Fabricação de laminados ou fios de borracha		2%
6.30904	Fab de espuma de borracha ou artigos de espuma de borracha, inclusive látex		2%
6.30905	Fabricação dos artigos de borracha: papéis, adesivos p/ selulos, mangueiras, apertados, canoas, tubos ou artigos p/ uso doméstico		2%
6.30906	Fab de artigos de borracha para uso médico, cirúrgico odontológico ou industrial		2%
6.30907	Não classificados neste		2%
6.30999	Não especificados		2%
6.31000	INDÚSTRIA DE COURÇOS, PELES E PRODUTOS SIMILARES - % do valor base X MF de construção		
6.31001	Secagem, salga, curtimento ou outras preparações de couro e peles inclusive sub-produtos		2%
6.31002	Fabricação de artigos de selaria ou correaria		2%
6.31003	Fabricação de malas, valises ou outros artigos para viagem		2%
6.31004	Serviço de secagem e salga de couros		2%
6.31005	Não classificados neste		2%
6.31099	Não especificados		2%
6.31100	INDÚSTRIA QUÍMICA - % do valor base X MF de construção		
6.31101	Produção de elementos químicos ou de produtos químicos orgânicos, inorgânicos, organo-inorgânico, inclusive produtos		2%
6.31102	Fabricação de produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas silíceas ou de carvão de pedra		2%
6.31103	Fabricação de resinas, fibras e fios artificiais ou sintéticos, ou de borracha ou látex sintéticos		2%
6.31104	Fabricação de pólvora, explosivos, dinamites, munição, fardos de segurança ou artigos pirotécnicos		2%
6.31105	Produção de óleos, gorduras, ceras vegetais e animais em bruto, de óleos, essências vegetais, exclusive refinação de produtos alimentares		2%
6.31106	Fab de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos, inclusive misturas		2%
6.31107	Fabricação de preparados para limpeza, polimento ou desinfecção, inclusive ceras de origem vegetal		2%
6.31108	Fabricação de inseticidas, germicidas, fungicidas e similares		2%
6.31109	Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes ou secantes e massas		2%
6.31110	Fabricação de estufos, fertilizantes ou corretivos do solo		2%
6.31111	Fabricação de estêreo		2%
6.31112	Fabricação de álcool para fins de combustível		2%
6.31113	Fab de produtos químicos derivados de álcool butano, isopropanol, metanol, etanol		2%
6.31114	Fabricação de tortas de sementes oleaginosas		2%
6.31115	Destilação de água ou preparação de soluções químicas		2%
6.31116	Não classificados neste		2%
6.31199	Não especificados		2%
6.31200	INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS - % do valor base X MF de construção		
6.31201	Fabricação de produtos farmacêuticos		2%

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	%
6.31202	Fabricação de produtos veterinários	2%
6.31203	Não classificados neste	2%
6.31299	Não especificados	2%
6.31300	INDUSTRIA DE PERFUMARIA, SABOES E VELAS - % do valor base X N° de construção.	
6.31301	Fabricação de produtos de perfumaria, perfume, extratos, água de colônia, cosméticos	2%
6.31302	Fabricação de sabões, detergentes ou glicinas	2%
6.31303	Fabricação de velas	2%
6.31304	Não classificados neste	2%
6.31399	Não especificados	2%
6.31400	INDUSTRIA DE PRODUTOS DE MATERIA PLASTICA - % do valor base X N° de construção.	
6.31401	Fabricação de Laminados de Plásticos	2%
6.31402	Fabricação de Artigos de Material de Plástico P/uso Industrial	2%
6.31403	Fabricação de Artigos de Material Plástico p/ uso doméstico ou pessoal, exclusive Calçados, Artigos do Vestuário ou Viagem	2%
6.31404	Fabricação de Móveis Moldados de Material Plástico	2%
6.31405	Fabricação de Artigos de Material Plástico ou Para embalagem ou acondicionamento, Impressos ou não	2%
6.31406	Fabricação de Máquinas, Canoas, Tubos ou Conexões de Material Plástico	2%
6.31407	Fabricação de Adesivos, Fitas, Plâmulas, Tícos, Brides, Objetos de Adorno ou Artigos de Material Plástico para escritório	2%
6.31408	Fabricação de Courvín ou Napa	2%
6.31409	Não classificados neste	2%
6.31499	Não especificados	2%
6.31500	INDUSTRIA TEXTIL - % do valor base X N° de construção.	
6.31501	Beneficiamento de Fibras Textéis Vegetais, Artificiais, Animal; Fabricação de estopa, de Materiais p/ estofos, Recuperação de Resíduos Textéis.	2%
6.31502	Plano e/ou tecelagem	2%
6.31503	Macharia e Fabricação de Tecidos elásticos	2%
6.31504	Fabricação de Artigos de Passamanaria, Fitas, Fios, Rendas ou Bordados	2%
6.31505	Fabricação de Tecidos especiais: Feltros, Tecidos de crina, Tecidos Felpudos, Impermeáveis, Tapetes	2%
6.31506	Acabamentos de Fios ou Tecidos não Processados em Fiação e Tecelagem	2%
6.31507	Fabricação de Cordas, Manhas, Tapetes, Carpetes e Similares de Sisal, Piaçava ou outras Fibras	2%
6.31508	Fabricação de Cortinas, Inclusive de Plástico	2%
6.31509	Não classificados neste	2%
6.31599	Não especificados	2%
6.31600	INDUSTRIA DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTIFATOS DE TECIDOS - % do valor base X N° de construção.	
6.31601	Confeções de Roupas, Agasalhos ou Peças Interiores do Vestuário	2%
6.31602	Fabricação de chapéus	2%
6.31603	Fabricação de calçados	2%
6.31604	Fabricação de Acessórios do Vestuário: Guarda-Chuvas, Lenço, echarpe, Gravata, Cintô, Bolsa	2%
6.31605	Fabricação de Roupas de Cama, Mesa e/ou Banho	2%
6.31606	Fabricação de Malhas, Vales ou Bolsas exceto de Couro	2%
6.31607	Fabricação de Saitos, Tacos ou Outras Peças de Calçados	2%
6.31608	Não classificados neste	2%
6.31699	Não especificados	2%
6.31700	INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - % do valor base X N° de construção.	
6.31701	Beneficiamento de Produtos Alimentares, Inclusive Café, Tigo e Milho	3%
6.31702	Fabricação de Conservas	4%
6.31703	Abate de Animais em Abatedouros ou Fritórios, Preparação de Conservas de Origem Animal	5%
6.31703	Abate de animais em matadouros ou frigoríficos c/ capacidade p/ (quintenas) cabeças/dia	4%
6.31703	Abate de animais em matadouros ou frigoríficos c/ capacidade p/ (duzentas) cabeças/dia	3%
6.31703	Abate de animais em matadouros ou frigoríficos c/ capacidade abixo de (duzentas) cabeças/dia	2%
6.31704	Preparação de Pescado ou Fabricação de Conservas do Pescado	4%
6.31705	Preparação do Leite ou Fabricação de Prod. Lácteos, Inclusive Cooperativas de Produtos Lácteos	3%
6.31706	Fabricação ou Refinação de Açúcar	3%
6.31707	Fabricação de Balas, Caramelos, Pastilhas, Drogas, Bombons, Chocolates, Gomas Mascas, exclusive Confeitas	2%
6.31708	Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria ou Pastelaria	2%
6.31709	Fabricação de Massas Alimentícias ou Biscoitos	2%
6.31710	Fabricação de especiarias ou Condimentos	3%
6.31711	Fabricação de Picles, Sorvetes e Similares	2%

4 - do ANEXO 6

Valor base em UFIR 22,00

ESTADO DE MATO GROSSO
 Prefeitura Municipal de Barra do Garças
 ANEXO VI
 PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
 LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO



Cam. Mun. B. Garças
 Fis. 158
 Ass. 91



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Valor base em UFIR **22,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -	%
6.31712	Fabricação de Águas ou Gorduras Comestíveis de Origem Vegetal	2%
6.31713	Fabricação de Polvilhos, Farinhas ou Pipocas	2%
6.31714	Fabricação de Café ou Mate Solúvel	2%
6.31715	Fabricação de Fermentos ou Leveduras	2%
6.31716	Preparação e Refinação de Sal de Cozinha	2%
6.31717	Preparação de Relações Conservadas, Inclusive Superpastas	2%
6.31718	Fabricação de Alimentos Derivados de Bovinos, Suínos, ovinos, aves, equinos ou Caprinos, exceto Conservas Barbas, gorduras ou óleos	2%
6.31719	Torrificação e Moagem de Café	4%
6.31720	Molhos de Trigo e Milho	2%
6.31721	Beneficiamento e Fabricação de Produtos Derivados do Milho	2%
6.31722	Cooperativas de Fabricação de Produtos Lácteos	2%
6.31723	Extração do óleo de Soja Bruto e Degradado	2%
6.31724	Não classificados neste	2%
6.31799	Não especificados	2%
6.31800 INDÚSTRIA DE BEBIDAS, ALCOL ETÍLICO E VINAGRE - % do valor base X M² de construção.		
6.31801	Fabricação de Vinhos	2%
6.31802	Fabricação de Aguardentes, Licorcs ou outras Bebidas Alcoólicas	2%
6.31803	Fabricação de Cervejas, Chopes ou Maltres	2%
6.31804	Fabricação de Bebidas não Alcoólicas, Inclusive enriquecimento e Gaseificação de Águas Minerais	2%
6.31805	Destilação de Álcool etílico	2%
6.31806	Fabricação de Vinagre	2%
6.31807	Aperfeiçoamento de Álcool, Vinagre ou seus Derivados	2%
6.31808	Destilação de álcool cereais	2%
6.31809	Não classificados neste	2%
6.31899	Não especificados	2%
6.31900 INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA - % do valor base X M² de construção.		
6.31901	edição, Impressão, Publicação de Jornais, Revistas, Livros, Manuais e outros	2%
6.31902	Impressão de Material escolar para uses Industriais, Comerciais ou Para Propaganda	2%
6.31903	Execução dos Serviços Gráficos: Impressão de jornais, outros Periódicos, Impressão tipográfica/Off-Set em qualquer material	2%
6.31904	Impressão em litótipo	2%
6.31905	Não classificados neste	2%
6.31999	Não especificados	2%
6.32000 INDÚSTRIA DO FUMO - % do valor base X M² de construção		
6.32001	Preparação do Fumo	2%
6.32002	Fabricação de Cigarros ou Fumos Destinados	2%
6.32003	Fabricação de Charutos ou Cigarilhas	2%
6.32004	Não classificados neste	2%
6.32099	Não Especificados	2%
6.32100 INDÚSTRIAS DIVERSAS - % do valor base X M² de construção.		
6.32101	Fabricação de Rações Balanceadas ou Alimentos para Animais, inclusive Farinhas de Carne, Sangue, ossos ou Peles	2%
6.32102	Fabricação de Instrumentos, Utensílios ou Aparelhos não Elétricos p/ uso Técnico, Profissional, Exclusivo Médico, Odontológico e Laboratório.	2%
6.32103	Fabricação de Aparelhos, Instrumentos, Utensílios ou Materiais para uso Médico, Odontológico ou em Laboratórios	2%
6.32104	Fabricação de Aparelhos, Instrumentos ou Materiais Fotográficos, Alcos ou Cinematográficos	2%
6.32105	Lapidagem de Pedras Preciosas e Sempreciosas ou Fabricação de Artigos de Ourivesaria ou Joalheria	2%
6.32106	Fabricação de Bijuterias	2%
6.32107	Fabricação de Instrumentos Musicais, de Gravação de Magnetiz ou Reprodução	2%
6.32108	Fabricação de Escovas, Brossas, Pincéis, Vassouras ou Artigos Similares	2%
6.32109	Fabricação de Brinquedos	2%
6.32110	Fabricação de Artigos de Capa, Pisos, Desporto ou Jogos Recreativos Inclusive Armas de Fogo e Munições	2%
6.32111	Construção Civil em Geral	2%
6.32112	Fabricação de Cerâmicas	2%
6.32113	Fabricação de Bolhas, Flores ou outros Artífatos de Colinas	2%
6.32114	Fabricação de Pernos ou Artífatos de Plásticos ou Pelos	2%
6.32115	Fabricação de Lâmpadas ou Aparelhos Lumínicos	2%
6.32116	Fabricação de Bacias ou Divisórias	2%
6.32117	Fabricação de Flores Artíficas	2%
6.32118	Fabricação de arfetes escolares, giz, quadro negro, globo geográfico, figuras geométricas	2%
6.32119	Agricultura - Produção de mel e cera	2%



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Valor base em UFIR **22,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -	%
6.32120	Fabricação de Telas, não associadas a produção de molduras para quadros	2%
6.32121	Peixes ornamentais para exportação	2%
6.32122	Não classificados neste	2%
6.32199	Não Especificados	2%
6.32200	INDÚSTRIA DE UTILIDADE PÚBLICA - % do valor base X M² de construção.	
6.32201	Geração e Distribuição de Energia Elétrica	2%
6.32202	Abastecimento de água e esgotamento sanitário	2%
6.32203	Não classificados neste	2%
6.32299	Não Especificados	2%
6.40000	COMÉRCIO ATACADISTA - Até o limite de 1.250 M² de área construída	
6.40100	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA.	
6.40101	Açúcar	5%
6.40112	Cereais em Geral, inclusive Beneficiamento Próprio e Empacotamentos	5%
6.40114	Cebola, Alho, Cravo e outras Especiarias ou Condimentos	5%
6.40117	Carnes e Derivados, Exclusivo Peixes	5%
6.40118	Peixes frescos, salgados ou em conservas	5%
6.40119	Forragens e produtos alimentícios para animais	5%
6.40120	Leite e produtos lácteos	5%
6.40121	Frutas, verduras e ovos	5%
6.40123	Produtos para sorvetarias	5%
6.40124	Cooperativas de laticínios	5%
6.40126	Balas, caramelos, pastilhas, drops, bombons, chocolates, gomas de mascar ou doces e semelhantes	5%
6.40128	Compra e venda de gado em pé	5%
6.40129	Produtos alimentícios em geral	5%
6.40130	Frangos vivos ou abatidos	5%
6.40131	Não classificados neste	5%
6.40199	Não especificados	5%
6.40200	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EXTRATIVOS DE ORIGEM MINERAL EM BRUTO - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA	
6.40201	Minerais metálicos e seus concentrados	5%
6.40202	Minerais não metálicos	5%
6.40203	Minerais preciosos e semipreciosos	5%
6.40204	Sal grosso e refinado	5%
6.40205	Não classificados neste	5%
6.40299	Não especificados	5%
6.40300	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EXTRATIVOS DE ORIGEM VEGETAL - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA	
6.40301	Cera de carnaúba	5%
6.40302	Borrachas naturais e gomas vegetais	5%
6.40303	Carvão vegetal	5%
6.40304	Madeiras em tora	5%
6.40305	Madeiras serradas	5%
6.40306	Cascas de frutas cítricas e de melões	5%
6.40307	Sementes e frutas oleaginosas	5%
6.40308	Não classificados neste	5%
6.40399	Não especificados	5%
6.40400	COMÉRCIO ATACADISTA DE FERRAGENS, PRODUTOS METALÚRGICOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA	
6.40401	Ferragens em geral	5%
6.40402	Produtos metalúrgicos em geral	5%
6.40403	Materiais para construção em geral	5%
6.40404	Madeiras e artefatos de madeira para construção	5%
6.40405	Artigos cerâmicos e outros artefatos de minerais não metálicos para construção	5%
6.40406	Artigos sanitários	5%
6.40407	Cal virgem	5%
6.40408	Cimento e artefato de cimento	5%
6.40409	Chapas, laíhas, tubos ou caixas de fibrocimento	5%
6.40410	Tintas, esmaltes, vernizes, impermeabilizantes, solventes ousecantes	5%



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Valor base em UFIR **22,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -	%
6.40411	Canos, tubos e conexões	5%
6.40412	Não classificados neste	5%
6.40499	Não especificados	5%
6.40500 COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E AGRÍCOLAS		
% DO VALOR BASE X M ² DE ÁREA UTILIZADA		
6.40501	Máquinas e implementos para agricultura e indústria rural	5%
6.40502	Máquinas e equipamentos para indústrias de construção civil, mineração e madeira	5%
6.40503	Máquinas e equipamentos para indústrias alimentícias em geral	5%
6.40504	Máquinas e equipamentos para indústrias de celulose, gráfica e do papel e papelão	5%
6.40505	Máquinas e equipamentos para indústrias têxteis	5%
6.40506	Máquinas e aparelhos para indústria de derivados de couro	5%
6.40507	Máquinas e aparelhos para escritório	5%
6.40508	Soldas e ânodos	5%
6.40509	Cadeados, chaves, fechaduras, dobradiças, ferrolhos, parafusos, porcas, arruelas, pregos, arretes e similares	5%
6.40510	Balanças e acessórios	5%
6.40511	Não classificados neste	5%
6.40599	Não especificados	5%
6.40600 COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS		
% DO VALOR BASE X M ² DE ÁREA UTILIZADA		
6.40601	Aparelhos elétricos de uso doméstico em geral	5%
6.40602	Aparelhos e materiais elétricos para veículos	5%
6.40603	Aparelhos e materiais de comunicação em geral	5%
6.40604	Aparelhos e materiais elétricos-eletrônicos para uso em geral	5%
6.40605	Aparelhos e utensílios elétricos para fins industriais	5%
6.40606	Materiais e aparelhos elétricos em geral	5%
6.40607	Aparelhos e equipamentos elétricos p/ fins terapêuticos, eletroquímicos, laboratoriais, hospitalares ou outros usos técnicos.	5%
6.40608	Não classificados neste	5%
6.40699	Não especificados	5%
6.40700 COMÉRCIO ATACADISTA DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA		
6.40701	Veículos a motor	5%
6.40702	Peças e acessórios para veículos a motor	5%
6.40703	Bicicletas e triciclos, inclusive peças e acessórios	5%
6.40704	Biciclos e triciclos motorizados	5%
6.40705	Não classificados neste	5%
6.40799	Não especificados	5%
6.40800 COMÉRCIO ATACADISTA DE IMÓVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA E TAPEÇARIA EM GERAL		
% DO VALOR BASE X M ² DE ÁREA UTILIZADA		
6.40801	Móveis em geral	5%
6.40802	Artigos de colchoaria e tapeçaria em geral	5%
6.40803	Espuma, plástico, nylon ou látex	5%
6.40804	Não classificados neste	5%
6.40899	Não especificados	5%
6.40900 COMÉRCIO ATACADISTA DE PAPEL E PAPELÃO - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA		
6.40901	Papel, papelão e cartolina	5%
6.40902	Celulose	5%
6.40903	Artigos para escritório, livreria e papeleria	5%
6.40904	Embalagens de papel e/ou papelão	5%
6.40905	Jornais, revistas, livros, manuais e outros periódicos	5%
6.40906	Não classificados neste	5%
6.40999	Não especificados	5%
6.41000 COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÊUTICOS E ARTIGOS DE PERFUMARIA		
% DO VALOR BASE X M ² DE ÁREA UTILIZADA		
6.41001	Produtos químicos em geral	5%
6.41002	Álcool	5%
6.41003	Adubos químicos	5%
6.41004	Sabão, desinfetante, inclusive preparados para limpeza e polimento, detergentes, glicerina e outros similares	5%



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -	Valor base em UFIR	22,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -	%	
6.41005	Preparados farmacêuticos, vacinas, produtos veterinários e da flora medicinal	5%	
6.41006	Artigos dentários, porcelanas, massas, dentes artificiais ou preparados para uso em gabinetes dentários	5%	
6.41007	Artigos de perfumaria e toucador	5%	
6.41008	Materiais e objetos para uso médico, odontológico, veterinário ou hospitalar	5%	
6.41009	Pólvora, explosivos, detonantes, munição, fósforo de segurança e art pirotécnicos	5%	
6.41010	Adubos, fertilizantes e corretivos de solo	5%	
6.41011	Não classificados neste	5%	
6.41099	Não especificados	5%	
6.41100 COMÉRCIO ATACADISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DE ORIGEM VEGETAL E MINERAL			
% DO VALOR BASE X M ² DE ÁREA UTILIZADA			
6.41101	Combustíveis e lubrificantes de origem vegetal	5%	
6.41102	Combustíveis e lubrificantes de origem mineral	5%	
6.41103	Não classificados neste	5%	
6.41199	Não especificados	5%	
6.41200 COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS, ARTEFATOS E FIOS TÊXTEIS - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA			
6.41201	Tecidos	5%	
6.41202	Artefatos de tecidos	5%	
6.41203	Fios têxteis	5%	
6.41204	Artigos de cama, mesa e/ou banho	5%	
6.41205	Não classificados neste	5%	
6.41299	Não especificados	5%	
6.41300 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, DE ARMARINHO E CALÇADOS			
% DO VALOR BASE X M ² DE ÁREA UTILIZADA			
6.41301	Roupas em geral	5%	
6.41302	Calçados em geral	5%	
6.41303	Acessórios do vestuário: guarda-chuva, lenço, echarpe, gravata, cinto, bolsa, malas e valises	5%	
6.41304	Artigos de armarinhos em geral	5%	
6.41305	Não classificados neste	5%	
6.41399	Não especificados	5%	
6.41400 COMÉRCIO ATACADISTA DE BEBIDAS E FUMO - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA			
6.41401	Aguardente	5%	
6.41402	Cervejas e chopes	5%	
6.41403	Outras bebidas alcoólicas	5%	
6.41404	Águas minerais, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas	5%	
6.41405	Cigarros, fumos e artigos de tabacaria	5%	
6.41406	Distribuidora de bebidas (cervejas, refrigerantes, etc)	5%	
6.41407	Não classificados neste	5%	
6.41499	Não especificada	5%	
6.41500 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS USADOS PARA RECUPERAÇÃO INDUSTRIAL - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA			
6.41501	Sucata de metais	5%	
6.41502	Papéis usados e aparas de papel	5%	
6.41503	Cacos de vidros	5%	
6.41504	Não classificados neste	5%	
6.41599	Não especificados	5%	
6.41600 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DIVERSOS - % DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA - Até o limite de 500 m² de área construída			
6.41601	Couros e peles preparadas e aviamentos para sapateiros	5%	
6.41602	Artigos de joalheria e relojoaria	5%	
6.41603	Artigos de óticas, material fotográfico e cinematográfico	5%	
6.41604	Brinquedos, artigos desportivos e de recreação	5%	
6.41605	Secos e molhados em geral	5%	
6.41606	Louças, cristais, porcelanas ou artigos de copa e cozinha	5%	
6.41607	Produtos agropecuários em geral	5%	
6.41608	Sementes e mudas	5%	
6.41609	Sanarias em geral	5%	
6.41610	Gás liquefeito de petróleo, recipientes para gás e similares	5%	



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

		Valor base em UFIR	22,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -		%
6.41611	Artigos importados		5%
6.41612	Empresas comerciais exportadoras - TRADING COMPANIES		5%
6.41613	Cooperativas de produtores		5%
6.41614	Atalhas, entidades atalhas e similares		5%
6.41615	Outras cooperativas, excetuando as de latúncios e de produtores		5%
6.41616	Materiais ou produtos para uso na agricultura, avicultura, piscicultura e apicultura		5%
6.41617	Vidros em geral para uso diverso		5%
6.41618	Vasilhames em geral		5%
6.41619	Artigos e artefatos de alumínio		5%
6.41620	Borracha, artefatos de borrachas, couros, sapatos, artigos de acetato ou correata		5%
6.41621	Bijuterias em geral		5%
6.41622	Artigos financeiros		5%
6.41623	Artigos para festa em geral		5%
6.41624	Discos e fitas em geral		5%
6.41625	Artigos para decoração		5%
6.41626	Ossos		5%
6.41627	Corças e manufaturas de corças		5%
6.41628	Materiais de cerâmica		5%
6.41629	Brdes: folhetins, cartões de natal e outros, calendários, comissões, chaveiros, etc		5%
6.41630	Não classificadas neste		5%
6.41699	Não especificadas		5%
6.50000 COMÉRCIO VAREJISTA			
6.50100 COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - % DO VALOR BASE X Nº DE ÁREA UTILIZADA			
6.50101	Supermercados		6%
6.50102	Armazéns de secos e molhados		6%
6.50103-1	Cooperativas de consumo		6%
6.50103-2	Cooperativas de produção		6%
6.50103-3	Cooperativas de beneficiamento		6%
6.50103-4	Cooperativas de industrialização		6%
6.50103-5	Cooperativas de comercialização		6%
6.50103-6	Cooperativas		6%
6.50104	Carnes e derivados de aves, peixes ou de outros animais (casas de carne)		6%
6.50105	Carnes e derivados de aves, peixes ou de outros animais, associados a outros gêneros alimentícios		6%
6.50106	Confeitarias, docerias e padarias		6%
6.50107	Cafés, bares, botecoquês, casas de lanches e sorveterias		6%
6.50108	Choperias, cervejarias, vanguardias ou boates		6%
6.50109	Restaurantes, pizzarias, churrascarias e similares		6%
6.50110	Buffet (com fornecimento de mercadorias)		6%
6.50111	Cantinas (uso interno do estabelecimento)		6%
6.50112	Bomboniere		6%
6.50113	Hortifrut-groçaria, frutarias		6%
6.50114	Leite e produtos lácteos		6%
6.50115	Bebidas frias (para consumo fora do estabelecimento)		6%
6.50116	Preparados para sorveterias, panificadoras, confeitarias ou restaurantes		6%
6.50120	Franques vivos ou estufados		6%
6.50122	Comércio varejista de água mineral		6%
6.50133	Mercadorias e mercadorias		6%
6.50199	Não especificadas		6%
6.50200 COMÉRCIO VAREJISTA DO VESTUÁRIO, OBJETOS E ARTIGOS PARA USO DIVERSOS			
6.50201	Tecidos e artefatos de tecidos		6%
6.50202	Roupas feitas e confecções em geral		6%
6.50204	Artigos de armário, bazar e misteças em geral, inclusive artigos religiosos		6%
6.50206	Alfombrarias com venda de mercadorias		6%
6.50207	Boutiques		6%
6.50210	Bijuterias: brincos, anéis, e demais artigos de joalheria		6%
6.50211	Joaalheria e relojoaria		6%
6.50212	Artigos de óculos		6%
6.50215	Roupas e artigos infantis		6%
6.50216	Não classificadas neste		6%
6.50299	Não especificadas neste		6%



ESTADO DE MATO GROSSO
 Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Valor base em UFIR 22,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	%
6.50300 COMÉRCIO VAREJISTA DO MOBILIÁRIO, APARELHOS, OBJETOS E ARTIGOS PARA O USO DOMÉSTICO		
% DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA		
6.50302	Móveis em geral	6%
6.50303	Móveis e aparelhos eletrodomésticos	6%
6.50304	Móveis eletrodomésticos, aparelhos e máquinas usadas (prego)	6%
6.50305	Artigos e utensílios domésticos	6%
6.50306	Artigos de colchoaria	6%
6.50307	Peças e acessórios para aparelhos eletrodomésticos	6%
6.50308	Artigos de tapacaria, tapetes, passadeiras, cortinas e outros artigos similares, inclusive persianas e acessórios	6%
6.50309	Artigos e artefatos de alumínio	6%
6.50310	Objetos de arte, objetos para coleções, antiguidades e objetos do artesanato	6%
6.50311	Plantas e flores naturais (sem acondicionamento)	6%
6.50312	Plantas e flores naturais (com acondicionamento)	6%
6.50313	Plantas e flores artificiais	6%
6.50314	Artigos de plásticos e espumas	6%
6.50315	Luças, cristais, porcelanas e artigos finos para presentes	6%
6.50316	Artigos para decoração	6%
6.50317	Módules: sanitas, armários, cozinhas, etc	6%
6.50318	Toldos de lona, coberturas, garagens pré-fabricadas e similares	6%
6.50319	Artigos injetados (impermeáveis)	6%
6.50320	Móveis tubulares	6%
6.50399	Não especificados	6%
6.50400 COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PARA O COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
6.50401	Móveis, máquinas e equipamentos para escritório	6%
6.50402	Máquinas e equipamentos em geral, inclusive peças e acessórios	6%
6.50403	Balanças e acessórios	6%
6.50404	Refrigeração: câmaras e helados frigoríficos, aquecedores solares, ar condicionado, inclusive peças e acessórios	6%
6.50405	Transformadores, estabilizadores, motores elétricos, grupos geradores, inclusive peças e acessórios	6%
6.50406	Equipamentos para piscina, sauna e para purificação e tratamento de água	6%
6.50407	Ferramentas para oficina em geral	6%
6.50408	Ferro velho em geral	6%
6.50409	Aparelhos e material médico, hospitalar, cirúrgico, odontológico ou veterinário	6%
6.50410	Aparelhos de precisão para engenharia e topografia	6%
6.50411	Aparelhos e material fotográfico, inclusive filmes	6%
6.50412	Aparelhos e objetos ortopédicos	6%
6.50413	Lâmpadas e acessórios luminosos	6%
6.50414	Elevarios, guindastes, guinchos e similares	6%
6.50415	Rádios transmissores e equip p/ rádios, transmissores e equipamentos p/ rádios	6%
6.50417	Moto-serras, inclusive peças e acessórios	6%
6.50418	Compressores e perfuradoras	6%
6.50419	Equipamentos e materiais de combate à incêndio	6%
6.50420	Equipamentos, objetos e materiais para comunicação	6%
6.50421	Perfidos e esquadrias metálicas	6%
6.50422	Alarões ou outros dispositivos de segurança	6%
6.50423	Máquinas e equipamentos eletrônicos, inclusive peças e acessórios p/ computadores e suprimentos.	6%
6.50424	Soldas e eletrodos	6%
6.50425	Bombas d'água	6%
6.50426	Drogas, peças e acessórios para mineração	6%
6.50427	Não classificados nestes	6%
6.50498	Não especificados	6%
6.50500 COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÉUTICOS E MEDICINAIS		
% DO VALOR BASE X M² DE ÁREA UTILIZADA		
6.50501	Farmacias	6%
6.50502	Perfumaria, artigos de tocador e cosméticos	6%
6.50503	Material e produtos para higiene e limpeza	6%
6.50504	Produtos químicos e farmacêuticos em geral	6%
6.50505	Farmacias homeopáticas	6%
6.50506	Drogarias	6%



ESTADO DE MATO GROSSO
 Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

		Valor base em UFIR	22,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		%
6.50599	Não especificados		5%
6.50600	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS PARA RECREAÇÃO E DESPORTOS - % DO VALOR BASE X Nº DE ÁREA UTILIZADA		
6.50601	Braquetes e artigos recreativos		6%
6.50602	Artigos esportivos, lanchas e trilhas		6%
6.50603	Armas, munições, artigos para caça e pesca em geral		6%
6.50604	Instrumentos musicais, aparelhos para registro, reprodução ou amplificação de som, inclusive peças e acessórios, discos e fitas		6%
6.50605	Diapas e fitas		6%
6.50606	Artigos de camping		6%
6.50607	Fogos de artifícios e artigos pirotécnicos		6%
6.50608	Projetores de imagem, aparelhos e objetos cinematográficos		6%
6.50609	Explosivos, detonantes e similares		6%
6.50610	Artigos mágicos		6%
6.50699	Não especificados		6%
6.50700	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO % DO VALOR BASE X Nº DE ÁREA UTILIZADA		
6.50701	Materiais elétricos		6%
6.50702	Materiais hidráulicos		6%
6.50703	Vídeos em geral		6%
6.50704	Artifícios de gesso		6%
6.50705	Ferragens em geral		6%
6.50706	Aço e ferro para construção		6%
6.50707	Madeira e artefatos de madeira para construção		6%
6.50708	Prod químicos p/ pintura: tintas, vernizes, impermeabilizantes, solventes ou secantes		6%
6.50709	Cimento		6%
6.50710	Pisos e revestimentos		6%
6.50711	Bau para banheiro		6%
6.50712	Lustres		6%
6.50713	Material de construção		6%
6.50714	Artefatos de cimento e amianto		6%
6.50715	Telhos, telhas ou outros artigos de barro cozido, inclusive cerâmicas		6%
6.50716	Materiais cerâmicos		6%
6.50717	Chapas acrílicas ou de poliestireno industrial ou porcelanas, inclusive artefatos		6%
6.50718	Marmoraria		6%
6.50719	Cid		6%
6.50720	Cadeados, chaves, fechadura, dobradiças, ferrolhos, parafusos porcas, arruelas, pregos, arrebites e similares		6%
6.50722	Material básico para construção		6%
6.50799	Não especificados		6%
6.50800	COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS, IMPLEMENTOS, PEÇAS, ACESSÓRIOS E COMBUSTÍVELS - % DO VALOR BASE X Nº DE ÁREA UTILIZADA		
6.50801	Automóveis novos, inclusive peças e acessórios - até o limite de 2.000 m ² de área construída		4%
6.50802	Automóveis usados		6%
6.50803	Peças, acessórios, equipamentos e materiais elétricos para veículos - até o limite de 500 m ² de área construída		6%
6.50805	Tratores e implementos agrícolas - até o limite de 1.200 m ² de área construída		4%
6.50806	Peças e acessórios para tratores e implementos agrícolas		6%
6.50807	Bicicletas motorizadas, inclusive suas peças e acessórios		4%
6.50808	Artifatos de borracha, inclusive pneumáticos e câmaras de ar		6%
6.50810	Embarcações, motores de popa, peças e acessórios		6%
6.50811	Aviões, inclusive equipamentos, peças e acessórios - até o limite de 800 m ² de área construída		4%
6.50812	Combustíveis e lubrificantes - até o limite de 900 m ² de área construída		4%
6.50813	Carrocinhas e veículos automotores militares		6%
6.50814	Borracharia c/ venda pneus novos, usados e câmaras		3%
6.50816	Bicicletas não motorizadas, inclusive peças e acessórios com serviços		4%
6.50820	Não classificadas neste		5%
6.50899	Não classificadas neste		5%
6.50900	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS PARA LAVOURA E PECUÁRIA - % DO VALOR BASE X Nº DE ÁREA UTILIZADA - até o limite de 600 m ² de área construída		
6.50901	Adubos, fertilizantes, corretivos do solo, uramas, produtos veterinários, rações		6%
6.50904	Selarias e artefatos de couro e peles, inclusive similares		6%



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Valor base em UFIR **22,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -	%
6.50006	Secaria em geral	6%
6.50007	Sementes em geral	6%
6.50008	Produtos agropecuários em geral	6%
6.50009	Canoas, tubos e conexões por uso na agricultura	6%
6.50099	Não especificados	6%
6.51000 COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE LIVRARIA, PAPELARIA E PRODUTOS DE ARTE GRÁFICA		
% DO VALOR BASE X Nº DE ÁREA UTILIZADA		
6.51001	Papel, livros em branco e demais materiais de consumo de escritório e escolar	6%
6.51002	Livros, impressos, jornais e revistas	6%
6.51003	Livros e artigos religiosos	6%
6.51004	Não classificados neste	6%
6.51099	Não especificados	6%
6.51100 COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DIVERSOS - % DO VALOR BASE X Nº DE ÁREA UTILIZADA		
6.51101	Tobacaria, fumo e material para fumar	6%
6.51102	Linha (depósito)	6%
6.51103	Comercialização de mel e cera	6%
6.51104	Carnio vegetal	6%
6.51105	Óleo refinado de pebete, recipientes e similares	6%
6.51106	Galinas, piasavos, rapões para piaavos, peles ornamentais e esquilos.	6%
6.51111	Material de cerâmica	6%
6.51112	Ferragem artesanal	6%
6.51114	Embaleiros descartáveis	6%
6.51115	Leites e laticios impregnados	6%
6.51117	Jóias	6%
6.51118	Bebidas em geral para varejo	6%
6.51119	Artesanato em geral	6%
6.51120	Antenas parabólicas	6%
6.51122	Temperos	6%
6.51123	Corrimão, divisórias e decorações	6%
6.51125	Molduras e ferragens para construção	6%
6.51126	Shopping, supermercado, eletrodoméstico, fios, padaria, açougues, brinquedos, roupas feitas, verduras e outros.	6%
6.51128	Não classificados neste	6%
6.51199	Não especificados	6%
6.60000 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - EMPRESA - % DO VALOR BASE X Nº DE ÁREA UTILIZADA		
6.60003	Laboratório de análises, química e eletricidade médica	4%
6.60004	Hospitais, consultórios, ambulatórios, pronto-socorro, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica	4%
6.60010	Despachantes com escritório localizado	4%
6.60013	Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento dados, consultoria financeira/administrativa	4%
6.60014	Dactilografia, estenografia, secretaria e expediente	4%
6.60015	Administração de bens ou negócios, inclusive consultoria ou fundo mútuo para aquisição de bens	4%
6.60016	Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra	4%
6.60019	Execução, por adm, empreitada ou subempitada de construção civil, de obras hidráulicas ou outras obras semelhantes	4%
6.60020	Demolição, conservação e reparação de edifícios, estradas, pontes e congêneres	4%
6.60021	Limpeza, desinfecção e higienização em geral	4%
6.60022	Lustração de bens móveis	4%
6.60023	Saneamento ambiental e congêneres	4%
6.60026	Incinerção de resíduos quaisquer	4%
6.60027	Avaliação de bens	4%
6.60028	Diversões públicas	4%
6.60029	Organização de festas (sem fornecimento de mercadorias)	4%
6.60030	Agência de turismo, passeios e excursões	4%
6.60031	Intermediação de bens móveis	4%
6.60032	Intermediação de bens imóveis	4%
6.60033	Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres	4%
6.60034	Propaganda e publicidade	4%
6.60035	Armações gerais	4%
6.60036	Armações híbridas	4%



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

		Valor base em UFIR	22,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -		%
6.60039	Guarda-móveis		4%
6.60040	Depósitos fechados de empresa		4%
6.60041	Guarda e estacionamento de veículos		4%
6.60042	Hotel Ótimo		4%
6.60042	Hotel bom		3%
6.60042	Hotel Simples		2%
6.60043	Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas e aparelhos e equipamentos		4%
6.60044	Consertos e restauração de quaisquer objetos		4%
6.60045	Serviços de tornos em geral		4%
6.60048	Ensino de qualquer grau ou natureza (estabelecimento sem cantina)		4%
6.60047	Alfaiate, modistas e costureiros		4%
6.60048	Tinturas e lavanderia		4%
6.60049	Instalações e montagens de aparelhos, máquinas e equipamentos		4%
6.60050	Colocação de tapetes e cortinas		4%
6.60051	Estúdios fotográficos/cinematográficos/revelação/ampliação/cópia/reprodução, estúdio e gravação video-tapes p/ televisão; estúdios fotográficos, gravação de sons, ruídos, inclusive dublagem		4%
6.60052	Cópia de documento e outros papéis, plantas e desenhos de qualquer processo não incluído no item anterior		4%
6.60053	Locação de bens móveis		4%
6.60054	Composição gráfica, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia		4%
6.60056	Florestamento e reflorestamento		4%
6.60057	Paisagismo e decoração		4%
6.60058	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, seguros ou quaisquer outros títulos		4%
6.60059	Encadernamento de livros e revistas		4%
6.60060	Aerofotogrametria		4%
6.60061	Cobrança, inclusive de direitos autorais		4%
6.60062	Distribuição de filmes cinematográficos e video-tapes		4%
6.60063	Distribuição/ vendas de bilhetes de loterias agentes da loteria, agentes da loteria esportiva/oto		4%
6.60065	Escritório de empresas		4%
6.60066	Jogos eletrônicos		4%
6.60067	Serviços funerários		4%
6.60068	Pesquisas agropecuárias		4%
6.60069	Pesquisas minerais		4%
6.60070	Expurgo e imunização de cereais		4%
6.60071	Beneficiamento de cereais, exclusivamente para terceiros		4%
6.60072	Secagem de cereais, exclusivamente para terceiros		4%
6.60073	Representação comercial (escritório)		4%
6.60074	Aluguel de roupas para terceiros		4%
6.60075	Associação de bairros		4%
6.60076	Canteiro de obras de construção civil		4%
6.60092	Borracharia - autônomo		4%
6.60094	Ouriversaria - autônomo		4%
6.60099	Serralheria		4%
6.60104	Fundação beneficente		4%
6.60105	Instituição financeira (bancos, caixas econômicas)		4%
6.60106	Clube de futebol		4%
6.60108	Rádio-táxi		4%
6.60110	Pulverização de lavoura		4%
6.60111	Promoção artística		4%
6.60113	Chaveiro (empresa)		4%
6.60115	Templo religioso		4%
6.60116	Lanches hot-dog		4%
6.60118	Buffet		4%
6.60119	Hangar		4%
6.60123	Engraxataria		4%
6.60125	Artesanato		4%
6.60126	Bicicletaria (peças, consertos e acessórios)		4%
6.60128	Sindicatos e associações profissionais		4%
6.60129	Recuperação, manutenção e conservação de motores elétricos e congêneres		4%
6.60130	Box - Salgados		4%
6.60131	Box - Horti-fruti-granjeiros		4%
6.60132	Box - Docesiros		4%
6.60133	Box - Raizes		4%



ESTADO DE MATO GROSSO
 Prefeitura Municipal de Barra do Garças
ANEXO VI
PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE
LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

		Valor base em UFIR	22,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		%
6.60134	Box - Calçados em geral		4%
6.60135	Box - Espelhos em geral		4%
6.60136	Box - Roupas em geral		4%
6.60137	Box - Alunhos em geral		4%
6.60138	Box - Cadeiras em geral		4%
6.60139	Box - Camas		4%
6.60140	Laboratório de bombas injetoras		4%
6.60141	Vidrearia		4%
6.60142	Serviços no comércio de gás		4%
6.60143	Bornacharia - só consertos rígidos		4%
6.60144	Dormitório em geral		4%
6.60145	Parafusos em geral		4%
6.60146	Motéis		4%
6.60147	Recuperação, manutenção e conservação da parte elétrica-elétrica de veículos e máquinas		4%
6.60148	Recuperação, manutenção e conservação de rádio e televisão		4%
6.60149	Tapearias		4%
6.60151	Serviços de desdobramento de madeira		4%
6.60152	Cinemas, teatros		4%
6.60153	Salões, dançarinas		4%
6.60154	Circo de qualquer espécie - por temporada de até 15 dias		8%
6.60155	Parque de diversões de qualquer natureza - por temporada de até 15 dias		4%
6.60156	Piperama		4%
6.60157	Escritório de contabilidade		4%
6.60159	Locação de cilindros para gases		4%
6.60160	Serviço de transporte individual de passageiros (empresas de táxi)		4%
6.60163	Consertos de onibus, calçados e congêneres		4%
6.60164	Serviços de limpeza - detalização		4%
6.60165	Recuperação, e conservação de computadores, periféricos		4%
6.60166	Laboratório radiológico		4%
6.60168	Locação, recuperação e manutenção de mesas de jogos - bilhares boliches		4%
6.60171	Reparação, manutenção e conservação de acessórios para veículos e equipamentos		4%
6.60172	Serviços de extração de madeiras		4%
6.60173	Clube recreativo		4%
6.60174	Conserto de arma de fogo		4%
6.60175	Locadoras de fitas de vídeo		4%
6.60176	Clínica médica em geral		4%
6.60177	Serviços de manutenção, recuperação e conservação de equipamentos		4%
6.60178	Construção de Redes elétricas		4%
6.60180	Serviço de Proteção ao Crédito		4%
6.60182	Serviços de Segurança e Transporte de Valores		4%
6.60183	Representante Comercial (Firma Individual)		4%
6.60184	Barbearias		4%
6.60185	Empresas de Vigilância		4%
6.60186	Consultorias		4%
6.60187	Corporação Mercenária		4%
6.60188	Clerias		4%
6.60189	Mitadouro com capacidade acima de 40 abates dia		4%
6.60190	Serviços de reforma, restauração, consertos, tratores, máquinas pesadas e máquinas agrícolas		4%
6.60191	Cerâmicas		4%
6.60192	Cooperativas de Serviços		4%
6.60193	Recondicionamento de pneus - recepagem		4%
6.60194	Serviços de lanternagem e pintura em veículos		4%
6.60195	Serviços de conserto, reforma, lanternagem e conservação de eletrodomésticos e aparelhos elétricos em geral		4%
6.60196	Leilão de animais		4%
6.60197	Venda de passagens rodoviárias		4%
6.60198	Venda de passagens aéreas		4%
6.60200	Não classificadas neste		4%
6.60200	Não especificadas		4%
6.65000 PRESTADORES DE SERVIÇOS - AUTÔNOMOS - % DO VALOR BASE POR ATIVIDADE			
6.65001	Médicos, Dentistas, Veterinários, Agrônomos, Engenheiros, Economistas, Psicólogos e Arquitetos		800%



ESTADO DE MATO GROSSO

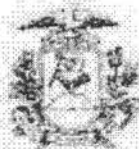
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO VI

PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Cam. Mun. D. Garças
Fls. 169
Ass. 91

		Valor base em UFIR	22,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO -	%	
6.65002	Efermeiro, Protético, Fonoaudiólogos, Projetistas, Calculistas, desenhistas, Contadores, Auditores e técnicos em Geral.	600%	
6.65003	Transportadores autônomos	400%	
6.65004	Outros prestadores de serviços	400%	
6.70000 SERVIÇOS DE TRANSPORTES - % DO VALOR BASE POR ATIVIDADE			
6.70101	Transporte rodoviário de passageiros	6%	
6.70102	Transporte de mudanças - empresa	4%	
6.70102	Transporte de mudanças - autônomo	4%	
6.70103	Transporte de carga em geral - empresa	5%	
6.70103	Transporte de cargas autônomo	4%	
6.70104	Transporte de gado em pé	4%	
6.70105	Transportes Urbano de passageiros	4%	
6.70107	Transportes de combustíveis - empresa	4%	
6.70108	Transportes de alunos	3%	
6.70109	pequenas transportadoras	3%	
6.70110	Serviços de guinchos	3%	
6.70111	Serviços de guindastes	4%	
6.70112	Transportes não especificado	4%	
6.70199	Transportes não classificados neste	4%	
6.70300 TRANSPORTE AÉREO - % DO VALOR BASE POR ATIVIDADE			
6.70301	Transporte aéreo regular e regional	1500%	
6.70302	Transporte aéreo por voos fretados	1500%	
6.70303	Não classificados neste	1500%	
6.70399	Não especificados	1500%	
6.80000 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO - % DO VALOR BASE POR M²			
6.80100	SERVIÇOS POSTAIS E TELEGRÁFICOS	6%	
6.80101	Não classificados neste	6%	
6.80199	Não especificado	6%	
6.80200 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES			
6.80201	Serviços de telefonia, telex, videotexto etc	6%	
6.80202	Não classificados neste	6%	
6.80299	Não especificado	6%	
6.80300 SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO E TELEVISÃO % DO VALOR BASE X M²			
6.80301	Serviços de radiodifusão	6%	
6.80302	Serviços de televisão	6%	
6.80303	Serviços de retransmissora, veiculação de propaganda e locação de horário	6%	
6.80304	Não classificados neste	6%	
6.80399	Não especificados	6%	



ESTADO DE MATO GROSSO
 Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO VI - A

ZONAS FISCAIS DE BARRA DO GARÇAS

1ª ZONA	2ª ZONA	3ª ZONA	4ª ZONA
Beira Rio	Jard Amazônia (BNH)	Jardim Amazônia I	Jardim Nova Barra
Campinas	Santo Antônio	Jardim Amazônia II	Jardim Palmares
Centro	Jardim Araguaia	Anchieta	Jardim Primavera
Cidade Velha	Manoel Camerino	São Sebastião II	Lotº Nova Canaã
Setor Sul I	J. Domingos Mariano	Jardim Moema	Vila Maria Gomes
Setor Sul II	Cristino Cortes	Jardim Pitaluga	Zeca Ribeiro
Setor Sul III	Cohab	Jardim Petropolis	Sena Marques
Setor Sul IV	Recanto das Acácias	Serra Dourada	Vila Varjão
Setor Sul V	São Sebastião	Jardim São João	Loteamento Lacerda
Jardim das Garças	Santa Rosa	Jd Paraiso	Remanescente I
Lotº do Garças	Vila Serrinha	Recanto Kasarão	Remanescente III
São Benedito	União	Morada do Sol	Remanescente VI
Madre Marta	Jd das Mangueiras	Remanescente II	Chácaras São José
Vila Maria Lúcia	João XXIII	Remanescente IV	Sítios de Recreio Aguas Quentes
São João	Piracema	Remanescente V	Balneário Aguas Quentes
BR-070	Floresta	Loteamento Ouro Fino	Parque dos Tubarões
Alto da Boa Vista	Conj. M. Aeronáutica		Curtume Santo Antônio
Vista Alegre			Área (entre Dist. Industrial/N.Barra)
Jardim Cuiabá			Área (entre Frigorífico/Ceregr/V.Varjão)
Bela Vista			Escola Agrícola
Distrito Industrial			Áreas - Frigoríficos/Clube Peixinho
Floresta I			Áreas - Frigobarra/Casemat
Vista Alegre II			Jardim Rodrigues
Drury's			

Os imóveis lindeiros à Avenida Ministro João Alberto em toda sua extensão e da Avenida Gov. Jaime Campos (cont. Av. Min. João Alberto) até o Distrito Industrial (inclusive) pertencem a 1ª Zona Fiscal.

Os imóveis lindeiros à Av. Marechal Rondon (Av. Atilio Fontana) no trecho entre a Ponte do Córrego Monjolo até o cruzamento com a rua B do Jardim Amazônia pertencem a 1ª Zona Fiscal.

Os demais setores, bairros, vilas, chácaras e áreas glebas não identificados nas Zonas Fiscais acima relacionadas pertencem a 4ª Zona Fiscal.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO VII
PARA EFEITO DE COBRANÇA DA TAXA
DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Valor em UFIR POR MÊS OU FRAÇÃO	Valor em UFIR POR ANO FISCAL OU FRAÇÃO
07.01	Publicidade por meio de placas, painéis, faixas cartazes, letreiros ou similares	7,50	8,24
07.01.01	Rebocado por helicóptero, avião ou similar ou em balões por unidade	12,00	144,00
07.01.02	Em veículos, externa ou internamente, por unidade	12,00	144,00
07.01.03	Outras, por metro quadrado ou fração	12,00	144,00
07.02	Publicidade por meio de projeção, por filme, dispositivo ou similar		
07.02.01	Em recinto fechado	12,00	144,00
07.02.02	Em logradouros públicos	12,00	144,00
07.03	Publicidade sonora		
07.03.01	No interior de estabelecimento	12,00	144,00
07.03.02	Em veículo, por unidade	12,00	144,00



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO - VIII / Tabela 01

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES POR TIPO	ALÍQUOTA POR CLASSE			
		Até 75 m ²	De 76 m ² até 120 m ²	De 121 m ² Até 250 m ²	Acima 250 m ²
TABELA 08-01					
08.01	Aprovação de projetos de novas edificações (1)				
08.01.01	Barracão sem divisória	28,55	0,30	70,43	142,79
08.01.02	Residencial unifamiliar	57,10	74,26	140,90	285,62
08.01.03	Comercial e ou Prestação de serviços	71,38	92,81	176,11	357,00
08.01.04	Residencial multifamiliar, industrial e outros tipos	89,21	116,02	220,15	446,25

(1) Aplica-se a classificação sem consideração das edificações correspondentes a outros projetos, existentes ou não no terreno.

A Tabela será aplicada considerando-se a somatória das áreas das edificações, incluindo-se edículas, mesaninos e quaisquer outras edificações auxiliares.

Apurada característica mista das edificações, conforme constante das especificações por tipo, mesmo na condição de edificações em diversos blocos, será aplicado o maior coeficiente encontrado na tabela.

(2) A metragem das edificações servirá, apenas, para enquadramento em "Alíquotas por classe de área", multiplicando-se, somente, a alíquota, já expressa em quantidades de UFIR, pelo valor desta.

(3) Quando além de 500 m², aplicar, também, a quantidade de 30 UFIR para cada 75 m² excedente.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO - VIII Tabela 02

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UFIR
08.02	Ampliação e/ou reforma de prédios, enquadramento na tabela 08.01, para a área acrescida ou ampliada	
08.03	Construção de chaminés e/ou fossas, quando se trata de edificação não residencial, por metro de altura	5,04
08.04	Construção de piscinas: até 100 m2, por m2, mais de 100 m2, por m2 excedente a 100 m2	6,32 18,93
08.05	Instalação de marquise e/ou toldos por m2	1,44
08.06	Construção de andaimes e tapumes no alinhamento das ruas ou no passeio, por metro linear	5,68
08.07	Demolição de edificações, 20% (vinte por cento) do constante na tabela 08-01.	
08.08	Substituição de planta aprovadas e/ou em exame	20,00
08.08.01	sem ampliação de área, idem a 08.07	
08.08.02	com ampliação de área, idem a 08.07, somado ao disposto na tabela 08-01, para a área acrescida.	
08.09	Habite-se de prédios novos, reformados ou ampliados, por m2. até o limite de 50% (cinquenta por cento) da taxa do alvará de construção.	0,57
08.10	Projetos de arruamento, loteamento, chácaras, sítios de recreio ou similares.	
08.10.01	até 10.000 m2	22,72
08.10.02	acima de 10.000 m2, por m2 excedente	0,02
08.11	Modificação de lotes, por m2	1,50
08.12	Outros projetos, não enquadráveis nos itens anteriores, por m2	3,50



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO IX

PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA
USO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM UFIR (*)
09.01	Balcões, barracas, mesas, tabuleiros, quiosques, malas, cestos e semelhantes, por unidade, por dia	16,00
09.02	Bicicleta, triciclos, carroças ou similares, por unidade, por dia	5,00
09.03	Caminhões, ônibus, caminhonetas, automóveis, motocicletas ou quaisquer veículos de tração mecânica, por unidade, por dia	16,00
09.04	Espaço ocupado por circos, parques de diversões, rodeios, touradas e congêneres, por espaço, sendo a utilização deste, sempre considerada de natureza eventual, por dia.	50,00
09.05	Outras ocupações não especificadas por m ² de área ocupada	5,00



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO X

PARA EFEITOS DE COBRANÇA DA TAXA PARA O
EXERCÍCIO DO COMÉRCIO OU ATIVIDADE AMBULANTE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM UFIR
10.01	Produtos hortifrutigranjeiro e outros produtos "in-natura"	60,00
10.02	Produtos artesanais	80,00
10.03	Produtos industrializados	100,00

(*) POR ANO FISCAL



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO XI
PARA EFEITO DE COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UFIR
11.01	Alvarás, inclusive de licença, cada.	8,00
11.02	Atestados por lauda de até 33 linhas ou fração	8,00
11.03	Registro no Cadastro Fiscal da Prefeitura, por imóvel e vez, inclusive alteração	8,00
11.04	Certidões:	
11.04.01	por lauda de até 33 linhas ou fração	8,00
11.04.02	negativa de tributos	8,00
11.05	Carta de "habite-se"	
11.06	Concessões - ato do Prefeito concedendo privilégio ou permissão para exploração de serviço público:	
11.06.01	concessão ou permissão inicial, por ano	27,00
11.06.02	renovação, por ano	15,00
11.06.03	Contratos, por lauda de até 33 linhas ou por fração	2,00
11.06.04	Guias para pagamento de qualquer natureza	1,00
11.06.05	Petições, requerimentos, recursos ou memoriais dirigidos aos órgãos ou autoridades Municipais	5,00
11.06.06	Termos e registros de qualquer natureza feitos em livros ou folha avulsa	8,00
11.06.07	Título de decênio de sepultura, jazigo, carneira, mausoléu ou ossário	100,00
11.06.08	Transferência cancelamento ou alterações diversas de contrato	8,00



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO XII
PARA EFEITOS DA COBRANÇA DE TAXA DE
SERVIÇO DIVERSOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	COEFICIENTE UFIR (%)
12.01	Apreensão de bens, mercadorias e depósito	
12.01.01	de bens abandonados em vias públicas, por unidade	20,00
12.01.02	de veículos automotores, por unidade	50,00
12.01.03	de veículo de tração animal, por unidade	20,00
12.01.04	de bicicleta, por unidade	10,00
12.01.05	de animal cavalari, mular, ou bovino por cabeça	20,00
12.01.06	de caprino, bovino, suíno ou canino por cabeça	10,00
12.01.07	de mercadoria ou objetos de qualquer espécie, por quilo	1,00
12.02	Numeração de prédios, por emplacamento, valor que será acrescido do preço da placa fornecida	1,00
12.03	Autenticação de plantas, por planta autenticada	15,00
12.04	Alinhamento e nivelamento, por metro linear	5,00
12.05	Croquis de locação, por imóvel	20,00
12.06	Extinção de formigueiro, por unidade	20,00
12.07	Matrícula e vacinação de cães por animal	1,50
12.08	Acesso a plataforma de embarque de estação rodoviária por passageiros	0,50
12.09	Cemitério	
12.09.01	Exumação	125,00
12.09.01.01	em sepultura rasa, por 5 anos	50,00
12.09.01.02	em carneira, mausoléu ou jazigo por 5 anos	70,00
12.09.02	Prorrogação de prazo de exumação:	
12.09.02.01	em sepultura rasa até 3 anos após o prazo inicial, por ano	16,00
12.09.02.02	em sepultura rasa após os 3 anos de prazo prorrogado, por ano	14,00
12.09.02.03	em carneira ou jazigos, até 3 anos de prazo inicial, por ano	16,00
12.09.02.04	em carneiras ou jazigos, após 3 anos de prazo prorrogado, por ano	20,00
12.09.03	Perpetuidade:	300,00
12.09.03.01	ossários	15,00
12.09.03.02	sepultura rasa ou carneira, p/ 2 m2	20,00
12.09.04	Exumação:	
12.09.04.01	antes de vencido o prazo regular de decomposição	34,00
12.09.04.02	após o prazo regulamentar de decomposição	24,00
12.09.05	Outras:	
12.09.05.01	entrada de ossada no cemitério	14,00
12.09.05.02	retirada de ossada dentro do cemitério	14,00
12.09.05.03	remoção de ossada dentro do cemitério	14,00
12.09.05.04	permissão para colocação de lápide, de inscrição ou para execução de pequenas obras de embelezamento	0,50
12.09.05.05	permissão para construção de túmulo ou mausoléu	3,50

12.10	Complementos	
12.10.01	além da taxa, no caso dos itens 12.01.05/06, serão cobradas as despesas com alimentação e o tratamento dos animais bem como as de transporte até o depósito.	
12.10.02	Além da taxa, no caso do item 12.09, será cobrado à parte o custo da construção da carneira, mausoléu ou jazigo, de acordo com orçamento organizado pela repartição competente se a obra for executada pela Prefeitura. Será também cobrado à parte o custo da construção do ossário, conforme orçamento prévio da Prefeitura se a obra for executada por esta.	
	Os prazos de inumação (item 12.09.01) não prevalecem quando o interessado houver adquirido a perpetuidade.	



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO XIII

LISTA DE SERVIÇOS

Lista de Serviços de contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com a redação dada pela Lei Complementar (Federal), n.º 56, de 15 de dezembro de 1987.

- 1 - Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultrasonografia, radiologia, tomografia e congêneres;
- 2 - Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres;
- 3 - Bancos de sangue, pele, leite, olhos, sêmen e congêneres;
- 4 - Enfermeiros, obstetras, ortópicos, fonaudiólogos, protéticos (prótese dentária);
- 5 - Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta Lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios inclusive com empresas para assistência a empregados.
- 6 - Planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta Lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas por esta, mediante indicação do beneficiário do plano;
- 7 - Médicos veterinários;
- 8 - Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres;
- 9 - Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais;
- 10 - Barbeiros, cabeleireiros, manicuras, pedicuras, tratamento de pele, depilação e congêneres;
- 11 - Banhos, duchas, saunas, massagens, ginásticas e congêneres;
- 12 - varrição, coleta, remoção e incineração de lixo;
- 13 - limpeza e dragagem de portos, rios e canais;
- 14 - limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins;
- 15 - Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres;
- 16 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- 17 - Incineração de resíduos quaisquer;
- 18 - Limpeza de chaminés;
- 19 - Saneamento ambiental e congêneres;
- 20 - Assistência técnica;
- 21 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa;
- 22 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;
- 23 - Análise, inclusive de sistemas, exames, pesquisas, e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza;
- 24 - Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres;
- 25 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;
- 26 - Tradução e interpretações;
- 27 - Avaliação de Bens;
- 28 - Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres;
- 29 - Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza;
- 30 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia;
- 31 - Execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM);
- 32 - Demolição;
- 33 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM);
- 34 - Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exportação de petróleo e gás natural;
- 35 - Florestamento e reflorestamento;
- 36 - Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

37 - Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICM);

38 - Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias;

39 - Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza;

40 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

41 - Organização de festas e recepção; "buffet" (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICM);

42 - Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios;

43 - Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

44 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdências privadas;

45 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

46 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária;

47 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia ("franchise") e de faturação ("factoring") (excetuam-se os serviços prestados por instituição autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

48 - Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres;

49 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 45, 46 e 48;

50 - Despachantes;

51 - Agentes da propriedade industrial;

52 - Agentes da propriedade artística ou literária;

53 - Leilão.

54 - Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; inspeção de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguros;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

55 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

56 - Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres;

57 - Vigilância ou segurança de pessoas e bens;

58 - Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do município;

59 - Diversões públicas:

a) cinemas, "táxi dancings" e congêneres;

b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;

c) exposições com cobrança de ingresso;

d) bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres inclusive espetáculos que sejam também transmitidos mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio;

e) jogos eletrônicos;

f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;

g) execução de músicas, individualmente ou por conjuntos;

60 - Distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;

61 - Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão);

62 - Gravação e distribuição de filmes e "video-tapes";

63 - Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora;

64 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem;

65 - Produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres;

66 - Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço;

67 - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM);



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

68 - Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM);

69 - Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICM);

70 - Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final;

71 - Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização;

72 - Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado;

73 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;

74 - Montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;

75 - Cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos;

76 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia;

77 - Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;

78 - Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil;

79 - Funerais;

80 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento;

81 - Tinturaria e lavandeira;

82 - Taxidermia;

83 - Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;

84 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação);



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

85 - Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádios e televisão);

86 - Serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou aeroporto; atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços acessórios; movimentação de mercadorias fora do cais;

87 - Advogados;

88 - Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos;

89 - Dentistas;

90 - Economistas;

91 - Psicólogos;

92 - Assistentes sociais;

93 - Relações públicas;

94 - Cobrança e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

95 - Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de Cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordem de pagamentos e de créditos, por qualquer meios; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos e de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com porte de correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação de serviços);

96 - Transporte de natureza estritamente municipal;

97 - Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município;

98 - Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviços);

99 - Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza;

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

VI – a isenção que trata os incisos IV e V do dispositivo acima, só atinge 60% (sessenta por cento) do valor do imposto predial e territorial urbano a pagar, não alcançando as importâncias das taxas, juros e multa de mora que devem ser calculados sobre o total do tributo, e só será concedida se o seu pagamento for efetuado em uma única parcela.

Art. 4º - A letra D, do inciso II do art. 22, passa a ter a seguinte redação:

4ª zona aplica-se a alíquota de 0,2%.

Art. 5º - Altera as zonas fiscais, os bairros Recanto Kasarão, Jardim Petrópolis e Jardim São João pertencentes a 3ª zona passam para a 2ª, e o Sena Marques da 4ª para 3ª zona fiscal; conforme tabela VI – A que acompanha esta Lei.

Art. 6º - O art. 73, “caput”, passa a ter a seguinte redação:

Art. 73 – Os contribuintes subordinados ao lançamento por homologação, dentre eles incluídos os sujeitos ao regime de receita mensal fixada por estimativa, deverão recolher o imposto referente a cada mês, mediante o preenchimento de documento de arrecadação, independentemente de qualquer aviso ou notificação, até o 6º (sexto) dia do mês subsequente ao vencido.

Art. 7º - Altera a redação dos incisos II, III e IV do art. 85 e acrescenta o inciso V:

II – multa de 5 (cinco) vezes o valor do Alvará de Instalação ou Funcionamento vigente podendo chegar até o limite máximo de 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIR, nos casos de não possuir ou negar a apresentar à fiscalização livros, talonários, declarações, faturas, guias de recolhimento e demais elementos do documentário fiscal exigido pela Legislação Tributária Municipal, bem como nos casos em que tais livros e documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos ou quando o contribuinte de qualquer outro modo impedir ou embaraçar a ação fiscal:

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

III – multa de 100% (cem por cento) do valor do serviço devido atualizado no caso de não emissão da nota fiscal, ou sua emissão com erros ou omissões, bem como, com importâncias diversas nas várias vias;

IV – multa de 100% (cem por cento) do valor do serviço devido, atualizado pelo não cumprimento da obrigação de retenção do tributo na fonte, ou seu não recolhimento;

V – multa de 10 (dez) vezes o valor do Alvará para Instalação e ou Funcionamento vigente podendo chegar até o limite máximo de 5.000 (cinco mil) UFIR, nos casos de imprimirem documentos fiscais sem prévia autorização ou em desacordo com a autorização concedida, ficando sujeito a esta multa o contribuinte e também o estabelecimento emissor, bem como, a apreensão da documentação irregular.

Art. 8º - O parágrafo 2º do art. 239 passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo 2º - Salvo quando a autoridade administrativa concluir que a prática da infração configura sonegação, fraude ou conluio ou qualquer outra disposição expressa em contrário a esta lei, a responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 9º - Altera a redação dos incisos I, III e IV do art. 241, revoga o inciso V, remunera o inciso VI para V e dá nova redação:

I – Com multa de valor correspondente a 50 (cinquenta) UFIR, por exercício, até a inscrição voluntária ou de ofício, quaisquer pessoas obrigadas a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura que não o fizer no prazo, forma e condições disciplinadas na Legislação Tributária Municipal;

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

III - com multa de valor correspondente a 100 (cem) UFIR, até a regularização da inscrição, voluntária ou de ofício, quaisquer pessoas obrigadas a inscrição cadastral que deixar de comunicar qualquer ato ou fato que venha modificar os dados da inscrição nos prazos e condições constantes da Legislação Tributária;

IV - com multa de valor equivalente a 2 (duas) vezes o valor do Alvará para Instalação e ou Funcionamento vigente, por exercício, até a regularização da situação voluntária ou de ofício, quaisquer pessoas obrigadas a inscrição cadastral que deixar de comunicar a cessação da atividade no prazo, forma e condições previstas na Legislação Municipal;

V - com multa de valor correspondente a 100 (cem) UFIR, quaisquer pessoas que infringirem dispositivo da Legislação Tributária do Município para os que não tenham sido especificadas nos incisos de I a IV.

Art. 10 - O art. 250 passa a ter a seguinte redação:

Art. 250 - considera-se conluio, o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas, visando qualquer dos efeitos referidos nos artigos anteriores.

Art. 11 - Acrescenta ao art. 286 o parágrafo único com a seguinte redação:

Parágrafo Único - no caso do contribuinte ser notificado antes da lavratura do auto, o prazo para cumprimento da exigência será de 7 (sete) dias consecutivos após a notificação.

Art. 12 - Acrescenta ao art. 331 o inciso IV com a seguinte redação:

IV - A Administração Fazendária fará o uso da notificação antes da lavratura do Auto de Infração, cumprindo o prazo estabelecido de até 30 (trinta) dias e o comparecimento ao órgão como previsto na Parágrafo Único do artigo 286.

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 13 - Dá nova redação ao art. 47 e acrescenta os parágrafos primeiro e segundo:

Art. 47 - Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Finanças o cadastramento, recadastramento e manutenção do Cadastro Técnico Municipal - IPTU e CAE, inclusive o sistema de processamento de dados do CTM.

Parágrafo Primeiro - As alterações cadastrais e novas inclusões serão efetuadas somente sob a responsabilidade dos chefes do IPTU e do CAE;

Parágrafo Segundo - O arquivo do Cadastro Técnico Municipal ficará à disposição de todos os órgãos municipais para consulta, exceto referente à parte financeira.

Art. 14 - Altera o valor para modificação de lote de 1,50 UFIR por m² para 0,15 UFIR - Anexo VIII Tabela 02 - CTM.

Art. 15 - Amplia a listagem de atividades - Anexo VI - CTM, para efeito de cobrança de taxa de licença para Instalação e ou Funcionamento com a finalidade de melhor enquadramento das empresas em geral, profissionais autônomos e liberais, sendo a mesma parte integrante desta Lei.

Art. 16 - O Art. 134 passa a Ter a seguinte redação:

Art. 134 - A taxa será paga por ocasião da outorga da licença e nos casos de renovação anual conforme Calendário Fiscal do Município.

Art. 17 - Altera os Incisos II e IV, e acrescenta o parágrafo único do art. 64, com as seguintes redações:

Inciso II - Projetos e execuções de obras de engenharia Civil - arquitetura, paisagismo, decoração, parcelamento urbano, sistema viário, rodoviário, aeroviário, ferroviário, estradas, barragens, bueiros, terraplanagem, sinalização

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

horizontal e vertical, hidráulica, elétrica, plano diretor, zoneamento urbano, irrigação, estruturas metálicas e de concreto, pavimentação asfáltica e edificação.

Inciso IV – Outras prestações de serviços exceto os constantes do Inciso II – , ressaltando aquelas não exercidas por profissional de nível superior – 3% (três por cento).

Parágrafo Único – Em entendimento ao Inciso III, considera-se como prestador do referido serviço toda e qualquer espécie de transporte, sem exceção.

Art. 18 - Altera a redação do título da Seção IV e do Art. 111, renumera o Parágrafo Único para Parágrafo Primeiro e acrescenta os parágrafos segundo e terceiro, na seguinte forma:

Seção IV

Da Taxa de Licença para Instalação e ou Funcionamento

Art. 111 – A Taxa de Licença para Instalação e ou Funcionamento é devida pela vigilância ou fiscalização do Poder Público, a que se submete qualquer contribuinte, quanto às normas relativas ao ordenamento de atividades, localização, higiene, saúde, segurança, ordem ou tranqüilidade públicas, em razão da Instalação e ou Funcionamento de quaisquer atividades dentro do território do Município.

Parágrafo Segundo – Considera-se como Taxa de Licença para Instalação aquela referente à licença inicial das atividades do contribuinte.

Parágrafo Terceiro – Considera-se como Taxa de Licença para Funcionamento as taxas referentes aos anos subsequentes à licença inicial das atividades do contribuinte.

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 19 - O Art. 116 e seus Incisos passam a ter a seguinte redação:

Art. 116 - O lançamento será anual e a arrecadação efetuada na seguinte forma:

I - A Taxa de Licença para Instalação será no ato da concessão da Licença de Instalação ou início da atividade;

II - A Taxa de Licença para Funcionamento será anual e efetuada conforme Calendário Fiscal do Município.

Art. 20 - O Art. 117 passa a ter a seguinte redação:

Art. 117 - Será exigida a renovação da licença e pagamento das taxas respectivas conforme critérios previstos na Tabela do Anexo VI para a atividade, quando ocorrerem quaisquer das seguintes alterações.

Art. 21 - O Art. 118 passa a ter a seguinte redação:

Art. 118 - Proporcionalidade das taxas devida e restituição.

Art. 22 - O Art. 150 passa a ter a seguinte redação:

Art. 150 - A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando o contribuinte, nos anos subsequentes, sujeito à sua renovação, pagando em cada exercício a respectiva taxa, com base nos critérios fixados na Tabela do Anexo IX para Instalação ou início da atividade, ocorrendo a Obrigação Tributária principal conforme Calendário Fiscal do Município.

Art. 23 - Suprimido

Art. 24 - O Art. 283 passa a ter a seguinte redação:

Art. 283 - O Auto de Infração, lavrado pelo servidor competente, devidamente automatizado, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter:

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 25 – Altera a redação do Art. 287 e acrescenta o Inciso IV, como segue:

Art. 287 – O Auto de Infração será lavrado em 04 (quatro) vias, cuja destinação é a seguinte:

IV – A Quarta será encaminhada ao Setor de Fiscalização para arquivamento físico.

Art. 26 – Ficam mantidos os demais artigos, incisos, parágrafos, anexos e tabelas do Código Tributário Municipal – CTM que não foram citados nesta lei.

Art. 27 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Barra do Garças, 18 de dezembro de 1998

Wanderlei Farias Santos
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Lei Complementar nº 7 de de de de

Projeto de Lei Complementar do Poder Executivo Municipal

“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 045 de 15 de dezembro de 1997 que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”.

Art. 1º - Inclusão da alíquota de 5% (cinco por cento) no art. 64 inciso II, onde a mesma na Lei anterior estava omissa.

Art. 2º - Dá nova redação ao art. 35 inciso I alínea “a”:

“5% (cinco por cento) por exercício do valor do imposto e taxas aos que recolherem o tributo após o prazo regulamentado no calendário fiscal.”

Art. 3º - Altera o valor e dá nova redação à tabela do anexo VII para a cobrança da taxa de licença para publicidade:

“Código 07.01 – Publicidade por meio de placas, painéis, cartazes, letreiros, outdoors – por metro quadrado.

Por mês/fração

1,50 UFIR

por ano/fração

18,00 UFIR

“Código 07.01.03 - outros por m2 (com dimensões inferiores a 5 m2) :

por mês/fração

2,00 UFIR

ano fiscal/fração.”

24,00 UFIR

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2000, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Barra do Garças, ____ de ____ de ____

Wanderlei Farias Santos
Prefeito Municipal

Handwritten notes:
... lamento, 30,00
... no Párago e
... 29/10/2000



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Cam. Mun. B. Garças
Fls. 195
Ass. 10/12/97

191

LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2000.
Projeto de Lei Complementar nº 003/2000 do Poder Executivo Municipal.

"Altera a Lei Complementar nº 045, de 15/12/97, que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Dr. WANDERLEI FARIAS SANTOS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Os valores expressos em UFIR (Unidade Fiscal de Referência), constantes da Lei Complementar nº 045/97, ficam convertidos em Reais mediante a sua simples multiplicação por R\$ 1,0641 (um real e seiscentos e quarenta e um décimos de milésimos) e serão reajustados, anualmente, a partir do dia 1º de janeiro de 2001, pela aplicação do INPC/FIBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

Parágrafo Único – Independente do reajuste anual a que se refere o "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a atualizar os valores da Lei Complementar nº 045/97 sempre que o INPC/FIBGE acumulado, em cada exercício corrente, for igual ou superior a 5% (cinco por cento).

Art. 2º - O Parágrafo Primeiro, do artigo 32, da Lei Complementar nº 045, de 15/12/1997, passa a ter a seguinte redação:



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Cam. Mun. Barra do Garças	CAS-MT
Fls. 196	
Ass. [assinatura]	

192

“§ 1º - O recolhimento do IPTU, quando efetuado em uma única parcela até a data do vencimento fixado no Calendário Fiscal do Município, poderá ser objeto de desconto estipulado pelo Poder Executivo que, para tanto, considerará, dentre outros parâmetros, a inflação monetária projetada para o respectivo exercício e o rendimento médio das aplicações financeiras no mercado local.”

Art. 3º - Fica modificado o artigo 64, da Lei Complementar nº 045, de 15/12/1997, pela alteração do seu inciso IV e inclusão do inciso VI, na forma que se segue:

“Art. 64 -

I -

II -

III -

IV – outras prestações de serviços por empresas, exceto as constantes dos incisos III e V deste artigo: 3% (três por cento);

V -

VI – prestação de serviço individual por profissional autônomo:

a) de nível superior: R\$ 50,00/mês (cinquenta reais por mês);

b) de nível médio: R\$ 30,00/mês (trinta reais por mês); e,

c) de nível elementar: R\$ 10,00/mês (dez reais por mês).

Parágrafo Único -

Art. 4º - No artigo 219, da Lei Complementar nº 045, de 15/12/1997, fica incluído o Parágrafo Segundo, com a redação que se segue, renumerando-se para Parágrafo Primeiro o Parágrafo Único dele constante.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Cam. Mun. Barra do Garças - MT
Fls. 193
Ass. [assinatura]

193

§ 2º - Mediante convênio a ser submetido à aprovação da Câmara Municipal, poderá o Poder Executivo, nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 5172/66 – Código Tributário Nacional – delegar competência para arrecadar tributos municipais à concessionárias de serviços públicos, públicas ou privadas, sediadas ou com representação permanente no Município de Barra do Garças."

Art. 5º - A partir de 1º de janeiro de 2001, a atualização monetária dos créditos de qualquer natureza do Município de Barra do Garças, a que se refere o artigo 221, da Lei Complementar nº 045/97, será efetuada com base na variação do INPC/FIBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou de índice que vier a substituí-lo.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 11 de dezembro de 2000.

DR. WANDERLEI FARIAS SANTOS
Prefeito Municipal

*Esta Lei Complementar foi
publicada em 11 de dezembro de 2000
no Diário Oficial do Município de Barra do Garças - MT*

84
000



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Cam. Mun. B. Garças
Fls. 198
Ass. [Signature]

193

“§ 2º - Mediante convênio a ser submetido à aprovação da Câmara Municipal, poderá o Poder Executivo, nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 5172/66 – Código Tributário Nacional – delegar competência para arrecadar tributos municipais à concessionárias de serviços públicos, públicas ou privadas, sediadas ou com representação permanente no Município de Barra do Garças.”

Art. 5º - A partir de 1º de janeiro de 2001, a atualização monetária dos créditos de qualquer natureza do Município de Barra do Garças, a que se refere o artigo 221, da Lei Complementar nº 045/97, será efetuada com base na variação do INPC/FIBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou de índice que vier a substituí-lo.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 13 de dezembro de 2000.

DR. WANDERLEY FARIAS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta lei é de caráter declaratório e não produz efeitos retroativos.





Cam. Mun. B. Garças
Fls. 199
Ass. 9

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI Nº 2.275 DE 16 DE novembro DE 2.000.
 Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal.

Dispõe sobre a concessão de anistia fiscal sobre tributos e Dívida Ativa e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Dr. WANDERLEI FARIAS SANTOS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder anistia fiscal de 60% (sessenta por cento) sobre:

I – todos os tributos relacionados ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS) e Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia (Licença), competência 2.000.

II – toda a Dívida Ativa inscrita ou relacionada aos tributos constantes do inciso anterior.

Art. 2º - A anistia de que trata o artigo primeiro, beneficiará os contribuintes que liquidarem seus débitos tributários com a Prefeitura, até o dia 31 de dezembro de 2.000.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 16 de novembro de 2.000.

DR. WANDERLEI FARIAS SANTOS
 Prefeito Municipal



*for registered
 in the office of the
 - Se publicada no
 - da Câmara Mu-
 - il.
 16/11/00
 silas*



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI COMPLEMENTAR Nº 065 DE 27 DE Setembro DE 2001.
Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo Municipal.

Dispõe sobre modificações de dispositivos do Código Tributário do Município.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Dr. WANDERLEI FARIAS SANTOS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica revogado em todos os seus termos e efeitos o Parágrafo Único do Artigo 127 da Lei Complementar nº 045, de 15 de dezembro de 1.997 CTM.

Art. 2º - O Artigo 132 da lei a que menciona o artigo anterior, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescida de um Parágrafo Único

“Art. 132 – A taxa será calculada de conformidade com o disposto no ANEXO VII desta lei, com as modificações introduzidas pela presente lei.

Parágrafo Único – A cobrança de painéis artísticos de publicidade e similares será pelo valor do metro quadrado, previsto na tabela, seja qual for a sua dimensão.”

Art. 3º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT., 01 de Setembro de 2001.

DR. WANDERLEI FARIAS SANTOS
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Lei Complementar nº 064 de 07 de Dezembro de 2001.
Projeto de Lei Complementar do Poder Executivo Municipal

“ Altera dispositivos da Lei Complementar nº 045 de 15 de dezembro de 1997 que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”.

Art. 1º - Alteração no inciso II, § 1º e § 2º e § 3º do Art. 32.

II - em até 06 (seis) parcelas

§ 1º - O recolhimento do IPTU efetuado em uma única parcela até a data de vencimento terá um desconto de 10% (dez por cento).

§ 2º - Revogar

§ 3º - Revogar

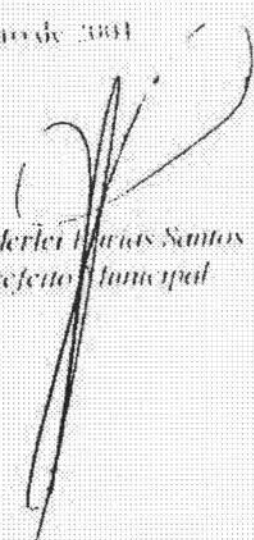
Art. 2º - Conforme Convênio ECF nº 01/98 que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de equipamentos Emissor de Cupom Fiscal, fica estabelecido o uso do referido documento para tributação do ISSQN, para estabelecimentos que promova venda a varejo e prestação de serviços.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal regulamentará o presente artigo no prazo de 60 dias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Barrão do Garças, 07 de Dezembro de 2001


Wanderlei Soares Santos
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
 Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Lei Complementar nº de de de 2002.
 PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

“ Altera dispositivos da Lei Complementar nº 045 de 15 de dezembro de 1997 que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso”.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Dr. Wanderlei Farias Santos, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterada em seus valores por hectare A Planta de Valores de Imóveis Rurais deste Município para o exercício 2003 a que menciona o Inciso II do parágrafo 5º do Art. 19 da Lei 045 de 15 de Dezembro de 1997, conforme tabela abaixo:

INTERVALO DAS INSCRIÇÕES CADASTRAIS					Nº	VALOR	REGIÃO
SETOR	QDª	LOTE	QDª	LOTE	PV	Por Ha	
501	001	0001	0199	9999	1	2.000,00	Região da Barra
501	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região da Barra
502	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região do Ouro Fino
502	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região do Ouro Fino
503	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região Serra da Pitomba
503	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região Serra da Pitomba
504	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região Serra do Taquaral
504	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região Serra do Taquaral
505	001	0001	0199	9999	1	800,00	Região do Taquaral
505	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região do Taquaral
506	001	0001	0199	9999	1	2.000,00	Região da Paulistinha
506	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região da Paulistinha
507	001	0001	0199	9999	1	2.000,00	Região do Vale dos Sonhos
507	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região do Vale dos Sonhos
508	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região Serra do Facão
508	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região Serra do Facão
509	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região da Serra Azul
509	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região da Serra Azul
510	001	0001	0199	9999	1	2.000,00	Região do Pindaibinha



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

510	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região d. Pindaibinha
511	001	0001	0199	9999	1	2.000,00	Região d. Pabreulândia
511	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região d. Pabreulândia
512	001	0001	0199	9999	1	2.000,00	Região d. Codema
512	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região d. Codema
513	001	0001	0199	9999	1	2.000,00	Região d. Duas Ancoras
513	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região d. Duas Ancoras
514	001	0001	0199	9999	1	2.000,00	Região d. Fazenda Brasil
514	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região d. Fazenda Brasil
515	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região ER 070 I
515	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região ER 070 I
516	001	0001	0199	9999	1	800,00	Região ER 070 II
516	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região ER 070 II
517	001	0001	0199	9999	1	800,00	Região Serra Passa Vinte
517	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região Serra Passa Vinte
518	001	0001	0199	9999	1	800,00	Região Marg. Esq. Passa 20 e Gorgulho
518	0200	0001	0999	9999	2	300,00	Região Marg. Esq. Passa 20 e Gorgulho
519	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região Fumas do Mineiro
519	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região Fumas do Mineiro
520	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região Rio Barreiro
520	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região Rio Barreiro
521	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região São Bento
521	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região São Bento
522	001	0001	0199	9999	1	600,00	Região Turicueje
522	0200	0001	0999	9999	2	200,00	Região Turicueje

Obs.: PV-1 Terra beneficiada / PV-2 Área totalmente nua

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças, _____ de _____ de 2002.

Dr. Wanderton Farias Santos
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Lei Complementar nº . . . de . . . de 2003.
PROJETO DE LEI Nº 007 03 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

“ Altera dispositivos da Lei Complementar nº 045 de 15 de dezembro de 1997 que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso”.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Dr. Wanderlei Farias Santos, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Altera os art. 51, 53, 54, 64, 66, 76, que dispõem sobre o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN:

Art. 51 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 53 - A Incidência e Não-Incidência do imposto:

§ 1º - Da Incidência. A incidência do imposto independe:

I - da existência de estabelecimento fixo;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas, relativas ao exercício da atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - do resultado financeiro do exercício da atividade;

IV - do recebimento ou não do preço do serviço no mês ou exercício;

V - da habitualidade na prestação do serviço.

§ 2º - *Da Não-Incidência. O imposto não incide sobre:*

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 54 - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.02 da lista anexa;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa:

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa:

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa:

X - (VETADO)

XI - (VETADO)

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa:

XIII - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa:

XIV - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa:

XV - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa:

XVI - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa:

XVII - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa:

XVIII - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa:

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa:

XX - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa:

XXI - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa:

XXII - do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 4º - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 64 - O imposto será calculado aplicando-se as seguintes alíquotas:

I - diversões públicas 5% (cinco por cento).

*II - projetos e execuções de obras de engenharia civil - arquitetura, paisagismo, decoração, parcelamento urbano, sistema viário, rodoviário, aeroviário, ferroviário, estradas, barragens, bueiros, terraplanagem, sinalização horizontal e vertical, hidráulica, elétrica, plano diretor, zoneamento urbano, irrigação, estruturas metálicas e de concreto, pavimentação asfáltica e edificação, 5% (cinco por cento).

III - prestações de serviços de transporte municipal 5% (cinco por cento).

*IV - outras prestações de serviços exceto os constantes do Inciso II - ressalvando aquelas não exercidas por profissional de nível superior - 3% (três por cento).

V - serviços de pulverização de área agrícola 2% (dois por cento).

VI - Instituições Financeiras, Cooperativas de Créditos e outros, regumentados pelo Banco Central - 5% (Cinco por cento).

*Parágrafo Único - Em entendimento ao Inciso III, considera-se como prestador do referido serviço toda e qualquer espécie de transporte, sem exceção.

Art. 66 - Quando da prestação dos serviços a que se referem os itens 7, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, da Lista de Serviços Anexo XIII, do preço do serviço serão deduzidas as parcelas correspondentes ao valor das subempreitadas tributáveis pelo imposto.

Art. 76 - No caso dos serviços relacionados no item 12, da Lista de Serviços Anexo XIII, será aplicado o regime de recolhimento por antecipação, para a prestação dos serviços em caráter

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

eventual ou descontinuo, pagando-se o imposto por ocasião da obrigatoria averbação dos ingresos.

Art. 2º - Altera a Lista de Serviços constante do Anexo XIII da Lei 045 de 15 de Dezembro de 1997.

Art. 3º - Corrige a duplicidade do art. 260, renumerando para 260A, mantendo a mesma redação:

Art. 260A - As dividas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, poderão ser reunidas em um só processo.

Art. 4º - Fica alterada em seus valores por hectare A Planta de Valores de Imóveis Rurais deste Município para o exercicio 2004 a que menciona o Inciso II do parágrafo 5º do Art. 19 da Lei 045 de 15 de Dezembro de 1997, conforme tabela abaixo:

INTERVALO DAS INSCRIÇÕES CADASTRAIS					Nº	VALOR	REGIÃO
SETOR	QDª	LOTE	QDª	LOTE	PV	Por Ha	
501	001	0001	0199	9999	1	2.500,00	Região da Barra
501	0200	0001	0999	9999	2	1.000,00	Região da Barra
502	001	0001	0199	9999	1	1.200,00	Região do Ouro Fino
502	0200	0001	0999	9999	2	600,00	Região do Ouro Fino
503	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região Serra da Pitomba
503	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região Serra da Pitomba
504	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região Serra do Taquaral
504	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região Serra do Taquaral
505	001	0001	0199	9999	1	1.500,00	Região do Taquaral
505	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região do Taquaral
506	001	0001	0199	9999	1	2.500,00	Região da Paulistinha
506	0200	0001	0999	9999	2	1.000,00	Região da Paulistinha
507	001	0001	0199	9999	1	2.500,00	Região do Vale dos Sonhos
507	0200	0001	0999	9999	2	1.000,00	Região do Vale dos Sonhos
508	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região Serra do Facão
508	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região Serra do Facão
509	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região da Serra Azul
509	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região da Serra Azul
510	001	0001	0199	9999	1	2.500,00	Região do Pindaibinha
510	0200	0001	0999	9999	2	1.000,00	Região do Pindaibinha
511	001	0001	0199	9999	1	2.500,00	Região da Pabreulândia
511	0200	0001	0999	9999	2	1.000,00	Região da Pabreulândia
512	001	0001	0199	9999	1	2.500,00	Região da Codema

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

512	0200	0001	0999	9999	2	1.000,00	Região da Codema
513	001	0001	0199	9999	1	2.500,00	Região da Duas Ancoras
513	0200	0001	0999	9999	2	1.000,00	Região da Duas Ancoras
514	001	0001	0199	9999	1	2.500,00	Região da Fazenda Brasil
514	0200	0001	0999	9999	2	1.000,00	Região da Fazenda Brasil
515	001	0001	0199	9999	1	1.200,00	Região BR 070 I
515	0200	0001	0999	9999	2	600,00	Região BR 070 I
516	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região BR 070 II
516	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região BR 070 II
517	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região Serra Passa Vinte
517	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região Serra Passa Vinte
518	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região Marg. Esq. Passa 20 e Gorgulho
518	0200	0001	0999	9999	2	500,00	Região Marg. Esq. Passa 20 e Gorgulho
519	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região Furnas do Mineiro
519	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região Furnas do Mineiro
520	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região Rio Barreiro
520	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região Rio Barreiro
521	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região São Bento
521	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região São Bento
522	001	0001	0199	9999	1	1.000,00	Região Toricueije
522	0200	0001	0999	9999	2	400,00	Região Toricueije

Obs.: PV-1 Terra beneficiada PV-2 Área totalmente
nua

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças, ____ de ____ de 2003.

Wanderlei Farias Santos
Prefeito Municipal

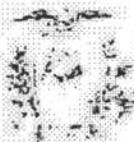
ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

ANEXO XIII

LISTA DE SERVIÇOS

Lista de Serviços de contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com a redação dada pela Lei Complementar (Federal), n.º 116 de 31 de julho de 2003.

- 1 – Serviços de informática e congêneres.
 - 1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
 - 1.02 – Programação.
 - 1.03 – Processamento de dados e congêneres.
 - 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
 - 1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
 - 1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
 - 1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
 - 1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
- 2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
 - 2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- 3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
 - 3.01 – (VETADO)
 - 3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
 - 3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
 - 3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
 - 3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
- 4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
 - 4.01 – Medicina e biomedicina.
 - 4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- 4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
- 4.04 – Instrumentação cirúrgica.
- 4.05 – Acupuntura.
- 4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 – Serviços farmacêuticos.
- 4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 – Nutrição.
- 4.11 – Obstetrícia.
- 4.12 – Odontologia.
- 4.13 – Ortóptica.
- 4.14 – Próteses sob encomenda.
- 4.15 – Psicanálise.
- 4.16 – Psicologia.
- 4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.
- 4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
- 5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
 - 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
 - 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, ua área veterinária.
 - 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
 - 5.04 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.
 - 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e cougêneres.
 - 5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- 5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
- 6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
 - 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
 - 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
 - 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
 - 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
 - 6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
- 7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
 - 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
 - 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 - 7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
 - 7.04 – Demolição.
 - 7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 - 7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
 - 7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
 - 7.08 – Calafetação.
 - 7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
 - 7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
 - 7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
 - 7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- 7.13 – Deterização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
- 7.14 – (VETADO)
- 7.15 – (VETADO)
- 7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
- 7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
- 7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
- 7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
- 7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
- 7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
- 7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
- 8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
- 8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
- 8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
- 9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
- 9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, **apart-hotéis**, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres: ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
- 9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
- 9.03 – Guias de turismo.
- 10 – Serviços de intermediação e congêneres.
- 10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
- 10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
- 10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses

12.04 - Programas de auditório.

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 - Corridas e competições de animais.

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- 12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
- 12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
- 12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
- 12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
- 13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
- 13.01 – (VETADO)
- 13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
- 13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
- 13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia.
- 14 – Serviços relativos a bens de terceiros.
- 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.02 – Assistência técnica.
- 14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.
- 14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
- 14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 14.07 – Colocação de molduras e congêneres.
- 14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 14.10 – Tinturaria e lavanderia.
- 14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
- 14.12 – Funilaria e lanternagem.
- 14.13 – Carpintaria e serralheria.

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCI ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem;

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados a transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista: análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, rebocagem de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

20.02 - Serviços aeroportuários. utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas: **courrier** e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas: **courrier** e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- 29.01 – Serviços de biblioteconomia.
- 30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 32 – Serviços de desenhos técnicos.
- 32.01 - Serviços de desenhos técnicos.
- 33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
- 33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
- 34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 36 – Serviços de meteorologia.
- 36.01 - Serviços de meteorologia.
- 37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 38 – Serviços de museologia.
- 38.01 - Serviços de museologia.
- 39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.
- 39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
- 40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
- 40.01 - Obras de arte sob encomenda.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI COMPLEMENTAR Nº 089 DE 21 DE dezembro DE 2005.
Projeto de Lei Complementar nº 007/2005, de autoria do Poder Executivo Municipal.

“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 045 de 15 de dezembro de 1997 que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”.

Art. 1º - Altera o Art. 5º nos seguintes termos: O Parágrafo Único passará a denominar-se Parágrafo Primeiro com a seguinte redação:

§ 1º - O contribuinte que efetuar a inscrição com informações falsas, erros ou omissão, será equiparado ao que não se inscrever, procedendo-se de ofício sua alteração, com aplicação das penalidades cabíveis.

§ 2º - Da documentação necessária para inscrição no cadastro fiscal:

I – Autônomo/Liberal

- a) Cópias do RG e CPF e Carteira de Regulamentação Profissional
- b) Cópia do IPTU
- c) Cópia do contrato de locação
- d) BCE (Boletim de Cadastro Econômico) fornecido pela Prefeitura deverá ser preenchido, assinado e reconhecido em Cartório



Barra do Garças

DECRETO Nº 1.234 DE 1998

II – Empresa Individual

- a) Cópia do CNPJ
- b) Cópia da declaração de firma individual
- c) Cópias do RG e CPF
- d) Cópia do IPTU
- e) Cópia do contrato de locação
- f) BCE (Boletim de Cadastro Econômico) fornecido pela Prefeitura deverá ser preenchido, assinado e reconhecido em Cartório

III – Sociedade Limitada

- a) Cópia do CNPJ
 - b) Cópia do contrato social, no caso de filiais, terão que ser apresentados o 1º contrato (da constituição) e o último (este contendo toda a alteração efetuada).
 - c) Cópias do RG e CPF dos sócios
 - d) Cópia do contrato de locação
- BCE (Boletim de Cadastro Econômico) fornecido pela Prefeitura deverá ser preenchido, assinado e reconhecido em Cartório

IV) Sociedade Anônima

- a) Cópia da Ata de Fundação
- b) Cópia do Estatuto
- c) Cópia do CNPJ
- d) Cópias do RG e CPF dos sócios
- e) Cópia do IPTU
- f) Cópia do contrato de locação
- g) BCE (Boletim de Cadastro Econômico) fornecido pela Prefeitura deverá ser preenchido, assinado e reconhecido em Cartório

2



Barra do Garças

V) Associações/Sindicatos

- a) Cópia da Ata de Fundação
- b) Cópia do Estatuto
- c) Cópia do CNPJ
- d) Cópia do IPTU
- e) Cópia do RG e CPF do Presidente da Associação/Sindicato
- f) Cópia do Contrato de locação
- g) Cópia da publicação no Diário Oficial (Estado/União)
- h) Requerimento de isenção do alvará
- i) BCE (Boletim de Cadastro Econômico) fornecido pela Prefeitura deverá ser preenchido, assinado e reconhecido em Cartório.

Art. 2º - O Art. 73, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 73 - Os contribuintes subordinados ao lançamento por homologação, dentre eles incluídos os sujeitos ao regime de receita mensal fixada por estimativa deverão recolher o imposto referente a cada mês, mediante o preenchimento de documento de arrecadação independentemente de qualquer aviso ou notificação, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido.”

Art. 3º - Acrescenta no Art. 241 os seguintes incisos:

VII – Com multa de valor correspondente a 200 (duzentas) UFIR por utilizar Blocos de Notas Fiscais sem autorização da Prefeitura;

VIII – Com multa de valor correspondente a 200 (duzentas) UFIR por bloco na utilização de Notas Fiscais com data limite para emissão vencida;

IX – Com multa de valor correspondente a 200 (duzentas) UFIR mensal pela não apresentação da Base de Cálculo dos serviços prestados;

2



Barra do Garças

MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

X – Com multa no valor de 1000 (mil) UFIR por bloco de Notas Fiscais em caso de extravio.

Art. 4º - Inserir no Art. 253 o § 3º, § 4º e § 5º com as seguintes redações:

“§ 3º – Certidões Negativas de tributos para fins de Inventário, desde que comprovado mediante apresentação de documentos comprobatórios, será cobrado somente o valor de uma certidão. Nos demais casos será cobrado a taxa individualizada por inscrição.

§ 4º – As certidões negativas de débitos somente poderão ser expedidas mediante apresentação de cópia da respectiva matrícula.

§ 5º – Em caso de transferência a certidão negativa deverá ser expedida por imóvel, bem como a cobrança das respectivas taxas”.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Barra do Garças, 21 de Dezembro de 2005.

Zózimo Wellington Chaparral Ferreira
Prefeito Municipal

*Esta lei foi registrada
no livro próprio da Câmara
Municipal, e arquivada no
município, em 01.12.05*



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI COMPLEMENTAR Nº 126 DE 15 DE março DE 2010.

Projeto de Lei Complementar nº 003/2010, de autoria do Poder Executivo Municipal.

“Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 045 de 15 de dezembro de 1997 que institui o Código Tributário do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, WANDERLEI FARIAS SANTOS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º - Altera os incisos VI e VII e acrescenta o inciso VIII ao Art. 64:

VI – Instituições Financeiras, Cooperativas de Crédito e outros, regulamentados pelo Banco Central – 5% (cinco por cento).

VII – O Valor do ISSQN fixo dos Micro-empresendedores Individuais (MEI), será de RS 5,00 (cinco reais), mensais.

VIII – Pequenas reformas na construção civil 3% (três por cento).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de março de 2010.

WANDERLEI FARIAS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta lei foi registrada no livro próprio e afixada no mural da Câmara Municipal, em 15.03.10
10/11



Cam. Mun. B. Garças
Fls. <i>004</i>
Ass. <i>[Signature]</i>

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI COMPLEMENTAR Nº *004* DE 05 DE *Julho* DE 2012.

Projeto de Lei Complementar nº 004/2012, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"Acrescenta o inciso V ao Art. 80 da Lei Complementar nº 045/1997."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Dr. **WANDERLEI FARIAS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescenta-se ao Artigo 80 da Lei Complementar nº 045, de 15 de dezembro de 1997, o inciso V que terá a seguinte redação:

"Art. 80 – São isentos do ISSQN:

I - ...

II - ...

IV - ...

V - Os prestadores de saúde particulares no tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Município de Barra do Garças/MT."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 05 de *Julho* de 2012.

WANDERLEI FARIAS SANTOS
Prefeito Municipal



Cam. Mun. B. Garças
Fis. <i>22</i>
Ass. <i>21</i>

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI COMPLEMENTAR Nº 148 DE 22 DE Janeiro DE 2013.

Projeto de Lei Complementar nº 002/2013, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"Altera a Lei Complementar nº 045, de 15 de dezembro de 1997 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A Lei Complementar nº 045, de 15 de dezembro de 1997 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 32 - Os prazos para recolhimento do imposto poderão ser concedidos, pelo executivo, em termos de parcelas, com vencimento da última no exercício em que ocorreu o fato gerador, da seguinte forma:

I - Em parcela única;

II - em até 10 (dez) parcelas, sendo o valor mínimo das parcelas de R\$ 30,00 (trinta reais);

§ 1º - O recolhimento do IPTU efetuado em uma única parcela ou em até 3 (três) parcelas terá um desconto de 40% (quarenta por cento), sendo que o valor mínimo das parcelas será R\$ 30,00 (trinta reais);

§ 2º - Revogado;

§ 3º - Revogado;

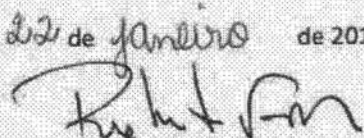
§ 4º - Revogado

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as que se confrontarem com a presente Lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças, *22* de *Jan* de 2013.


ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS
Prefeito Municipal